

“Não concordo
com uma só palavra
do que dizes mas
defenderei até a morte
o teu direito de dizê-lo”

VOLTAIRE



JORNAL DE DEBATES

FUNDADO EM 1946 POR MATTOS PIMENTA, PLÍNIO CANTANHEDE E MÁRIO DE BRITO

Diretor: Mattos Pimenta

Rio de Janeiro, 23 de Fevereiro a 7 de Março de 1976

Ano XXX Nº 5

Cr\$ 5,00

Todas as cartas dos leitores

aguinaldo silva

Nossas prisões

kosinski de cavalcanti

A moral da Igreja Católica

neiva moreira

Os planos do governo peruano

joão antônio

Perfil de Agripino Grieco

maria yedda linhares

A pesquisa da História

irineu guimarães

Um novo eixo na política internacional

walnice galvão

O respeitoso Jorge Amado

CARTAS

Estudantes de arquitetura e urbanismo de São José dos Campos apelam ao MEC contra a Fundação Valeparaibana de Ensino

☆ Senhor Diretor:

O Diretório Acadêmico e o Conselho de Representantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo "Elmano Ferreira Velloso" vem dar conhecimento aos órgãos de divulgação, às autoridades, aos estudantes e à opinião pública em geral do motivo pelo qual nos dirigimos novamente ao ministro da Educação e Cultura, dr. Ney Aminhas de Barros Braga.

A representação estudantil de FAU-SJC, em 13 de março de 1975, denunciou ao MEC os procedimentos irregulares e arbitrários da entidade mantenedora, Fundação Valeparaibana de Ensino e solicitou intervenção federal na mesma.

A comissão nomeada pelo ministro da Educação e Cultura, composta pelo arquiteto Nestor Goulart Reis Filho e o arquiteto Luiz Erasmo de Moreira, ao comprovar a 27 de março de 1975 a procedência de nossas denúncias, permitiu ao ministério

de Educação e Cultura oferecer orientação, através do Departamento de Assuntos Universitários e da Comissão de Ensino de Arquitetura e Urbanismo, assessorando os órgãos colegiados da FAU-SJC e buscando solucionar de modo permanente o seu funcionamento.

De acordo com os relatórios da comissão de assessoria, a nova diretoria, o corpo docente e o corpo discente da FAU-SJC, cumpriram os requisitos colocados como necessários a sua normalização. Entretanto, como constatam os mesmos relatórios, as diretorias da FVE, desde a renúncia do dr. Clemente Fagundes Gomes, não mantiveram os compromissos assumidos.

Assim, apesar da FAU-SJC readquirir suas condições mínimas de funcionamento, o assessoramento dado pelo MEC não atingiu o âmbito da questão, ou seja, o não cumprimento dos compromissos da entidade mantenedora para com a FAU-SJC. Isto fez com que a FVE não se sentisse na obrigação de acatar o assessoramento dado à mesma, em solucionar o funcionamento de sua unidade de ensino.

Nesse sentido, seu procedimento, além de desrespeitar o trabalho realizado por quase um ano, comprometeu irreversivelmente, à revelia das orientações do MEC, o encaminhamento proposto para a normalização da FAU-SJC.

A FAU-SJC, apesar do prestígio alcançado em curto espaço de tempo nos meios responsáveis e/ou comprometidos com o ensino de arquitetura e urbanismo, insubstancia por sua incapacidade de solucionar tal situação, ciente dos propósitos desenvolvidos nos seus cinco anos, no ensejo de uma melhor qualidade de ensino para a formação do arquiteto.

Presidente e Representante dos alunos -

Ives de Freitas
Marizabel Penteado Nucci
S. José dos Campos, SP

"É bom salientarmos que existem aqueles que no meio de tantas desinformações tiram suas conclusões"

☆ Senhor Diretor:

Na conjuntura atual a alienação da juventude é uma das mui-

tas ideologias dos sistemas políticos. Mas é sempre bom salientarmos que existem aqueles que no meio de tantas desinformações conseguem sobressair-se e tiram suas próprias conclusões através dos fatos que lhes são apresentados.

Com a falta de liberdade e de crítica, torna-se temeroso qualquer tipo de oposição ao contexto social. Este é um dos motivos que nos leva a não tomar determinadas decisões ou posições em relação aos problemas.

Tendo como base uma elite cultural, assim considerada por sua colocação nos primeiros lugares de um concurso no vestibular, foram tiradas certas conclusões precipitadas sobre a juventude brasileira.

É ilusão pensarmos que a opinião pública possa exercer alguma influência no cenário político, e até mesmo os políticos. A história nos ensina que: a causa das transformações sociais, seja reacionária ou revolucionária, tem como base o sistema econômico. O sistema totalitário sobre o qual vivemos não permite a livre expansão da consciência, podendo no nascedouro qualquer tipo de senso crítico que possa perturbar a ilha de paz e tranqüilidade.

Como observação final, ressaltaremos que a distância entre a escola e a realidade, que por sinal não é pouca, torna-se flagrante a falha do processo educacional.

Albério N. Filho e
José E. Egídio
São Paulo, SP

"Provavelmente um latifundiário, um barão feudal, que vocifera contra os colonistas sociais"

☆ Senhor Diretor:

Li, em seu jornal, a carta que lhe dirigiu o sr. Afonso Marques dos Santos, fazendeiro em Mato Grosso, provavelmente um latifundiário, um barão feudal, que vocifera contra os colonistas sociais pelo fato de noticiarem, em suas colunas, quanto se paga numa boate ou num restaurante do Rio ou de São Paulo por um jantar. Esse senhor investe contra os colonistas sociais com a fúria de um touro pantaneiro criado às soltas nos inundados campos matogrossenses que é possivelmente onde tem suas fazendas. Deve ser mesmo um homem grosso, tocado de neurótica aversão a tudo que é civiliza-

do. Com certeza é um cidadão incapaz de distinguir a distância que vai de um copo de leite tomado no curral a uma taça de champanha servida em ambientes requintados. O seu horror às boates dá a idéia de que esse senhor de terras nunca soube o que é uma *noivante* - com toda segurança está mais interessado em incrementar a explosão populacional de que padece o nosso país do que em usufruir a delícia de uma companhia jovem de uma dessas garotas-ipanemas que mandaram todos os velhos tabus sexuais às favas. Prefere o mugido de seus bois às doçuras de uma voz meiga que, mesmo dentro de uma boate, nos promete a lua - a velha lua anterior à visita poluente dos astronautas norte-americanos: a romântica lua que era a dos namorados, como na canção antiga. Questão de gosto a desse homem rústico mais próximo da gruta dos trogloditas do que do alegre sensualismo da vida moderna. Como gosto não se discute, que continue ele cuidando dos carrapatos de seu rebanho. Que fique por aí, e não pretenda dar uma de moralista de sobrecasaca, ao investir contra os colonistas sociais. Em primeiro lugar, porque os colonistas não inventam que se paga na noite carioca ou paulista mais de 3 mil cruzeiros por um jantar. Ora, se todas as noites há centenas de pessoas desembolsando tantas milhas por uma chaminota, é porque o país se desenvolveu, criou riqueza e essa riqueza, tendo parado em determinadas mãos, há de circular, ainda que seja à noite, para benefício não só dos donos de boates, como dos garçons e até mesmo das vendedoras de flores que oferecem uma rosa à *noivante* que acompanha quem paga a conta.

Prova de egoísmo seria entesourar esse dinheiro gasto noturnamente, não lhe dar uma finalidade social qual seja a de sustentar os foros de cidades civilizadas que o Rio e São Paulo ostentam. Creio que nem o Partido Comunista Francês se revolta contra a vida noturna de Paris.

Por outro lado, senhor Redator, é preciso que os colonistas sociais informem, para que todos saibam que já há quem gaste tanto numa só noite sem lhe causar mocha nas finanças. Os que hoje não o podem fazer ficam sonhando com o dia em que também farão suas esticadas regadas a ouro desembolsável. Cuidando de seus bois, o sr. Afonso nada faz para que baixe o preço da carne. E não são os que vão aos restaurantes de luxo ou às boates que fazem subir o preço do patinho ou do peito,

considerados carne de segunda, apesar do seu belo nome. Mau uso faz o sr. Afonso de sua psicologia social. Com o seu atraso bovino, ele sim, dá mostras de ser um totalitário que quer ferir uma liberdade básica: a de informar, exercida pelos colonistas sociais. É um fascista rural esse senhor.

Mariano Carneiro
Rio de Janeiro, RJ

"Do sambista do morro ao cantador do Nordeste, o brasileiro é privilegiado e, assim, resiste"

☆ Senhor Diretor:

Paulo Pontes parece muito preocupado com o abandono da temática popular em nossa dramaturgia ou, com o afastamento entre o intelectual e o povo, cooptado que foi aquele no processo que redundou "... um avanço tão grande dos interesses das classes dominantes sobre os das classes subalternas...". Nem uma palavra, no entanto, tem o ilustre dramaturgo para o processo avassalador de destruição das formas de cultura, das mais ricas do mundo, aquelas produzidas pelo nosso povo.

Do sambista do morro ao cantador do Nordeste, do catolicismo popular ao candomblé, nas mais variadas formas de expressão de criatividade o povo brasileiro é privilegiado e, assim, resiste.

Entretanto, toda essa riqueza que possuímos está gravemente ameaçada, "... pela experiência capitalista que se vem implantando aqui: radical, violentamente predatória, impiedosamente seletiva...". Segundo as próprias palavras de Paulo Pontes que, no entanto, só enxerga a ameaça para a cultura popular da classe média.

Não querendo ser mal interpretado, deixo bem claro, que acho perfeitamente válida e, necessária, a aproximação de nossa dramaturgia com os problemas do nosso sofrido povo, mas não poderia deixar de protestar contra o desinteresse de Paulo Pontes pela sorte daquela arte feita pelas próprias classes "subalternas", que no final das contas têm sido em nosso país as grandes fornecedoras de matéria-prima cultural para a intelectualidade que as pretende substituir.

Fausto A. Barreira Filho
São Paulo, SP

JORNAL DE DEBATES

Fundadores

Mattos Pimenta
Plínio Cantanhede
Mário de Brito
Fundado em 1946

Diretores

Mattos Pimenta (1946/1952)
Plínio Cantanhede (1946/1952)
Mário de Brito (1946/1948)
Rafael Correa de Oliveira (1948/1950)
Osório Borba (1948/1949)
Gentil Fernando de Castro (1947/1953)
Marcus Pereira (1955)
Rubens Paiva (1955)
Limeira Tejo (1973/1974)

Diretores

Mattos Pimenta

Editor

Cícero Sandroni

Redator-Chefe

Julio Cesar Montenegro

Secretário de Redação

José Eduardo Lampreia

Colaboradores

Maria Verônica da Silva
Guedes
Penha Murat do Pillar

Produção Gráfica

Sheila Santos

Diagramação

Ângela Monteiro

Revisão

Edson Rodrigues
Domingos Xisto
Jô Marques

Redação e Administração: Av. Rio Branco 156, sala 1222. Telefone 242-7395

Impressão - Arca Editora e Gráfica S.A. - Rua Equador 702, Rio de Janeiro, RJ. Tel: 223-1715

Distribuição: Superbanças Distribuidora de Jornais, Livros e Revistas Ltda. - Rua do Resende 18, Rio de Janeiro, RJ. Publicação da Editora Crítica Ltda.

Diretor Responsável
Cícero Sandroni

ASSINATURAS

Nacional

- anual Cr\$ 250,00
 semestral Cr\$ 125,00

Exterior

- anual US\$ 60
 semestral US\$ 30

Nome

Endereço

CEP

Cidade

Estado

Cheques ou vale postal a favor de **Jornal de Debates**

CARTAS

Apelo de um pai para encontrar duas filhas menores, que foram "criminosas e covardemente levadas de nossa casa" deixa claro o grande desamparo legal em que se encontra a família em casos desta natureza. Ele pede o apoio dos leitores

☆ Senhor Diretor

Antes de mais, congratulo-me com V.S. pela magnífica lembrança de oferecer mais um jornal (e este novamente conceituado), às nossas crianças maiores de vivência cultural que tem uma razoável camada do povo brasileiro.

Gostamos da reapresentação, ficamos cativos outra vez pelo entusiástico jornalzinho da nossa mocidade.

E queremos apresentar ao sr. um material que, sendo ou não sendo jornalístico, é ao nosso modo de ver, desumano, brutal, significativo da trágica era cibernética em que vivemos, quando, a pretexto das melhores razões, ou de nenhuma razão, se tenta impedir, com ou não legitimidade legal, duas meninas, de 10 e 6 anos, de se comunicar e viver ao lado de seu pai.

O pai, legalmente referendado por 2 certidões de nascimento, somos nós. As duas menores impuberes, nossas filhas, Roxane e Vanessa.

E como tudo isso está sendo feito, desde o dia 19/2/75? Vamos explicar ao sr:

"Seqüestro, Rapto ou ... Jurisprudência?"

Sob este título, considerado o mais adequado em nossa trágica situação atualmente vivida, desejariamos, se possível fosse, que saísse alguma notícia ou pedido de ajuda de alguém, alguém que esteja interessado em unir um pai a duas filhas menores que foram criminosas e covardemente levadas de nossa casa na data de 19/2/75, infelizmente com o nosso próprio ludíbrio.

Parentes da mãe das menores, covardemente, iludiram nossa boa fé e, conluídos com a própria mãe das menores, as levaram a São Paulo e posteriormente à cidade de Jacareí, no interior do Estado, onde pediram e estranhamente lhes foi dado, uma guarda provisória de nossas filhas menores sem para nada nos intimassem e ouvisse o Juiz de Direito local, apesar da solicitação

do Sr. Promotor para fazê-lo com urgência. E assim, por esta malsinada guarda provisória, uma espécie de "jurisprudência" cerceadora (sem defesa) do pátrio poder, estamos até a presente data sem poder exercer a nossa condição de pai, uma vez que nossas filhas acham-se numa espécie de incomunicabilidade em mãos da mãe (solteira) das mesmas e rigorosamente cerceadas no seu direito natural de nos ver, impedidas por familiares covardes que as retêm, ilegalmente em seu poder.

Quanto a nós, no início de todos esses fatos, procuramos aqui em nossa cidade a autoridade policial, a qual nos disse ser esse um caso de alçada judicial. Por falta momentânea de recursos e impossibilitados de usar advogado do Estado dada a nossa condição de comerciante, só no mês de agosto de 75 foi que pudemos arranjar advogado. Contestamos a guarda provisória em Jacareí e fizemos, a pedido da Vara de Família em São Paulo, concessão de alimentos para as nossas filhas, porém, necessitamos agora meios para "regularizar a visita" e fazer um pedido de "busca e apreensão" das nossas filhas.

Em tudo isso salta aos olhos uma verdade: é grande o desamparo legal que tem o indivíduo considerado como "pai" em casos como este, pois, como pode uma criança de 6 ou de 10 anos e como pode um pai, chegar a deixar claro perante um tribunal que foi postergada e postergado em seus legítimos direitos? Só a poder de somas elevadas? E os que não podem pagar? Perdem os filhos? E esses malfeitores que tudo isso fizeram, ficam impunemente?

E por que se consentiu em dar uma "guarda provisória sem que fosse ouvido o pai das menores, que poderia, como pôde depois, facilmente, desfazer toda a safadeza contra si imposta?"

Mas de que adiantou fazer a tal "provocação judicial" se,

acabados os meios financeiros momentaneamente, não é dado ao pai sequer o direito de saber como estão vivendo suas filhas?

Será isso tudo realmente legal? Será um tal direito humano? Ou estão sendo aqui solenemente violados os direitos da pessoa humana?

Afinal, um caso assim o que é? Um seqüestro camuflado? Um rapto consensual? Uma nova "jurisprudência" firmada no desespero e na desgraça alheia?

E quem garante, a essas alturas, a segurança e a integridade dessas duas crianças? A mãe que abandonou o lar? Os familiares que usurparam a lei natural (e constitucional) respaldadas sabe lá no que?

Enfim, Sr. Diretor, em nossa atividade, que é a de vendedor de livros, divulgador há 11 anos de obras principalmente para os estudantes, já temos ouvido falar em muitos casos assim e até, piormente, daqueles em que o cidadão, sentindo-se desamparado e só, procura fazer justiça vindictiva pelas próprias mãos.

Aliás, já nos disseram que é bem difícil em casos tais, o pai fazer com êxito o mandado de "busca e apreensão". Então, chegaríamos a um impasse: ou deixar nossas próprias filhas ao deus dará, entregues ao sabor dos ventos ou lutar por elas até as últimas conseqüências exibindo, para quem quiser ver, as certidões de nascimento provando a nossa qualidade de pai.

Será possível que ninguém neste país imenso pode pôr cobro a situações deste tipo?

Afinal, por que a TV Globo andava dizendo tempos atrás: "criança livre - esperança"? O que é feito das nossas duas pequenas filhas?

Theophilo Magalhães Santos, SP

Aos leitores
Jornal de Debates oferece suas páginas para que os leitores debatam os temas de seu interesse. As cartas recebidas serão publicadas integralmente.

Esta teoria vem da Benfam e dos que apregoam muito que os nossos problemas são de explosão demográfica, ou seja, excesso de gente. Ouvi dizer que as empresas que fabricam ou vendem máquinas, desde os computadores até tratores etc, não conseguem vender bem se houver muita mão-de-obra; então é preciso reduzir esta oferta, oferecendo pílulas, ou melhor seria esterilizar as mulheres para que não tenham filhos. Outra teoria que circula é que muita gente rolando por aí pode dar incomodação e uma família não deve ir além de dois filhos, pois o custo é muito elevado, comprometendo o salário e orçamento familiar.

Enfim, existe até outras teorias sobre o excesso de gente, por isso o debate fica aberto para quem as conhece.

De tudo isto o lamentável é que joga-se fora toneladas de to-

mates, afoga-se pintos por falta de consumo, as lojas de confecções etc. gastam fortunas em publicidade para que haja mais consumo, estimulando o maléfico crediário que desvia dinheiro de uma família até na alimentação, causando desavença nos lares (uma das causas dos desquites). Naturalmente vem aquela teoria de que se não fosse o crediário, pobre não poderia comprar e o comércio não venderia e nem daria mercado de trabalho (bonito na teoria, na prática é isso que temos aí).

Tenho as minhas idéias de como resolver tudo isto e sei que para alguns passarei até por reacionário e outros por muito avançado. Eis aí o paradoxo das idéias, então creio estar no centro, mas fica aberto o debate na solução do problema explosão demográfica no Brasil.

José Antônio Fávero, Porto Alegre, RS

O jornalista Pedro Porfírio declara que é "homem e feminista". Ele apóia as teses de Heloneida Studart e afirma: "A luta da mulher é a luta do homem. Em essência, a mulher é apenas a maior vítima de um sistema injusto"

☆ Senhor Diretor:

Sou homem e sou feminista. Não há nada de anormal nisso. Não é uma traição à "classe" dos homens e nem uma intromissão indebita na luta das mulheres. Porque se, como homem sou feminista, estou apenas sendo lúcido, como lúcidas são as reivindicações da mulher consciente.

A luta da mulher é a luta do homem. Em essência, a mulher é apenas a maior vítima de um sistema de que o homem também é vítima. E na medida em que há menores e maiores vítimas, em que aparecem diferenças e camadas, mesmo a dor de quem sofre menos, aparentemente de cura mais simples, acaba se tornando uma dor maior.

Um sistema social baseado na apropriação individual do trabalho social tem, entre seus trunfos, a criação de estratos sociais. Há as "minorias" que se constituem em canteiros de entrecosques marginais. Artificializam-se classes - a mulher, o negro, o pau-de-arara, o emigrado. Obtém-se o aqodamento das diferenças a níveis de superfície e, com isso, os contingentes oprimidos dividem-se.

Numa empresa, a mão-de-obra feminina é mais barata. Assim, a exploração sobre a mulher é maior. Mas, em compensação, o homem também sai perdendo - ou o homem, principalmente, sai perdendo. Porque sofre a concorrência desleal de uma mão-de-obra que, aviltando-se, avilta o mercado de trabalho no seu todo. Logo, é fundamental para o homem que a mulher, como tal, tenha igual remuneração por trabalho igual.

Mas não é só isso. Esse mesmo sistema se estrutura em hierarquias. Patriarcal, acentua o domínio do homem sobre a mulher. A manifestação mais grosseira dessa hierarquia é a que faz da mulher apenas a dona-de-casa. É, sintomaticamente, uma manifestação mais comum nas camadas operárias da população.

Com isso, enquanto o homem trabalha por um salário de fome, a mulher fica em casa, cuidando de elaborar a comida e de outras responsabilidades caseiras. Temos então o seguinte: a mulher é, indiretamente, uma empregada da fábrica, na medida em que executa para a fábrica o trabalho não remunerado de alimentar o operário. Porque não tendo de pagar a ninguém pela elaboração dos trabalhos caseiros, o operário economiza para o patrão e este não se sente compelido a melhorar sua remuneração. Com o reconhecimento dos direitos sociais da mulher, a empresa teria que remunerar o trabalho doméstico ou proporcioná-lo diretamente ao empregado, permitindo com isso que a mulher, liberada das obrigações caseiras, trabalhasse fora - acrescentando dinheiro ao orçamento doméstico.

Eu daria uma porção de exemplos para demonstrar que a as-

senção social da mulher e a plena igualdade nas relações entre homem e mulher trariam inestimáveis benefícios a homens e a mulheres. Mas prefiro fixar-me na natureza da contradição que redundou nas explosões feministas de hoje.

Trata-se de uma contradição secundária e não antagonica. Se a mulher se libertar, o homem não desaparece. Ao contrário, se o colonizado se liberta, o colonizador desaparece, pelo menos da colônia libertada. Qualquer paralelo entre esses dois tipos de relação, para efeito de nivelamento, é infeliz. Tal é também a natureza da relação que contrapõe, num estágio extremo, as classes sociais. Neste caso, o antagonismo é inevitável, pelo menos em termos de poder político. Mas se a própria contradição de classes não está na ordem do dia nos países subdesenvolvidos, como se iria principalizar uma contradição eventual entre o homem e a mulher?

Ai é que está. Não tem sentido fazer qualquer colocação num país subdesenvolvido sem considerar, em primeiro lugar, esse dado. Tem-se que operar a partir de uma escala de contradições, sem o que não se resolve nenhuma delas e, pelo contrário, se faz delas autênticas conservas sociais. Nesse ponto, até mesmo os homens trabalhadores, como tal, têm de abrir mão, de imediato, da contradição essencial. Porque uma contradição desdobrada, a que opõe o mundo dos pobres ao clube dos países ricos e imperialistas, sobressai na *position*.

Isto não quer dizer, é claro, que só se cuidará de uma contradição. Sem essa. Provavelmente, o encaminamento consequente e escalado seja a maneira mais lógica e menos dolorosa de se chegar a uma sociedade melhor, sem os riscos da aventura e da simples e indesejável troca de opressores.

Nesse caso, o homem ser feminista ou a mulher ser, antes de mais nada, antiimperialista, se casam perfeitamente. A ascensão nacional, a independência econômica efetiva, só será obtida na medida em que se sentir que seus benefícios forem palpados pelo todo social. Assim também, a libertação da mulher está inscrita nas condições primeiras de libertação do ser humano.

Quem não tiver clareza para entender disso, sendo mulher, não está querendo exercer um feminismo de libertação, mas um outro tipo de feminismo, que não encontra remédio, mesmo porque não precisa de remédio. Quem, sendo homem, insistir em manter a velha hierarquia de dominação estará apenas querendo sustentar a sociedade das injustiças, em que homens e mulheres, em menor e maior escala, são igualmente oprimidos.

O resto é conversa pra boi dormir e para a classe média matar o tempo.

Pedro Porfírio Rio de Janeiro, RJ

José Antônio Fávero responde a Antônio Prado: "Tenho minhas idéias sobre como resolver o problema da natalidade e a explosão demográfica"

☆ Senhor Diretor:

Meus parabéns pelo reaparecimento do JD pois sempre é interessante ver o debate das idéias, por mais estapafúrdias que possam parecer.

Lí as idéias do sr. Antônio Prado, de São Paulo, com atenção e respeito, só que fiquei em dúvida quanto ao problema do sexo e pureza, pois o referido senhor considera o coito como coisa pecaminosa etc.



CARTAS

"Só o preço do café em pó subiu mais de 50%. O aumento dos colégios é de 30%. Transportes subindo, subindo o aluguel. Imagino só o que vai acontecer depois do aumento de salário mínimo, quando a especulação corre sem freios"

☆ Senhor Diretor,

Sou casada há pouco mais de 25 anos. O meu marido é excelente esposo e pai exemplar. Desde o início de nossa vida conjugal a harmonia foi perfeita entre nós. Inspirou-me, pelo seu comportamento, total confiança. Nunca fui dessas mulheres que, quando o esposo chega em casa um pouco fora do horário comum, vai às escondidas cheirar-lhe o paletó, a camisa, besbilhotar-lhe os bolsos. Homem austero, o Amaro soube construir um lar onde nunca ergueu a voz, em assomos de irritação. Mas, de dois anos para cá, passou a entrar em choque comigo, mostrando-se intolerante até com os filhos, por coisa de somenos importância. A razão disto está em que seus salários cada vez mais estão se mostrando insuficientes para fazer face ao custo da vida. Comecei a perceber inclusive manifestações de medo face à vida em meu marido, anteriormente um homem emocionalmente estável. Comecei, então, a indagar as causas dessa reviravolta no comportamento do meu marido, esbarrando na conclusão de que a causa de tudo está no custo da vida. Sei que hoje há muitos fatores provocando a dissolução das famílias a qual, invariavelmente, começa pelo chamado "inferno doméstico". Do grupo dessas causas, participa hoje, com uma intensidade tremenda, o fator econômico, estou absolutamente convicta. Temos um governo que se empenha na defesa da sociedade. Por isso mesmo deve estar atento à defesa da célula-mater dessa sociedade, que é a família. Esta carta tem o objetivo de chamar a atenção dos responsáveis pelo governo para esse problema que se está criando em escala inquietante.

Quando li no começo do ano notícia sobre o aumento de vários bens, todos de consumo essencial, entrei em pânico. Só o preço do café em pó subiu mais de 50%. Dessa disparada altista não escapou nem mesmo o cachorro-quente. O aumento dos colégios é de 30%. Transportes subindo, subindo o aluguel, o telefone, a energia elétrica, o gás, a comida, o vestuário. Imagino só o que vai acontecer depois do novo aumento do salário mínimo, quando, já por tradição, a especulação corre sem freios. Meu marido já é quase um tartamudo: não fala. Ou grune (deu pra falar sozinho), ou berra quando um dos nossos filhos pede um modesto extra para um cinema.

Não, senhor redator, não pode continuar assim, com o governo dando tudo a investidores e nada e não ser a carestia, a quem, como nós, da classe média, vive de salários que cada vez compram menos os bens essenciais. O meu desespero é o de milhares de donas-de-casa que estão vendo a paz de seus lares ruir esmagada ao peso do preço da carne, da batata, do feijão, da

cebola, dos legumes, das frutas. Antigos passeios que fazíamos aqui em São Paulo, aos domingos e feriados, como ir ao aeroporto ver o movimento dos aviões, de há muito foram cancelados. Vivemos, entra semana, sai semana, encurralados dentro de uma casa que já parece uma jaula. Peço ao seu jornal, por Deus, pelo amor aos meus filhos, pela paz da família brasileira que, além de publicar esta carta, lance uma piedosa e cristã campanha pelo nosso modesto, diria mesmo módico, direito à vida.

Amélia Soares dos Santos
São Paulo

"Infelizmente, também em sociedades sem classes as mulheres continuam alijadas dos centros de poder, embora utilizadas na hora de lavar os pratos"

☆ Senhor Diretor:

Lendo o artigo de Heloneida Studart sobre feminismo (JD, 26/1), a impressão que se tem é que a dita jornalista errou de porta ao ingressar no movimento das mulheres. Mais uma vez ela gasta boa parte do espaço tecendo louvores ao "macho da espécie", como gosta de dizer, cortejando de antemão os opressores e colocando-se como cidadã acima de qualquer suspeita.

De que suspeita ninguém sabe. Talvez de estar mancomunada

com um mundo de mulheres, coisa que realmente deve assustar-lhe os brios feministas(?). Esse melado vínculo que estabelece com o mundo masculino sempre que fala em feminismo chega a causar perplexidade a nós outras, preocupadas com o problema da mulher e não em nos desculparmos pela supremacia dos homens. Não cabe a nós pedir desculpas por uma situação irrespirável, como não cabe a nós suavizar exigências alisando as penas do ego masculino. Não queremos conchavos nem um salvo-conduto que nos permita vencer no mundo patriarcal. Queremos uma transformação desse mundo. É preciso que todas as mulheres vençam, e não apenas umas poucas.

Citando textualmente Simone de Beauvoir ("vamos descolonizar a mulher"), Heloneida conclui que tal frase "é uma força de expressão", o que muito surpreenderia a autora francesa. Pois ambos, o colonizado e a mulher, são igualmente esvaziados de seus próprios valores, de sua história e seu orgulho, e cristalizados numa inferiorização que serve aos interesses do grupo dominante.

A jornalista sustenta mais adiante que a libertação da mulher tem de ser ligada à libertação do homem. Ora, ela mesmo diz que a mulher "já foi chamada de 'proletária do proletário'", reconhecendo "que o homem transfere para ela a maioria do autoritarismo e da violência que é obrigado a sofrer numa sociedade de classes".

Em primeiro lugar, pode-se retrucar que, infelizmente, também em sociedades sem classes as mulheres continuam alijadas dos centros de poder, embora largamente utilizadas na hora de lavar os pratos e de tarefas menores como se estas fossem suas por direito divino. Em segundo lugar, é comodo transferir exclusivamente para um organismo sem face a culpa da situação: en-

quanto só acusarmos a sociedade ou o sistema, não precisamos reconhecer os prepotentes rostos masculinos que os manobram. Em terceiro, que diabo de ser humano é esse que empurra sobre a mulher o autoritarismo e a violência que ele mesmo sofre e ainda merece todas as desculpas por parte de alguém que se diz feminista?

Com suas edulcoradas palavras em relação ao homem, Heloneida Studart transforma-se de uma vez por todas numa espécie de Sílvia Santos do feminismo: inodora, incolor e insípida. Felizmente contamos em nossas fileiras com mulheres realmente lúcidas e combativas. O resto é um erro de porta ao qual o movimento saberá sobreviver.

Martha Oliveira
Rio de Janeiro

Carta de um leitor do Jornal do Brasil mutilado pelo viaduto Paulo de Frontin: "Até hoje não recebi nem um centavo"

☆ Senhor Diretor:

Meu nome é José, sou uma das vítimas do desabamento do Elevado Paulo de Frontin.

No dia 20 de novembro de 1971, perdi as duas pernas no desabamento do elevado. Foi um drama brutal para mim, os bombeiros amputaram as minhas pernas no próprio local do acidente para que me tirassem daquele inferno de destroços.

Desde então aceitei a minha situação e preparei-me para as modificações pelas quais teria de passar. É uma longa história catalogada no Hospital Souza Aguiar e na ABBR, onde me encontro agora. Sofri várias operações cirúrgicas e aceitei todos os exercícios físicos indicados pelos terapeutas para a adaptação de pernas mecânicas (as próteses me foram oferecidas pelo Governador Chagas Freitas). Tudo isso com muito suor, mas sem lágrimas. Criei dentro de mim uma força positiva, procurando sempre manter a moral elevada, sem reclamar e sem dar a perceber aos que me rodeiam se tenho depressões ou não.

Todo esse tratamento e a assistência médica e ortopédica me foram custeados pelo Estado, através da Suseme. Fui paciente modelo e, segundo alguns médicos, modelo de recuperação física. Recebi até visitas de pessoas com mutilações menores que as minhas, para que vissem que é sempre possível conseguir alguma coisa quando não se deseja ficar inválido e inativo, olhado apenas com piedade pelos outros. Jamais quis me tornar um peso morto, para a minha família, que dependia inteiramente de mim, ou mesmo para o Governo.

Todo o meu tratamento de fisioterapia era feito na parte da manhã aqui na ABBR. À tarde, muito embora me sentisse cansado, ou até mesmo desanimado diante das dores físicas e também morais, sempre encontrava, diante da minha nova condição, forças suficientes para compare-

cer às aulas do curso de madurez que foi ministrado para os internos da ABBR sob a coordenação da professora Henriette Amado.

Vi na educação a chance de minha vida e soube de imediato que só através de uma nova profissão poderia ser outra vez um homem válido. Sempre fui um escultor de flores e carrancas para cemitérios, monumentos, igrejas e jardins, trabalho que aprendi com meu pai. Jamais fiz outra coisa em toda a minha existência. Comecei a trabalhar aos 16 anos, parando aos 46, por força do acidente. Não sabia fazer mais nada que me rendesse algum dinheiro, nada em que pudesse trabalhar e ganhar a vida com a dignidade que um homem de bem merece.

Concluí o curso de madurez, primeiro e segundo graus, com muito mérito. Fui até fotografado pela revista *Manchete*, para uma reportagem que teve o título de *Vamos Nascer de Novo*. Hoje sou um homem alfabetizado, com um bom nível de instrução e fazendo um curso de programação de dados, no Instituto de Informática da ABBR, para ter então definitivamente uma nova profissão.

Não tenho condições de ficar externo, pois moro no morro da Rocinha e não tenho pernas nem outro meio de transporte para me locomover. Quando me acidentei há mais de quatro anos, ganhava cerca de Cr\$ 1 mil 600 por mês. Hoje recebo do INPS, como autônomo, a quantia de Cr\$ 891,00, o que representa uma grande perda de meu poder aquisitivo, com o qual vivem minha mulher, uma filha menor e duas netas sob a minha responsabilidade.

Está em curso já há mais de quatro anos, contra o Estado, um processo de indenização por perdas e danos, pelas minhas mutilações. Até hoje não recebi um centavo e não sei por quanto tempo ainda terei de esperar.

Por considerar a imprensa a minha última esperança nesta minha peregrinação aflitiva em busca de uma solução para o meu drama, faço um apelo em nome de Deus e da justiça, para que se corrija esta situação subumana a que fui arrastado, não por minha culpa mas pela irresponsabilidade de terceiros. Como já disse anteriormente, há mais de quatro anos venho aguardando essa indenização. Sei que não posso e não devo permanecer indefinidamente na ABBR, mas como posso voltar para minha casa se o que recebo do INPS não chega sequer para alimentar a minha família?

Já escrevi cartas ao presidente da República, aos ministros da Justiça e da Previdência Social e ao governador do Estado, relatando o meu drama e pedindo que pelo amor de Deus me arranjem um emprego. Até agora nada. Há aqui na ABBR diversos pacientes (paraplégicos) que fizeram cursos de programação no Instituto de Informática e estão trabalhando em empresas paraestatais ou particulares. Como meus companheiros de infúrnio, também tenho necessidade de trabalhar, para o sustento de minha família, que ainda depende muito de mim.

José Carneiro Fiino
Rio de Janeiro - RJ

Programa do Jornal de Debates

A liberdade de pensamento e o livre debate das idéias, são fundamentais para o progresso e aperfeiçoamento dos povos.

Mas tal liberdade só se realiza pelos meios normais de divulgação, imprensa, rádio etc.

Acontece, porém, que esses meios se encontram em mãos de classes sociais e de partidos políticos, isto é, fechados a todas as manifestações contrárias aos interesses daqueles grupos.

O pensamento político, econômico e social torna-se, assim, menos um instrumento de indagação da verdade em prol do conhecimento científico e do bem público, do que um defensor dos interesses particularistas dos que dispõem de poder econômico.

Esse jornal apresenta-se como uma tribuna absolutamente livre que agasalha toda e qualquer idéia, manifestada com proficiência sobre assuntos políticos, econômicos e sociais, não importando a cor política, a escola filosófica e o credo religioso dos autores.

Não abriga, porém, ataques pessoais, diretos ou indiretos, nem injúrias, claras ou veladas, porque idéias só se destroem com idéias. Pelo debate polêmico e controversia em alto nível, pelo acolhimento imperial de todas as correntes de opinião, este jornal pensa em concorrer para o desenvolvimento da democracia do Brasil.

Aqui, com efeito, todas terão iguais oportunidades de manifestar livremente seu pensamento sem nada pagar: para o Jornal de Debates idéias são bem comuns, patrimônio social.

Preso diz porque matou: "ele queria me violentar, quando eu dormia"

AGUINALDO SILVA

"Outra causa da marginalidade criminal é o fato de o valor do homem, em nossa sociedade, estar centrado no dinheiro. O fato de não consegui-lo por vias normais, pois são pobres, leva-os a procurá-lo por vias ilegais"

Comissão Arquidiocesana
de Pastoral do Sistema Penal

"Ninguém venha me dizer que as fugas (dos presídios) são normais e decorrem da ânsia da liberdade. Normal é uma conversa"

Juiz Francisco Cavalcanti Horta,
da Vara de Execuções Criminais do Rio,
atualmente licenciado.

"Vivo no interior de uma prisão. Sou um presidiário e há mais de duas décadas permaneço segregado da sociedade livre. Dirão, por certo, os menos avisados: 'ele se tornou uma fera raivosa'. Erro de cálculo, e desconhecimento de causa. (...) O bem, dentro de mim, venceu o mal de ponta a ponta. (...) Tenho um aliado forte e poderoso, que me defende contra tudo e contra todos, e no qual tenho tanta confiança que me abandono cegamente em seus braços. O nome desse aliado inestimável é Deus" (Depoimento de M.B.M. em um dos números de *Paradigma*, jornalzinho dos presos do Instituto Penal Lemos Brito, no Rio).

É evidente que poucos presos são como M.B.M., isto é, dependem apenas da graça de Deus para sobreviver nas anacrônicas, viciadas e desumanas prisões brasileiras. Por isso, mais freqüentes que a paz interior que ele revela em seu depoimento a *Paradigma*, é o desespero que, entre os internos do nosso sistema penal, resulta em manchetes como estas, que podem ser lidas diariamente, nos jornais do Rio: "Na hora do recreio, a rotina no xadrez de Caxias: outra fuga"; "Três presos violentam outros dois, por vingança"; "Matou o companheiro de cela, à noite com a faca que fabricou durante o dia"; "Morto a socos, na cela de 50 presos: era delator"; "Preso diz por que matou: - ele queria me violentar, quando eu dormia".

O uso do aprisionamento, como penalidade para o crime, é bastante recente: os primeiros exemplos datam do século XIII, sob a forma de prisão perpétua para os condenados à morte cuja pena fora comutada; mas só no século XIX o movimento no sentido de eliminar as antigas penas "vingativas" - degradação civil, confisco de bens, banimento, execução, espancamento e até mutilação - ficou tão forte que, pode dizer-se, fez do confinamento em presídios o modo normal de punir.

Mas se o espírito de vingança em relação aos presos chegou a ser eliminado dos códigos - tornou-se idéia prática comum a necessidade não de castigá-los, mas de reabilitá-los -, ele permaneceu mais ou menos vivo, na prática. Isso talvez explique o fato de mesmo nos países mais adiantados do mundo a população carcerária vicer em instituições na melhor das hipóteses precárias e antiquadas, que se orientam pelo princípio exclusivo da "neutralização" do criminoso pelo prolongado confinamento. Uma minoria de importância variável, mas sempre pequena, participa de experiências de reabilitação, sempre limitadas e ameaçadas de interrupção pelas autoridades alarmadas. Continuam em vigor, portanto, os velhos métodos arcaicos do direito baseado na vingança, o que, nas prisões, inclui o cassetete, o confinamento em celas solitárias por longos períodos, e métodos ainda

mais brutais de degradar o prisioneiro.

No atual sistema penitenciário brasileiro, cuja estrutura data de 1924 - ela resiste ao tempo, aos governos, aos simpósios, congressos e críticas, desde então -, a situação não é diferente: presídios velhos, inadequados e superlotados, sujos, medievais, desumanos, que não recuperam e quase sempre degradam, onde o homem é relegado à condição de ser estranho e indesejável à sociedade: neles é que nós confinamos nossos prisioneiros, embora exaustivos estudos e levantamentos, oficiais ou não, já tenham demonstrado a necessidade de uma reestruturação profunda do sistema, de modo a atingir, além do arcabouço físico das penitenciárias, ao próprio homem, mudando-se a mentalidade do carcereiro e, conseqüentemente, do encarcerado.

No Rio de Janeiro eles são atualmente de 8 a 10 mil. Vivem em situação melhor que os prisioneiros de João Pessoa, por exemplo, onde 40% dos detentos estão tuberculosos. Mas a comparação não significa nada. O próprio Desipe - Departamento de Sistema Penitenciário - informa que o índice de recuperação, um dos indicadores de eficiência de um sistema penitenciário, não chega a 15%. Como eles são tratados? É possível saber apenas a partir dos depoimentos geralmente deformados dos próprios presos, ou dos documentos oficiais, nunca inteiramente verdadeiros, das autoridades. No complexo penitenciário da Rua Frei Caneca, por exemplo, os visitantes só têm acesso às celas individuais - um pouco apertadas, mas bem asseadas, e decoradas ao gosto do hóspede, com fotos da mulher e dos filhos ou dos artistas famosos da televisão.

As celas individuais, no entanto, são privilégio de uns poucos prisioneiros. Em outros locais, como na Penitenciária Milton Dias Moreira, existem até três ou quatro dezenas de presos numa cela, sempre um número ímpar: como explicou uma vez o juiz Francisco Cavalcanti Horta, para evitar o *acasalamento* (a simples utilização dessa palavra, em relação a prisioneiros e homens, dá a idéia exata de como funciona o sistema penal). Estes presos, quando não estão sob castigo - por qualquer infração cometida dentro do presídio - têm direito a duas visitas por semana - um período de duas horas, cada uma -, desde que os visitantes sejam os parentes mais próximos. A recreação se limita a um horário de banho de sol, nem sempre diário, durante o qual é possível jogar futebol, e à permissão para alguns presos - os da *faxina*, isto é, os que prestam serviços dentro do presídio - assistirem televisão, um privilégio que costuma ser suspenso pelos motivos mais simples.

O tratamento não chega a ser desumano, se levarmos em conta que a maioria das pessoas que chegam aos presídios recebiam um tratamento verdadeiramente desumano - do ponto de vista social - quando estavam em liberdade. Mas há sempre nele uma característica: todos, do diretor ao mais humilde guarda penitenciário, parecem empenhados em mostrar ao preso que ele é um ser *de exceção*, uma criatura cujos direitos foram suspensos, e que ali está à mercê de uma sociedade benevolente demais, pois lhe dá, casa, comida, e provi-

dência o mínimo indispensável para a sua sobrevivência.

O *mínimo indispensável* significa o seguinte: em 1973, as estatísticas da Secretaria de Segurança indicavam que era de Cr\$ 2,34 o consumo *per capita* dos presos cariocas, quantia já insuficiente, à época, para comprar um suco de laranja e uma bisnaga. Em 1974, cada preso custava ao sistema penal Cr\$ 15,84 por dia, dividindo-se essa despesa em duas partes: a direta - alimentos, água, energia, roupas -, Cr\$ 5; e a indireta - telefone, gasolina, material para uso dos funcionários do Desipe -, Cr\$ 10,84.

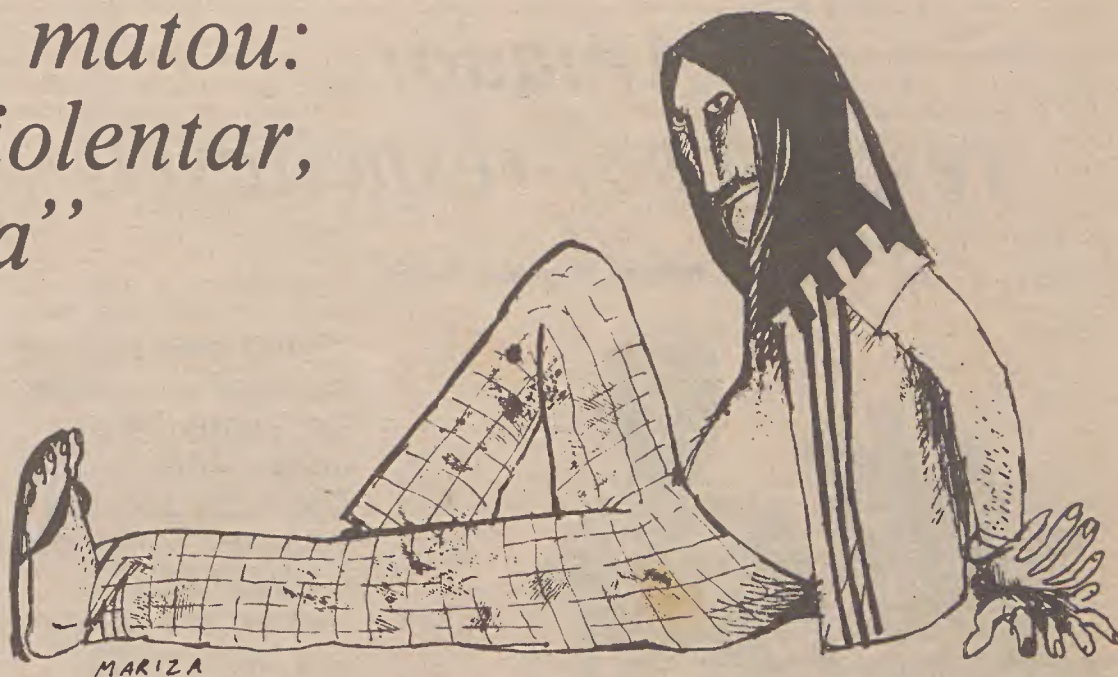
Há, evidentemente, uma crise no sistema penal brasileiro, que é superado e sórdido. Embora ao preso - a vítima direta e imediata dessa crise - nada mais interesse senão a melhoria das condições a que se vê submetido (o fato de ser prisioneiro o coloca, evidentemente, à mercê dos que são responsáveis por ele), é possível detectar as causas dessa crise. O criminalista Virgílio Luís Donnici acha que ela está assentada em dois pontos básicos:

1) Filosofia iminente repressiva da polícia brasileira, que não acompanhou as mudanças sociais da sociedade moderna. Existem hoje fenômenos de patologia social que se chocam com as normas legais, que são a garantia dos cidadãos. No entanto, a polícia brasileira, com evidentes e flagrantes conflitos de competência entre as polícias militar e judiciária, agravados pela imagem ruim que a coletividade tem dos seus guardiões da paz e da liberdade - que são e devem ser os policiais -, resente-se da ausência de um planejamento de defesa social e de pesquisas sobre o crime, o criminoso e a criminalidade.

2) No plano judiciário, os juizes devem assumir o desafio da criminalidade, fiscalizando os atos policiais sem participar de nenhuma filosofia repressiva e sem nenhuma obrigação de punir, mas, ao contrário, indicando em suas sentenças o caminho para os administradores penitenciários, no sentido do adequado tratamento para o condenado.

Certa vez, um juiz, referindo-se a um dos crimes mais punidos no Rio, o da vadiagem, disse que esta "é muito mais decorrência da falta de cultura, de condições técnico-profissionais e de emprego"; trata-se, portanto, de um problema social, e que nada tem a ver com a polícia. Mas de 15 de março a 15 de setembro de 1975, segundo as estatísticas da Secretaria de Segurança Pública, o crime mais cometido no Rio foi o da vadiagem: exatamente 1956 pessoas foram presas e processadas, nestes seis meses, porque não tinham como provar que estavam trabalhando (a prova exigida pela polícia é a carteira profissional assinada).

Embora seja baixo, atualmente, o índice de condenação por vadiagem, essas pessoas, até o fim dos seus processos, ficarão recolhidas a um dos presídios da cidade. E muitas aprenderão que, se é verdade que "o crime não compensa", é verdade também que o comportamento "anti-social" é, muitas vezes, a única saída possível para se ter um lugar - mesmo que de "renegado" - numa sociedade que comete esse tipo de injustiça.



MARIZA

Amado: respeitoso, respeitável

Walnice Nogueira Galvão



*"Entra ano sai ano
aguarda-nos mais
um romance de
Jorge Amado...
Os livros são cada
vez mais volumosos,
o que lhes
aumenta o preço
e a decorrente
percentagem para o
autor..."*

*Cada vez mais, há
menor elaboração
artística, a par
da fórmula
pessoal infalível
que é o reforçamento
da mitologia baiana:
comida de dendê
e cachaça,
praias e coqueiros,
candomblé e mulatas,
pretos e saveiros,
coronéis e
prostitutas,
sexo e violência"*

É bem verdade que Jorge Amado e Érico Veríssimo são duas vozes solitárias a clamar, no súbito deserto, contra as restrições à livre expressão. Ficcionalistas da literatura "cult", estes escritores vivem de seu ofício, não são funcionários públicos. Suas declarações públicas e abertas têm sido, de qualquer modo, altamente dignas e corajosas. Então, a liberdade de expressar sua opinião contra as restrições à livre expressão deve estar de alguma maneira relacionada, de um lado, com a independência de meios de vida fornecidos pelo Estado, e de outro, com *aquilo que se escreve*. Essa independência, se articulada com profissionalização do escritor, esbarra com normas oficiais impositivas que não são as da liberal-democracia que aparentemente vige no mundo: mas é independência provinda da liberal-democracia e remonta a vastas tradições. Viver de seu ofício de escritor e querer proteger a autonomia do ofício repousa, evidentemente, na concepção de livre-empresa. Entretanto, as normas restritivas incomodam aqueles mesmos cujo interesse elas defendem, donos de jornais, produtores de cinema e de televisão, editores. Não se trata aqui, porém, da confusão entre liberdade de imprensa e liberdade de (minha) empresa. Esta confusão existe, e freqüentemente estimula risinhos irônicos ao se constatar sua face de vingança poética; aprendiz de feiticeiro ontem; hoje esperneante censurado, não é engraçado? No presente caso, importa mais examinar o anverso obscuro da moeda, já que seu reverso é claro, e buscar extrair algumas ilações internas daquilo que se escreve quando se é um escritor economicamente independente.

Ser escritor independente parece implicar, em certas situações históricas, numa relação mais flexível para com o Estado e mais dependente para com o mercado; exceção da regra entre os escritores brasileiros, há séculos empregados do Estado. Daí gerar-se esta equação paradoxal, em que aquele que pode expressar sua opinião em favor

da liberdade de expressão é o mais comandado pelo gosto do mercado, sua obra não pode ir contra o gosto do mercado, nem como forma nem como idéias; não pode ser nova, já nasce velha. Registre-se, todavia, que aqui não interessa discutir o prestígio do novo por que novo, argumento teórico e estético tão repisado nos últimos anos que só pode estar ligado à extraordinária aceleração dos processos de mudança nesta segunda metade do século. Paralela ao obsolescência planejado que a produção impõe ao consumo de bens materiais, a supervalorização do novo na teoria deve ser o correlato ideológico da mudança rapidíssima.

As inovações e o gosto do mercado

A ficção comandada pelo gosto do mercado mais amplo está proibida de inovar, pois a inovação cria dificuldades de leitura e por isso se destina a um público minúsculo de iniciados. Só com o tempo é que do novo serão retirados traços estilísticos, ou estilemas, que passarão a círculos mais largos de consumo através da absorção e divulgação por obras subalternas, programas de televisão, anúncios de publicidade, até que percam seu teor informativo e possam ser calmamente digeridos. Sem Machado de Assis antes, para a situação triangular básica do enredo com casal esperto explorando coronelão ingênuo, e sem Guimarães Rosa para a renovação da linguagem e introdução do fantástico, não haveria nem *O Coronel e o Lobisomem* de José Cândido de Carvalho nem suas oito sucessivas edições. A ficção ao gosto do mercado tem que gatinhar no velho discurso realista tão característico dos *best-sellers*, em que a narrativa flui sem anzóis que enredem a atenção do leitor

no próprio discurso, ou na matéria narrada que não pode ser perigosa. Não se problematizem nem os temas nem a escritura, ao contrário do que faz a melhor literatura hoje em toda parte. Dicção fluente e enredo com armadilhas de suspense, essa a fórmula do sucesso.

Não só os recursos formais, tampouco as idéias podem ser novidade; ainda está para haver, aliás, a forma velha criando idéias novas ou idéias velhas criando formas novas. Por isso, a função crítica da literatura fica amordaçada, não pode haver proposta de superação daquilo que está errado no presente; o que haja de crítica se proíbe de ultrapassar os quadros do sistema vigente, literário ou mais. Pode ser uma crítica branda, que colabore para aperfeiçoar o sistema e corrigir seus pequenos defeitos para que ele funcione melhor. Jamais uma crítica que sugira mudá-lo por outro, sequer que admita o próprio sistema como errado e seus defeitos como necessidades, não contingências.

Também, o pequeno grau de "crítica social" que existe nesse tipo de literatura é obrigatório. Não conta o pé-de-laranja-lima de José Mauro de Vasconcelos como é miserável a vida das crianças pobres do Brasil? Dela se escapa milagrosa e individualmente graças a um milionário que de nós se agrada, resumo do enredo de seu livro, ou graças a um talento específico promovido pelas engrenagens empresariais e estatais no nível mais baixo dos talentos humanos, como é o caso de algum jogador de futebol. Toda literatura *best-seller* é progressista, no pior sentido da palavra; sem uma pitada - mas que não exceda uma pitada - de ideais humanitários nenhum *best-seller* cola mais. Basta lembrar, de grande vendagem nos últimos anos, a ficção científica praticada por Ray Bradbury, cujo *Fahrenheit 451*, mais tarde transposto para o cinema francês, fez furor; por Arthur Clarke, que também participou de *2001 - Uma Odisséia no Espaço*, filme de Stanley Kubrick, campeão de bilheteria pelo mundo afora; e por Isaac Asimov e Robert Heinlein. Ou o novo tipo de romance policial moderninho, como a imensa série de Ed McBain sobre o 87º distrito da cidade de Isola, evidente metamorfose de Nova York, a de Harry Kellerman com seu detetive-rabino que, acordando cedo ou dormindo tarde, além de judeu é religioso; a série de Shaft, o detetive negro; e a penca de mulheres que E. V. Cunningham tornou personagens principais e títulos de seus livros. Os oprimidos são guindados a heróis, sejam mulheres, negros ou judeus. Fora do policial e da ficção científica a fórmula, permanece como mostra o sucesso da seqüência arquitetônico-institucional de Arthur Hailey, autor de *Aeroporto*, *Hotel*, *Hospital* etc. Nomes obscuros para a cultura "cult", daqui a pouco cheirarão a mofo ou sequer serão identificados. Seria hoje aceitável o racista e classista James Bond de Ian Fleming, após o estouro dos anos 60?

As histórias em quadrinhos passam por modificações semelhantes. Heróis tradicionais como Batman, Super-Homem, Tio Patinhas e os demais de Walt Disney, antes ostensivamente sórdidos agentes do imperialismo ianque, estão-se tornando progressistas. As histórias europeias novas, as sofisticadas Valentina de Guido Crepax, Paulette de Wollinsky, Oktobriana a russa, inclusive, são incrivelmente avançadas. Em linha mais popular, arrole-se o Asterix de Goscinny e Uderzo e o Izno-gud de Goscinny e Tabary. As constantes são as cutucadas na poluição, na repressão policial-militar, na especulação imobiliária, na corrupção administrativa, na manipulação sindical, no consumo, na opressão racial.

Dentre os novos americanos, os criadores das histórias em quadrinhos de origem *underground*, mais intelectuais como Jules Feiffer, um pouco menos como o Schultz de Charlie Brown e Peanuts, ou o extraordinário Robert Crumb, aproximam-se mais dos europeus citados, fazendo histórias altamente anárquicas, desprezadas e inovadoras. Este último é autor de um desenho animado de longa metragem, *Fritz-The-Cat* (que pode ser visto nas salas da Europa e dos Estados Unidos), onde, de maneira sumamente desrespeitosa e por isso mesmo divertidíssima, são examinados os becos-sem-saída pelos quais envereda o progressismo mais avançado, ao pretender opor-se às instituições ou driblar seus preênciosos tentáculos.

Em sociedades razoavelmente abertas ao debate cultural, o ingrediente progressista no *best-*

seller, seja ele ficção escrita, filme, história em quadrinhos, é corrente, e poder ir até sua própria crítica. Quanto a nós, entra ano sai ano, aguardamos mais um romance de Jorge Amado, reiterando seu amaneiramento, apenas aguçando seus instrumentos para pior. Os livros são cada vez mais volumosos, o que lhes aumenta o preço e a decorrente percentagem para o autor sobre a venda de cada exemplar. Há, cada vez mais, trechos obviamente repetidos; percebe-se que são três ou quatro versões de um mesmo episódio para seleção e aperfeiçoamento num único final, que nunca aparece; mas aparecem as três ou quatro versões escritas ao correr das teclas. Cada vez mais, há menor elaboração artística, a par da fórmula pessoal infalível que é o reforçamento da mitologia baiana: comida de dendê e cachapa, praias e coqueiros, candomblé e mulatas, pretos e saveiros, coronéis e prostitutas, sexo é violência.

A bandeira de Amado: o populismo

A última proeza, *Tereza Batista Cansada de Guerra*, em suas 462 páginas é uma amostra do que pode haver de pior na leitura *best-seller* e em nós mesmos. A sofreguidão com que o livro é lido só se equipara à irritação que provoca. Razão tinha Jung, ao lembrar que certo tipo de obra literária, e está falando de obras de alta qualidade, é sempre rejeitada pelo público "a não ser que despende as sensações mais grosseiras".

A bandeira progressista de Jorge Amado é o populismo, a glorificação do "povo" justificando qualquer barbaridade que sua ficção perpetre. Tudo o que é bom vem do povo e, por isso, todas as personagens são caricatas. Abra-se exceção apenas para o rico e fino coronel e para a representante do povo, a prostituta mulata, casal revelador da ótica classista e sexista do escritor. Quem encarna as virtudes do povo - e, neste caso, a leitura óbvia é a resistência inquebrantável do povo brasileiro oprimido, nem por dessueto chavão menos usado -, se não a incorruptível prostituta Tereza? Até aí, nada de mais, pois se prostituta não é operária, tampouco o é a maioria da população do país. Quanto ao coronel, a influência de Tereza torná-lo-á virtuoso, mostrando que a aliança de classes é viável e o inimigo a pequena-burguesia. Já Tereza não resvala, única personagem sempre virtuosa do romance. Se puxamos à memória os pobres de Brecht e de Buñuel, pensamos que Jorge Amado está brincando uma brincadeira sem graça; tudo se passa em seu romance como se a ética da miséria fosse outra e pobre virtuoso não morresse de fome: a idealização da miséria nada fica a dever a Gilberto Freyre. A tessitura ficcional interrompe-se a todo instante para dar ocasião a enunciados abstratos e polêmicos sobre a miséria; concretizada em Tereza, jamais aparece. Ela é, de fato, um ser moral, como alguma duquesa riquíssima de Balzac; no quadro frio e cruel das altas esferas francesas do século XIX, onde todos se entredevoram, de vez em quando há uma personagem assim. E Balzac aponta a condição, necessária mas não suficiente, pois só como exceção se dá em que pode surgir um ser moral: em cima de um monte de dinheiro.

Esteretipo unidimensional, Tereza age de maneira desinteressada, altruística e devotada ao próximo. Quando lembramos a Moll Flanders, de Defoe, o paralelo constrange. Narrando suas memórias, aos sessenta anos, Moll Flanders é um modelo de flexibilidade orientada para a sobrevivência. Bastarda, nascida nos subterrâneos da prisão de Newgate e separada da mãe que é deportada para as colônias americanas. Percorrendo o país com um bando de ciganos até os três anos de idade. Vivendo num orfanato, onde se torna artesã, tendo como medo maior tornar-se criada doméstica. Passando depois para uma casa de família onde é seduzida e se apaixona pelo filho mais velho, que a abandona. Casando-se cinco vezes, uma delas com seu próprio irmão, de quem tem um filho. Subsistindo anos a fio como ladra e como prostituta. Tendo que abandonar os vários filhos que concebe de vários homens. Apanhada roubando, é enviada para Newgate e condenada à morte. Obtendo, através de um padre que a leva à

conversão e ao arrependimento, a comutação da pena para degredo no Novo Mundo, para onde vai com um de seus maridos, salteador de estradas que reencontra na prisão. Enfim, abastada fazendeira na Virgínia, conseguindo reconciliar-se com seu filho que lá ficara e que era fruto do incesto. Tal é a vida da personagem de Defoe. A grandeza da personagem, e também de seu autor, vem de que ela é um ser humano complexo, misto de espartezza prática - senão, como sobreviver? - e sentimentos convencionais, que são os da sociedade em que vive; afinal, os valores dominantes etc. Quando nas asas da paixão mais cega, mantém escondido algum dinheiro ou bens, de que não dá conhecimento ao amado, para alguma emergência. Se abandonar um filho é condição de sobrevivência para ela, chora e se lamenta mas abandona. Seduzida por um dos irmãos da casa onde morava e por ele apaixonada, casa-se todavia com o outro irmão que fecha os olhos à sua condição inferior; e, recriminando-se embora, jamais confessa a ligação anterior que liquidaria seu casamento e a posição que adquiriu. Nem por isso deixa de ser uma pessoa bondosa, boa para os outros e pronta a perceber igualmente a bondade nos outros. É capaz das mais vis transações, lutadora que nunca foge da liça, a menos que fugir implique em continuar a viver.

Tereza não, Tereza é inteiriça, Dom Quixote dotado de sanidade mental e destituído de Sancho Pança, como se fosse aceitável uma personagem assim desde que, há tantos séculos, Cervantes fez a crítica escarninha do herói na ficção. Nem consciência política lhe falta, inclusive para liderar movimentos cínicos de proteção aos desamparados e de resistência à repressão. Qual Lisistrata, esta cidadã da pólis subdesenvolvida comanda uma greve do mesmo tipo na zona do meretrício, entre outros feitos. Se a prostituta de Sartre é respeitosa, esta é respeitável. Tamanha estereotipia e falsificação artística enfrenta um problema de construção literária que não é pequeno. Como, num romance repetitivo das piores fórmulas do realismo diluído, tornar verossímeis as ações de tal personagem? A solução já foi explorada por Jorge Amado em obras anteriores. Todo nó de enredo, quando se apresenta - como Tereza e suas desarmadas irmãs de profissão poderão enfrentar a polícia? - encontra desenlace sobrenatural. Os orixás baianos intervêm *ex machina*, e tudo acaba bem; o que ocorre inúmeras vezes. Virtude em perigo, os bons ameaçados, fracos justos contra fortes injustos, o leitor pode olhar para o céu: algum orixá amigo surge para resolver o impasse; poque também os orixás, tal como o autor e o leitor, têm posição tomada ao lado dos oprimidos. Como a escrita é ambígua, admite, para quem quiser, a leitura materialista; mas a outra, a sobrenatural, que se dá como metafórica, é que é a "lírica", a das peças de resistência onde o escritor mostra que sabe ser poeta quando quer.

Discurso indireto e irresponsabilidade

Um exemplo, colhido entre muitos. A colega Paulina vai ao terreiro de Mãe Marizinha consultá-la sobre projeto de Tereza, que quer desafiar a polícia em vias de expulsá-las das casas onde moram e praticam a profissão: deseja ainda saber se Tereza está de boa fé. O orixá Ogum Peixe Marinho desce, monta seu cavalo-de-santo que é a dona do terreiro, e dá a consulta. A certa altura: "E a moça Tereza, merece confiança"? Foi categórico: absoluta. Guerreira, filha de Iansã, por detrás dela Ogum Peixe Marinho avista um velho de bordão e barbas brancas, o próprio Lembá de Lé, dito Oxalá pelos nagôs". Logo, a polícia invade as casas e prende todas. Tereza consegue fugir pela rua. O policial Peixe Cação, inimigo pessoal dela, tenta detê-la mas entre ambos se interpõe um velho. "De onde surge o velho a escondê-la dos olhos de Peixe Cação? Um velho imponente, terno de linho branco, chapéu chile e bengala de castão de ouro". Rápidos negaceios. Tereza se esquiva e desaparece. "Peixe Cação e o guarda buscam em vão, onde sumiu a desgraçada? Sumiu também o velho sem deixar rastro. Que velho? (...) Ninguém viu velho nenhum, nem antes, nem agora, nem de-

pois." (pp.395-398). A mobilização do discurso indireto, como nos trechos citados, funda a ambigüidade que permite as duas leituras, ao gosto do freguês se ele forma com os progressistas irracionaisistas, fica satisfeito, se com os progressistas racionalistas, põe o sobrenatural na conta de "lírico". De qualquer modo, está ressalvada a posição *correta*, linha justa, do autor e do leitor.

Esta arma estilística de que Jorge Amado tão bem sabe se servir, o discurso indireto livre, permite a seus escritos a irresponsabilidade. Pois eles são narrados, sem que haja um narrador, por uma voz misteriosa que flui não se sabe onde. Às vezes, em curtos trechos de duas ou três páginas, tipografadas em itálico, o narrador é identificado no fim. Naturalmente, nestes casos são sempre pessoas reais na moda, famosas e folclóricas da mitologia baiana - como Mãe Menininha do Gantois, Cuca de Santo Amaro ou Camafeu de Oxóssi. Tais tre-

Antes a pornografia, agora a perversão

chos passam por depoimentos, mas não há distinção de estilo: é o mesmo discurso indireto livre que rege o romance inteiro.

Mas no que Jorge Amado excede a si mesmo na presente obra, ganhando de outros valores nossos como Cassandra Rios e Adelaide Carraro, e mesmo de clássicos da pornografia como os vitorianos, é na titilação do leitor. Se de há muito vinha praticando essa linha, para que ela continuasse a interessar o leitor era preciso renová-la incessantemente, em reforçada recorrência. De grau em grau, o forte agora é, não mais a mera pornografia, mas um salto à frente nas áreas escusas de perversão. A pedra de toque neste caso é o sadismo. Do total do livro, cerca de 1/3 descreve relações íntimas de Tereza com o sádico capitão Justiniano, que a mantém trancada num quarto, lhe bate de chicote de sete pontas e correia com fivela de metal, queima-lhe as plantas dos pés com ferro de engomar em brasa. Só a cena inicial dessas relações, a do estupro, obviamente, toma quatro páginas. Não esquecer que Tereza tem apenas doze anos de idade, o que vem acrescentar ao sadismo e pedofilia. Também não se deixa de perceber alguma admiração pelos feitos excepcionais do capitão, o qual depois de ter lutado a noite inteira para conseguir violentar Tereza, levando arranhões, chama de lamparina e pontapé em lugar estratégico, ainda continua capaz, "macho retado toda vida" (pp. 114).

Em episódios mais amenos, como o de que Tereza conhece Daniel, e com ele as alegrias do amor, dez páginas dão conta do recado de uma só noite. São pormenores a que somam mais pormenores, e talvez um desses manuais tão correntes agora na era da libertação sexual não seja tão minucioso. Cada tipo de carícia, cada recanto do corpo, cada possibilidade combinatória, cada manifestação vocal, cada movimento e odor, ali estão. E se encontram, embora concentrados nestes dois trechos exemplares, espalhados ao longo de todo o romance. Essa opção pelo pormenor pornográfico coloca o leitor na posição de *voyeur* e as personagens na de exibicionistas, o que, para uma lista de perversões, já não é pouco sadismo, pedofilia, *voyeurismo* e exibicionismo. Peça-se perdão ao marquês de Sade, em cuja obra as práticas perversas se constituem, no mínimo, em objeto de meditações existenciais.

E aqui chegamos ao delicado ponto que é o tratamento da prostituta como personagem central. Aparentemente, nada mais progressista do que guindar uma das mais destituídas criaturas da sociedade a essa posição de eminência. A imagem da prostituta como a mulher com infinita capacidade sexual freqüenta tradicionalmente as fantasias do imaginário. Para gerações anteriores, ela desempenhou o papel de iniciadora dos homens nos mistérios do sexo, daí resultando muitas vezes uma fixação preferencial. Para as mulheres de família, ela representa o padrão de máxima poligamia contrastante com sua monogamia obrigatória; e, portanto, se inimiga enquanto simultânea ameaça é garantia também objeto de inveja enquanto hipotética riqueza de experiência sexual a elas vedada. Entretanto, raramente se sabe o que a pros-

tituta, ela mesma, pensa de si, de sua condição, das outras mulheres, dos homens e do mundo. Os estudos sobre a prostituição poucas vezes são feitos por mulheres; a maioria dos que existem até hoje têm homens por autores, trata-se de material clínico que aparece indiretamente através de desvios psicosssexuais de clientes masculinos, e é o caso dos trabalhos de Krafft Ebbing ou de Freud, por exemplo, tratam-se de trabalhos jornalísticos. Ultimamente, os movimentos liberacionistas femininos têm avançado as investigações, incluindo depoimentos feitos por prostitutas. E, passo adiante nas tentativas de esclarecimento e incorporação destas ao movimento: realizou-se, inclusive, em dezembro de 1971 e nos Estados Unidos, o primeiro congresso feminista sobre prostituição, com a participação de prostitutas.

Para analisar a prostituta de Jorge Amado, tentar-se-á juntar os fios disponíveis, sejam os da ficção, dos casos clínicos, dos estudos e dos depoimentos, num esforço de compreensão. Acrescenta-se ainda uma dificuldade necessária, e que Virgínia Woolf já confessava em *The Death of a Moth*, embora em tempos mais repressivos nesse campo; ao escrever, o fluxo da imaginação corria o risco de ser interrompido se topasse com alguma reflexão ou fantasia sobre seu próprio corpo e sexo. Parece haver algo claro na representação da prostituta, comum a essas fontes todas, e que algumas delas se esforçam por superar os contornos de uma representação masculina dominante. Lisonjeia aos homens pensar a prostituta como fonte de prazer sempre acessível e disponível, ela é a única mulher proibida de dizer não, detentora por isso do menor grau de liberdade possível no contato com o outro sexo. O gesto de dar o dinheiro, o ato do pagamento, introduz à relação mercantil e reduz à mercadoria o que é fruição. Ao mesmo tempo, da parte da mulher, o receber dinheiro é retribuição de trabalho, mas também é degradação; foi comprada, não escolheu. A degradação opera para ambos já que o outro deseja algo que só obterá se recorrer à mais brutal e grosseira das persuasões, a do dinheiro. A sedução sexual percorre vários níveis, vai desde a utilização de posição de classe, que se revela em signos exteriores como o carro, a roupa, as boas maneiras, a conversa de pessoa viajada e instruída, até as conhecidas promessas de empregos e cargos, amor eterno e mesmo casamento. No ato do pagamento em dinheiro, instaura-se uma relação de poder em que o poder, embora, em matices diferentes, está dos dois lados; ambos são dominantes e dominados, ambos são degradados. Daí ser também raríssimo, embora haja prostitutas com alguma consciência de sua condição. Também elas competem com suas colegas para obter o favor dos homens, já que ter mais fregue-

ses é fonte de mais dinheiro, mais prestígio, maior sobrevivência e maior poder. E, para conseguir o favor excepcional dos homens é preciso ser mais prostituta, ou seja, mais dócil e mais prestativa aos papéis que o homem lhe empresta, às carícias que ele deseja, a uma teatralização maior do prazer que ela finge ter.

É nos casos mais extremos que essa relação ganha transparência. Refiro-me às prostitutas flageladoras de que os clássicos clínicos abundante-



A prostituta criada pelo machismo

mente tratam; nada clássico, porém como neles corrente, integrado no cotidiano e na chamada normalidade é o depoimento da parisiense Jackie, publicado num dos últimos *Les Temps Modernes* de 1972. Aí se observa como o exercício do poder ao alcance das prostitutas atinge seu ponto máximo, pois ela é paga pelos homens para flagelá-los, cobrando de volta nesse gesto sua própria degradação, cobrança concretizada na ação de bater e ferir. Obviamente, se pensamos no imaginário, quem mais se aproxima destas turvas situações tão reveladoras é mais Buñuel que a autocomplacência com que Fellini expõe suas prostitutas.

O lado ameaçador, perigoso da prostituta é por vezes percebido. Não é por coincidência que o mistério de Jack, o Estripador, ocorreu no tempo da rainha Vitória. Nos curtos limites de algumas semanas, cinco prostitutas foram assassinadas e

desmembradas, nunca se descobrindo a identidade do criminoso. Esse gesto ilumina a moral vitoriana em ação e no seu limite; ou seja, é a própria pessoa física da prostituta que deve ser exterminada porque significa o correlato da instituição da família, potência sexual assustadora, pressentimento de obscuras dívidas que podem vir a ser cobradas.

Uma ou outra prostituta mais consciente admite sua alienação. Percebe tanto a degradação a que é sujeita quanto à degradação a que submete o outro, extraindo daí os poucos momentos de vingança contra sua própria condição e as sensações de poder que consegue ter. A maioria usufrui alienantemente do papel em nada consciente, que à sociedade a colocou. Mesmo assim, o peso é excessivo, corpo e alma se vingam para além da esfera da consciência; a alta incidência de frigidez e lesbianismo entre prostitutas é indicadora disso. A frigidez aponta para uma recusa interior da possibilidade de fruição do sexo; o lesbianismo, para a única saída da relação mercantil, significando uma livre escolha e uma recuperação da relação sexual como não mercadoria; tristes vias, todas elas.

Diante desse quadro, a prostituta de Jorge Amado se ergue como uma notável produção imaginária de machismo latino-americano. Tereza Batista é a mulher ideal de todos os homens progressistas com dinheiro na carteira. Prostituta bonita, calorosa, acolhedora, de bom caráter e, sobretudo, mulata; esta, fantasia erótica predominante em todos os povos com passado escravista. A par disso, tem consciência de sua situação, é solidária com suas companheiras de ofício a quem defende até em luta corporal com os homens, é politizada e ganha um casamento por amor e, no fim. Tendo, todos os traços de prostituta absolutamente alienada e inconsciente tem também os traços (só os que interessam ao machismo) da que seja altamente consciente.

A proeza de Jorge Amado, agora, reúne e reforça achados de seus livros anteriores. A prostituta que simpaticamente vagueia por todos eles se torna personagem principal e título, o alegre erotismo cruza a linha da perversão, a mitologia baiana é reiterada, o discurso indireto livre expertamente manipulado, Jorge Amado, enfim, pratica o kitsch de si mesmo. E sua concepção do que seja a literatura vem veiculada pela boca de Cuíca de Santo Amaro que, se discurso indireto livre, não desautoriza, é perda de tempo ocupar-se de escritos que não provoquem reações fisiológicas masculinas (p. 303, 15ª linha), afirmação vazada, evidentemente, em linguagem que a ele é permitida mas, ironias do destino, uma "revista de cultura" não pode transcrever. Tal é o ideário estético de Jorge Amado, e Tereza Batista Cansada de Guerra aí está para confirmá-lo.

Carne e palmito impróprios para a alimentação, morte de bois e peixes: falta controle ao uso de pesticidas no Brasil

Morrendo como insetos

No ano passado os Estados Unidos devolveram ao Brasil uma partida de carne industrializada, por julgá-la imprópria para o consumo. Vários países da Europa deixaram de comprar palmito brasileiro pelo mesmo motivo. Em 1974, no Rio Grande do Sul, 400 bois de uma fazenda morreram por haverem rompido uma cerca e se alimentado em uma plantação de soja. Peixes têm morrido envenenados em rios de várias áreas agrícolas do país. Em todos esses casos há uma única causa: uso inde-

do no país - o uso indiscriminado desses produtos tem provocado frequentemente morte de animais e até lavradores - ou poderá sofrer restrições quanto à qualidade da exportação agroindustrial brasileira no mercado exterior, especialmente nos Estados Unidos, Alemanha e Japão. Essa grave denúncia foi feita recentemente pelo professor J. Carneiro Filho, veterinário formado pela Universidade de Paris e diretor da Associação Brasileira de Laticínios.

Apesar de proibições em vários países pesticidas como o HCH e o DDT continuam sendo empregados, em níveis crescentes, nos países subdesenvolvidos do Terceiro

Mundo. Esses compostos possuem grande eficácia no combate às pragas da lavoura e são infinitamente mais baratos que os repelentes do tipo organofosforados, biodegradáveis e mais seguros. Na opinião do especialista, "não se trata de abolir a utilização do DDT, porque isso resultaria numa verdadeira catástrofe para a agricultura nacional, mas o uso deve ser regulamentado". Argumenta o professor Carneiro que o número de casos de devolução de mercadorias exportadas pelo Brasil aumenta a cada ano. "Há uma corrente de técnicos favoráveis à abolição completa desses pesticidas - explicou o técnico - mas as próprias autoridades sanitárias do Ministério da Agricultura consideram problemática esta solução, pois os produtos clorados são muito mais em conta para o agricultor e permitem aumentar as culturas com uma certa segurança".

Segundo Carneiro Filho, o crescimento agrícola brasileiro poderia ser profundamente afetado com o afastamento do DDT e do HCH. Ele acredita que a medida mais oportuna seria a conciliação entre os interesses econômicos e a necessidade premente de preservar o meio-ambiente,

ajudando a manter intacta a saúde do consumidor, que estaria hoje consumindo alimentos contaminados - quase envenenados - sem saber que isso ocorre. E o veterinário vai mais além em suas revelações:

Até agora as restrições baixadas pelo Ministério da Agricultura tem sido de alcance duvidoso, seja devido à falta de fiscalização mais rigorosa, seja por insuficiente conscientização dos agricultores, já que assistência técnica tem estado a cargo dos próprios fabricantes e distribuidores de pesticidas, que não obedecem às normas internacionais.

Em conferência realizada na Secretaria de Agricultura de Belo Horizonte, o professor lembrou que os pesticidas organoclorados são assimilados pelo organismo animal e até secretados pelo leite materno, tendo já ocorrido vários desses casos nos Estados Unidos, onde o emprego desses produtos foi taxativamente proibido pela Associação de Proteção ao Consumidor que exigiu do governo norte-americano uma definição por parte dos fabricantes. Segundo o professor, são admitidas dosagens de 0,3mg por quilo (0,3ppm) para alguns produtos e de 1,25ppm para outros, entre os

quais estão o DDT e seus derivados. "Por outro lado - acrescentou Carneiro Filho - os produtos fosforados são biodegradáveis e desaparecem 60 dias após a sua aplicação". Os organoclorados ao contrário não desaparecem, permanecendo impregnados no solo e nas superfícies onde são aplicados, diluem-se nas águas, poluindo-as, impregnam-se no ar, concentram-se em alimentos. Completando a cadeia biológica, chegam ao homem em proporções elevadíssimas, podendo causar a morte.

Mas a utilização abusiva do DDT não ocorre só no campo. Nas cidades, sob orientação desinformada de paisagistas e afins, o inseticida é inocentemente usado em residências - contra pequenos insetos ou em jardins por meio de "bombas domésticas", diariamente, principalmente durante o verão. Estende-se, assim, o perigo aos lares. Há o risco de contaminação de utensílios de cozinha e podem surgir problemas com a pele. A responsabilidade por essa situação recai sobre as autoridades da agricultura e da saúde pública, cuja atenção parece estar desviada para outros problemas como o aumento da produção e o combate às epidemias.

"Como na camada burguesa, todos os outros personagens de classe média e do povo são estereotipados. O resultado é que O Grito não se comunica com ninguém: nem com os burgueses, nem com a classe média e muito menos com o povo", diz Flávio Pinto Vieira

O grito preso de Jorge Andrade

Na ocasião do início da novela, o autor de *O Grito*, declarou: "São Paulo sempre foi o tema das minhas obras, mas esta é a primeira vez que encaro o assunto pelo lado urbano, sob o ponto de vista da urbanização da cidade. Até agora, escrevi sobre a São Paulo tradicional. O quatrocentão, os barões do café e sua decadência. (...) Há uma verdadeira correria para o sul. O sul é o paraíso. A novela é um retrato dessa realidade".

Esta declaração de Jorge Andrade coloca o primeiro dado para a abordagem crítica de *O Grito*. Conseguiu o autor, saindo do mundo quatrocentão e tradicional de sua família marcadamente paulista, isto é, deixando de lado o conjunto de suas experiências vitais, transmitir o impacto de seus trabalhos anteriores? Conseguiu a relativa autenticidade de que suas obras sobre a São Paulo tradicional carregavam? Creio que a resposta é negativa para as duas interrogações. Nem o impacto e nem a autenticidade estão presentes em *O Grito*.

Foi infeliz o passo dado por Jorge Andrade. Muito mais rentável artisticamente, a meu ver, teria sido da sua parte um aprofundamento, um mergulho ainda maior nas raízes de sua obra ini-

cial. Para quem conhece a sua obra teatral, não será difícil reconhecer a defasagem entre as situações do trabalho atual e aquelas que refletiam os conflitos e os preconceitos típicos das famílias aristocráticas rurais de sua terra. E o telespectador poderá julgar essa mesma defasagem comparando *O Grito* com *Os Ossos do Barão*.

Essa defasagem, segundo o meu ponto de vista, é resultado de duas escolhas: a primeira está no fato de o autor ter abandonado a sua realidade, as suas vivências, as recordações enterradas em sua memória, sem dar conta de que este é o material que sempre lhe serviu para os seus melhores momentos dramáticos; a segunda escolha foi ter achado que uma determinada realidade urbana pode ser captada e transmitida, em termos literários, depois de alguns meses ele ter visitado muitos prédios de São Paulo, percorrido bairros e freqüentado diversas reuniões de condôminos.

As duas escolhas levaram ao que é a novela em exibição pela Rede Globo: uma das coisas mais artificiais e esquemáticas aparecidas ultimamente. Apesar de todo o esforço visível dos intérpretes (o elenco, sem dúvida, é de primeira), não há o menor toque de autenticidade

em nenhum personagem. Parecem fantoches falando coisas brilhantes e elaboradas. Ao mesmo tempo as situações em que esses personagens se envolvem não têm a mínima densidade. Não há, infelizmente, nada que, em termos de concepção artística, possa salvar *O Grito*.

Depois de quase 25 capítulos de novela, Jorge Andrade, diante das reações surgidas, deu uma nova explicação: "O edifício Paraíso" - diz ele - "nada mais é do que o extrato de uma cidade. E esse extrato está baseado numa série de pesquisas sobre a cidade e numa vasta leitura sobre o urbanismo. (...) E nada melhor do que ele para simbolizar o esmagamento do homem em uma metrópole como São Paulo. Portanto, no Edifício Paraíso configurei o que é possível configurar das diversas classes sociais. Enfim, ele forma uma pirâmide social".

Nesta explicação de Jorge Andrade está contido todo o germe do fracasso de sua atual telenovela. É o que mostrei adiante.

Há várias categorias de ingenuidade literária. Uma delas é achar que apenas divertir é louvável, esquecendo-se a estrutura alienante que essa diversão implica. Outra é não querer divertir mas informar, Janete Clair, com seu mundo folhetinesco, é uma ilustração da primeira. Jorge Andrade, especificamente em *O Grito*, é exemplo da segunda. Já citei sua declaração segundo a qual, no Edifício Paraíso, procurou simbolizar o esmagamento do ser humano numa cidade grande, depois de "se basear numa série de pesquisas e numa vasta leitura sobre o urbanismo". Não foi por acaso que ele pensou inicialmente em chamar sua telenovela de Paraíso Perdido.

Mas onde está o germe do fracasso de *O Grito*?

No desejo do autor de informar. Na sua ingenuidade de querer configurar, no Edifício Paraíso, a complexidade das classes sociais. De querer simbolizar, enfim, o próprio esmagamento do ser humano numa metrópole. Toda essa gene-

rosidade é inviável artisticamente. Todo esse humanismo universal é vazio. Como são inçonequantes artisticamente essas preocupações com a humanização da cidade e da vida. Não importa se a novela coloca problemas de uma dimensão existencial cotidiana: o que importa é que ela não os transmite, com autenticidade e impacto artísticos.

O grito não será ouvido por ninguém. Simplesmente porque não sai de bocas concretas.

A pirâmide social da novela é fácil de descrever: na camada burguesa, estão o individualista (Léo Villar), o intelectual (Walmor Chagas), o preconceituoso (Edson França), o rural (Castro Gonzaga) e o tradicional de passado ilustre (Tereza Rachel). Tudo o que esses burgueses falam é apenas para ilustrar os arquétipos originais. As relações conjugais e filiais são as mais artificiais possíveis. Dessas as mais ridículas são as estabelecidas entre Walmor Chagas e Isabel Ribeiro, que faz a burguesa intelectual, pintora nas horas vagas. É curioso observar que, praticamente, não ficamos sabendo o que faz toda essa gente fora do Edifício Paraíso - somos informados de suas atividades, é claro, mas não as conhecemos. E não seria necessário esse conhecimento para que essa gente adquirisse um mínimo de densidade humana?

Como na camada burguesa, todos os outros personagens de classe média e do povo são também estereotipados. O resultado é que *O Grito* não se comunica com ninguém: nem com os burgueses, nem com a classe média e muito menos com o povo.

E não se comunica porque o autor, com a intenção de transformar os moradores de um edifício paulista nos habitantes de uma cidade grande, não consegue nos transmitir a existência de nenhum morador, a realidade de nenhum edifício e tampouco o peso de uma cidade grande. O grito ficou preso na garganta.

Sérgio Danilo que pertenceu à geração dos "novos ficcionistas" conta o comportamento de um dos mais sérios poetas contemporâneos brasileiros, que praticou o que muitos evitam: a leitura. "Sou apenas um escritor. Minha máquina ou meu lápis é o instrumento de trabalho. Quem escreve afinal sou eu".

Fernando Cássio, um ano depois

Com *Vida no aquário*, *Cão de bronze*, *Corredor polonês* e o romance *Os extremos limites*, Fernando Cássio foi a grande perda do ano de 1975.

Um ano após sua morte em luta contra a tuberculose, seus amigos procuram estudar o seu modelo de literatura já que Fernando Cássio desafiou o conto, a poesia, o teatro e o romance.

Ainda inédito já que alguns de seus livros se esgotaram com as pequenas edições, Fernando Cássio já é hoje conhecido internacionalmente e desconhecido em seu país, já que escritor novo não vira best-seller.

Nós nos vimos - ou seja conversamos muitas vezes, nos dias longos e nas noites curtas em Minas. É difícil entender sua morte, uma espécie de pouco caso que a vida preparou e só agora um ano depois, críticos, poetas e escritores começam a dar conta da existência de Fernando Cássio Figueiras, poeta e contista mineiro, morto o ano passado em luta contra a neu-

rose, a filosofia, a burocracia dos hospitais e a tuberculose.

Com *Vida no aquário* (diário), *Cão de bronze* (poemas), *Corredor polonês* (contos) e um romance inédito *Os extremos limites* o escritor mineiro, que apesar da precariedade da saúde, acompanhava de Campos do Jordão (SP) a literatura brasileira feita pelos novos continua a ser um desconhecido pela maioria dos leitores brasileiros, embora seus poemas e contos já estejam a longo tempo sendo pesquisados por universidades européias e americanas.

O que espanta é que o público tenha custado tanto a perceber da existência deste solitário "Camus" mineiro ou que os editores não se tenham dado conta de que sua obra sempre foi editada por conta de amigos e livreiros.

Salvatore Quasimodo, Vasco Pratolini, Inazio Silone, Jacques Prevert participaram da vida de Fernando Cássio, acessórios para a construção de sua obra, embora ele me declarasse: "Sou apenas um escritor. Minha máquina ou meu lápis é o

instrumento de trabalho. Quem escreve afinal sou eu. Descubro: olhos, bocas, mãos e a vida destas pessoas em sua maioria boêmios, marginais, artistas, banqueiros e senhoras da fina classe média. As pessoas me interessam seja para descobrir as surpresas, seja para entender por que amam e trabalham".

Ituiutaba uma cidade no pontal do triângulo mineiro serviu para Fernando Cássio e Luiz Vilela de abastecimento e convivência de muitos personagens. Nesta cidade mixto de urbano e provincianismo rural Fernando Cássio criou em 1965 *Testemunho*, uma revista de debate literário e cultural, chegando a atrair os novos escritores, contistas e poetas brasileiros para o "papo".

Nesta época iniciou-se anualmente a realização de uma semana de debates e exposições de arte de vanguarda e a fundação de um laboratório poético.

A primeira exposição de poemas-cartazes, posterior a realização em 1963 da semana de poesia de vanguarda realizada na reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais, foi realizada em Ituiutaba demonstrando visualmente toda a evolução da poesia de vanguarda no Brasil. Em 1965 Fernando Cássio percorria vários redutos intelectuais no país a procura de amostras da poesia da época para esta mostra que contou com a participação de centenas de poetas brasileiros e dezenas de vanguardistas internacionais.

No entanto, o regionalismo da promoção, o personalismo de alguns integrantes, a falta de apoio cultural e a permanência curta de poetas, escritores, cineastas e autores de teatro acabaram com a realização desta amostra de literatura, que durou ainda alguns anos e se deformou pela falta de novos incentivos.

Muitas vezes utilizando uma outra publicação regional Câmara Lenta uma revista semanal, sem muita presença gráfica, Fernando Cássio, traduziu para este jornalismo sertanejo os valores do cinema brasileiro.

Ainda na fase nascente do cinema novo, Glauber Rocha estava presente em entre-

vista nas páginas de *Câmara Lenta* bem como Nelson Pereira dos Santos era analisado por Fernando Cássio, exatamente pela aproximação de sua obra com a vida urbana brasileira.

Simultaneamente vivendo nos hospitais de S. Paulo e Campos de Jordão, vez por outra voltando a Minas e se abastecendo de ânimo para viver, Fernando Cássio viveu como pôde o torturoso caminho dos que escrevem neste país, sem INPS e seguro de vida. O que equivale dizer que ele viveu mal.

Em a vida no aquário há um homem que se posta frente um aquário de peixes e compara com os habitantes da cidade grande, poluídos, mal nutridos, sendo pescados a cada instante pelo consumo e o lucro.

Sua ironia à política brasileira, seu amor ao Vietnã de Hanói, seu convívio com Copacabana nos anos 50, sua aventura de ingressar na universidade e não ter meios, seus interrogatórios a Camus, sua simpatia por Sartre, sua solidão de hospital em hospital, sua correspondência com Pasolini, sua sede de se tornar um jornalista, mesmo free-lancer para solucionar seus momentos de crise financeira, fazem parte deste diário ainda inédito já que sua primeira edição alcançou mil exemplares.

Nenhum jornal brasileiro, nenhum crítico, deram referências de sua obra e morte. Apenas C. Rangel e Hamilton Trevisan prestaram-lhe uma homenagem póstuma, publicando A coisa um dos seus últimos contos no primeiro número da revista *Escrita*.

Coube a Murilo Cezar Soares, contista, encarregar-se dos funerais de Fernando Cássio em S. José dos Campos, nada mais sabendo seus leitores sobre o restante de sua obra inédita. Tarefa que caberá a cada um de seus amigos recolher para a edição completa de seus escritos já que dezenas de suplementos literários, semanários, jornais e revistas registraram seu convívio com a literatura brasileira.

Fernando Cássio foi um caso raro na geração de novos escritores: viveu o seu tempo integral dedicado à leitura.

Tudo vai bem nos tanques de mistura da Coca-Cola?

A Tribuna da Imprensa divulga o relatório da Delegacia Regional do Trabalho sobre os acidentes ocorridos na fábrica da Coca-Cola e examina os laudos periciais. E conclui: "Os laudos são totalmente falhos"

A Delegacia Regional do Trabalho enviou, ontem, um relatório contendo as conclusões das vistorias realizadas na fábrica da Coca-Cola, a propósito da morte de três operários na área de produção daquela empresa, localizada no subúrbio de Bonsucesso. O texto integral do relatório é o seguinte:

A Delegacia Regional do Trabalho - Rio de Janeiro, tendo em vista a conclusão das providências adotadas no seu âmbito, diante das denúncias efetivadas pela imprensa sobre acidentes de trabalho que teriam ocorrido na Fábrica da Coca-Cola, sito à Estrada do Itararé nº 1.071, informa:

1 - Esta é a primeira oportunidade em que a DRT-RJ se manifesta sobre o assunto, sendo substituídas de fundamento quaisquer notícias vinculadas como tendo origem neste órgão.

2 - Na parte técnica, vistoriada a empresa, se constatou o seguinte, conforme o laudo do engº Murilo Junqueira Ribeiro: "Na hipótese de o artigo da Folha de S. Paulo, ser verdadeiro, a ocorrência só poderia ter sido em dois locais, a saber:

Sala de preparação de xarope - Nesta sala há três tanques de aço inoxidável com agitadores, tendo cada um a altura aproximada de 3 metros e diâmetro de cerca de 1,20 metro. Os referidos tanques possuem tampa em sua parte superior. O acesso às referidas tampas é feito na sala do andar superior. Esta sala é atingida por escada de alvenaria. O local das tampas não possui proteção. Foi feita exigência para a proteção das referidas aberturas. Sala de refrigeração e filtragem - Nesta sala há um tanque de aço inoxidável com agitador. Este tanque possui cerca de dois metros. Em sua parte superior possui uma abertura de cerca de 40 centímetros. Como o operador acha-se sobre a plataforma (vide croquis anexo), abaixo da abertura, julgo pouco provável haver queda do operador dentro do tanque, a menos que o mesmo debruçasse na referida abertura. Para se apurar se, de fato houve morte dos referidos operários, creio que esta apuração seja de âmbito policial. Também peço vênha para lembrar que seja verificado sobre as folhas de pagamento do INPS, se há de fato tais operários. Em tempo. Foram constatadas algumas irregularidades, em virtude disto, lavrei notificação à firma em causa".

3 - As irregularidades constatadas para as quais foram anotadas as providências cabíveis, no sentido de evitar ocorrência de acidentes foram as seguintes:

"a) Na sala de preparo de xarope prover as 3 (três) aberturas

no piso (onde estão os compressores de refrigeração), aberturas que se destinam ao acesso dos tanques pela parte superior, de guarda-corpo (artigo 173 do Decreto-Lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1976).

b) Na sala de refrigeração e filtragem prover a escada de acesso ao tanque de correção em ambos os lados (artigo 175 do Decreto-Lei nº 229 de 28 de fevereiro de 1967).

c) Prover as empilhadeiras de espelho retrovisor (artigo 187 do Decreto-Lei nº 229 de 28 de fevereiro de 1967)".

4 - Ainda no sentido de esclarecer fatos e verificar o cumprimento da legislação trabalhista, efetivaram inspeção no estabelecimento os inspetores do Trabalho Luis Carlos Lassance, Sylvio Garcia de Mattos e Carlos Ney Giudicelli, com as seguintes conclusões e providências:

"Sr. Diretor

Em cumprimento ao despacho do sr. delegado, exarado às fls. 5 verso, comparecemos à sede da Coca-Cola Refrescos S.A., localizada à Estrada do Itararé, 1071 em Bonsucesso, procedendo a minuciosa verificação nos documentos da referida empresa, tais como, folhas de pagamento, Lei de 2/3, cadastros de admissão e dispensa de empregados, (Lei 4923/65), sem contudo conseguir localizar os nomes dos empregados Carlos Alberto de Oliveira e Marcelino Cardoso da Silva, pressupondo-se não serem os mesmos funcionários da Coca-Cola, pelo menos no que se refere ao local visitado.

Ainda assim, dentro do sentido amplo em que foi procedida a fiscalização em pauta, foram lavrados dois autos de infração, de números 50.014 (DRT-14.731/76), por infringência aos artigos 373 combinado com o 374 e 59, todos da CLT.

Sendo o que nos cabia informar, submetemos o processo à consideração de V.Sa. para as providências que julgar necessárias.

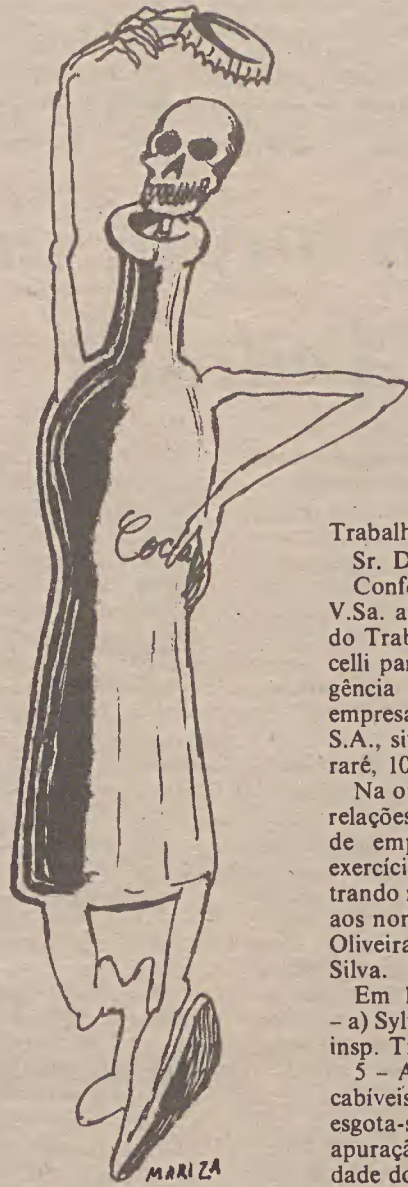
Em 9 de fevereiro de 1976. - a) Luiz Carlos L. Antunes, insp. do Trabalho - Matr. 1.196.985-DRT-RJ - a) Carlos N. Giudicelli, insp. do Trabalho - Matr. 1.196.440.

Sr. Diretor.

Nesta data, comparecemos mais uma vez à sede da firma Coca-Cola Refrescos S.A., onde examinamos os cadastros de admissão e dispensa de empregados (Lei 4.923) de dezembro de 1974 a dezembro de 1975. Além disso, foi examinada a relação de empregados (2/3) das filiais da referida firma, filiais estas, localizadas nos seguintes endereços: Estrada Plínio Casado, 1219, Rua Marquês de São Vicente, 95, Rua Monsenhor Manoel

Gomes, 143, Rua Viúva Cláudio, 342 e Rua Belém, 170, todas no Estado do Rio de Janeiro. Quanto às fichas de registro de empregados, não foi possível verificar se faltava uma ou mais fichas, em virtude de as mesmas estarem arquivadas em ordem alfabética, e não cronológica como usualmente é feito. Verificamos ainda, que a referida firma, registrou em 1975, nesta delegacia, as fichas de registro de empregados, de nº 8.801 a 10.104, o que evidentemente torna impraticável, dado o motivo acima exposto, a verificação cronológica das mesmas. A presente fiscalização, foi realizada em companhia do inspetor do Trabalho, sr. Sylvio Garcia de Mattos. Informo outrossim, que mais uma vez nada foi encontrado que evidenciasse a existência dos supostos empregados, Carlos Alberto de Oliveira e Marcelino Cardoso da Silva.

Em, 10 de fevereiro de 1976. - a) Carlos N. Giudicelli, insp.



Trabalho - Matr. 1.196.440.

Sr. Diretor

Conforme determinação de V.Sa. apresentei-me ao inspetor do Trabalho Carlos Ney Giudicelli para acompanhá-lo na diligência a ser efetuada hoje, na empresa Coca-Cola Refrescos S.A., situada na Estrada de Itararé, 1071.

Na oportunidade, examinei as relações de admissão e dispensa de empregados, relativas ao exercício de 1975, não encontrando nelas nenhuma referência aos nomes de Carlos Alberto de Oliveira e Marcelino Cardoso da Silva.

Em 10 de fevereiro de 1976. - a) Sylvio Garcia de Mattos, insp. Trabalho 1.192.245".

5 - Adotadas as providências cabíveis no âmbito da delegacia esgota-se essa competência para apuração com maior probabilidade dos fatos, o que já é objeto de sindicância policial devidamente instaurada na 21ª Delegacia Policial".

Uma análise dos laudos periciais da DRT

O delegado do Trabalho, sr. Luiz Carlos de Brito, enviou ontem a este jornal (juntamente com uma carta ao jornalista Hélio Fernandes) os laudos periciais realizados na fábrica da Coca-Cola de Bonsucesso, a propósito da morte de três operários daquela empresa, que teriam caído em um dos tanques de misturar xarope.

Para nós, os laudos são totalmente falhos. Mas nem por isso deixaremos de publicá-los. Quanto à nossa opinião, é a seguinte:

1) O ponto mais importante do relatório que nos foi enviado, é a parte atribuída ao engenheiro Murilo Junqueira Ribeiro, e que diz respeito à vistoria realizada nas salas de preparação, refrigeração e filtragem do xarope. As conclusões dessa vistoria não deixam dúvidas quanto à possibilidade de ter ocorrido o acidente, tanto na sala de preparação do xarope quanto na de refrigeração e filtragem.

Sobre a sala de preparação diz textualmente o laudo:

a) Há no local três tanques com agitadores, medindo 3 metros de altura por 1,20 de diâmetro, possuindo cada um uma tampa na parte superior.

b) O local das tampas não possui proteção.

c) Foi feita exigência para que a empresa providencie a proteção das referidas aberturas.

Isto quer dizer que há possibilidade de ocorrer acidentes na sala de preparação do xarope. Ou melhor, até a data da realização da vistoria, poderiam cair operários dentro de qualquer dos tanques. Tanto assim que a empresa foi autuada e intimada a providenciar a proteção adequada.

Sobre a sala de refrigeração e filtragem, o laudo diz que "é pouco provável haver queda do operador dentro do tanque, a menos que o

mesmo se debruçasse na referida abertura". Muito clara a conclusão: o acidente é pouco provável, mas pode ocorrer, desde que um operário se debruce na abertura do tanque. Logo, também ali poderiam ter caído os trabalhadores.

É bom esclarecer que a existência desse tanque (que é o maior de todos) foi omitida inicialmente pela Coca-Cola, nas informações prestadas à Delegacia do Trabalho. Ele foi descoberto pelo engenheiro Murilo Junqueira, quando realizou a primeira perícia na fábrica, no dia 5 deste mês.

2) - Quanto à segunda parte do relatório (está assinada, mas por outros peritos) é simplesmente ridícula. Os senhores Luiz Carlos Antunes e Carlos Giudicelli, confessam que "não foi possível examinar as fichas de registro de empregados", mas mesmo assim eles "pressupõe-se não serem os mesmos funcionários da Coca-Cola, pelo menos no local visitado.

Veja bem o leitor: os dois peritos (?) confessam que "não foi possível examinar se faltava alguma ficha entre as de nº 8.801 e 10.104, porque elas estão arquivadas em ordem alfabética e não cronológica, como usualmente é feito". E mesmo assim, pressupõem que os operários Carlos Alberto de Oliveira e Marcelino Cardoso da Silva não foram registrados como funcionários da Coca-Cola no ano de 1975.

Como o leitor verá no próprio relatório que estamos publicando, os dois funcionários foram encarregados de apurar, na escrita da Coca-Cola, se os operários Carlos Alberto de Oliveira e Marcelino Cardoso da Silva eram ou não empregados daquela empresa. Mas, em vez de apurar como lhes foi determinado, eles preferiram apenas "pressupor".

O QUE SE DIZ...

● *Em conversas com jornalistas políticos, o presidente da Arena, Francelino Pereira, declarou-se satisfeito com as medidas tomadas pelo partido para o pleito deste ano:*

"Estamos atingindo o nível ideal de motivação para as convenções que indicarão, no segundo semestre, os candidatos do partido". Francelino assegurou que foi vencida a indiferença que existia em certos setores da opinião pública relativamente à Arena. Segundo ele, predomina agora um crescente interesse pelo desenvolvimento da ação partidária e pela divulgação do programa arenista, o que se deve à própria ação partidária e à execução das obras e empreendimentos do governo.

"Dentro do Partido já se pode visualizar um novo ânimo, em função do crescimento do índice de empenho das lideranças em todo o país pelo fortalecimento da Arena e da presença de seus parlamentares junto ao governo, em uma espécie de ação conjugada. Não se fala mais em derrotismo nem em marginalização nas fileiras da Arena. Isso demonstra nossa coesão e o interesse que estamos desenvolvendo para que o partido se comunique com todas as áreas populacionais do país, levando sua mensagem programática e uma palavra sobre as obras que marcam, sobretudo, no campo social, o excelente desempenho do governo Geisel."

● O governador de Pernambuco, sr. Moura Cavalcanti, afirmou, após encontro com o presidente da Arena, sr. Francelino Pereira, que assume toda a responsabilidade pelo esquema de segurança montado na cidade de Caruaru, quando da estada do presidente do MDB, sr. Ulisses Guimarães. O esquema, segundo o governador, foi "para garantir a lei, porque o MDB desconheceu a existência da autoridade estadual e não pediu licença para realizar passeatas".

"Não transfiro meus atos para ninguém. Coloquei um forte aparato policial para garantir a lei: cachorros e cavalos, além de um forte contingente de policiais, foram deslocados para Caruaru. Os emedebistas não consultaram o governo do estado sobre se era possível fazer passeatas. Então tive de agir. E volto a repetir a mesma dosagem, assim que se faça necessário".

● O ex-governador Cid Sampaio comentou que com a atual estrutura administrativa a política tornou-se desnecessária ao processo e, "como tudo o que é desnecessário atrofia, a política está atrofiada pelo desuso".

"Hoje as soluções dos problemas nacionais e estaduais são seguros fatos de Deus. São tomadas sem que haja movimentação de opinião e sem discussão das comunidades interessadas."

● O deputado Lysâneas Maciel (MDB-RJ) comentou as declarações do líder comunista Luís Carlos Prestes, dizendo "que a nação não deve deixar-se confundir com provocação e o realce que o próprio sistema procurou imprimir à alegada entrevista do Luís Carlos Prestes". Para ele, "facé às eleições que se aproximam, pode-se até dizer que até é inteligente esta provocação; senão é o caso de perguntar-se: será que o governo e seus órgãos de segurança e censura realmen-

te acreditam na importância tão decisiva do PC no comando do inconformismo popular neste país?"

● "Muito melhor que um conselho é um bom susto. A Arena atendeu ao chamado do toque de reunir e procura, agora, reconquistar posições perdidas para vencer as eleições. Acredito que a mobilização recomeçou sob bons auspícios, com todos empenhados num mesmo trabalho" - declarou o senador Jarbas Passarinho, 1º vice-presidente da Arena.

● "Como solução parcial para os problemas financeiros de Nova York, porque a cidade não legaliza a prostituição e cobra impostos pesados? Este plano não só beneficiaria financeiramente a cidade como também melhoraria a área de Times Square. Muitos dos homens que procuram prostitutas não são daqui da cidade: assim, carregariam dinheiro para Nova York. Uma vez que a prostituição é um crime sem vítima e que, de qualquer maneira, continuará sendo praticada, é bobagem mantê-la na ilegalidade." (Carta da leitora Mary Anne Page, publicada em *The New York Times* de 11/2/76).

● O líder do governo na Câmara Federal, deputado José Bonifácio, desmentiu qualquer possibilidade de o presidente nacional da Arena, deputado Francelino Pereira, reunir-se com o presidente do MDB, deputado Ulisses Guimarães, para a formulação de um modelo político para o país, com base na revogação dos atos de exceção.

Ao declarar-se "radicalmente contrário a um encontro desta natureza", o sr. José Bonifácio disse que ele seria "inútil, inócuo e ridículo". E acrescentou que, caso o sr. Ulisses Guimarães esteja realmente disposto a se entender com o sr. Francelino Pereira, seu objetivo só pode ser "o de obter para si a governança de São Paulo, concorrendo com seus próprios companheiros, Orestes Quêrcia e Franco Montoro".

● Na opinião do deputado José Roberto Faria de Lima (Arena-SP), o entrosamento entre o partido e o governo, visando principalmente à próxima campanha eleitoral, deveria ser acompanhado de um programa de prioridades "para a participação mais direta do eleitorado nas decisões nacionais".

"É preciso engajar a opinião pública no esforço de desenvolvimento, sem mistificação, sem censura, sem medo de fantasmas e sem preconceitos. Não devemos temer a juventude, pois os moços, amanhã, vão nos ultrapassar e fazer coisas melhores do que as que estamos fazendo."

● Em exposição feita perante a comissão executiva da Arena-RJ, o vice-presidente do partido, deputado Alair Ferreira, afirmou que o prefeito Marcos Tamoio deve renunciar ao cargo, "pois também em política não se pode servir a dois senhores".

● O presidente do MDB gaúcho, sr. Pedro Simon, disse que a campanha eleitoral da oposição no sul será "uma valiosa contribuição ao aprimoramento democrático, porque vamos pregar a pacificação dos espíritos e a reconciliação nacional".

"Vamos denunciar o que deva ser denunciado e reclamar contra o que esteja errado, mas em termos elevados e respeitosos, despreocupados em atingir as pessoas e preocupados com a solução dos problemas brasileiros."

● O senador Paulo Brossard (MDB-RS) disse que o MDB está cumprindo e continuará a cumprir seu papel de porta-voz da oposição brasileira e que, ao contrário de inquietar-se com o crescimento do partido, "o governo deveria agradecer a ajuda que o MDB lhe presta".

● O embaixador norte-americano em Moscou, Walter Stoessel, "encontra-se bem e não sofre nenhuma enfermidade ligada a emissão de radiações contra a embaixada", declarou um porta-voz da mesma. Esta declaração teve como objetivo desmentir um artigo no jornal norte-americano *Boston Globe*, datado de Washington, que afirmou que Stoessel sofria uma "curiosa enfermidade de sangue que pode ter sido provocada por ondas ultracurtas enviadas contra a embaixada pelos sistemas de espionagem soviéticos".

● Se a médio prazo a Arena e o MDB não conseguirem o engajamento da expressiva parcela de opinião pública "alheia aos partidos políticos" será difícil no futuro evitar o retorno do pluripartidarismo. Essa opinião foi expressa pelo governador do Rio Grande do Sul, Synval Guazelli. "Quanto mais os partidos puderem mobilizar a opinião nacional, mais se afirmarão e mais fortes serão. E sendo mais fortes, mais estabilidade teremos."

● "Há uma defasagem na opinião pública entre o prestígio do presidente Geisel e o prestígio da Arena" - ao reconhecer este fato, o deputado Norton Macedo (Arena-PA) defendeu a alteração e a reformulação dos métodos de ação de seu partido. A explicação do deputado para a defasagem: a forma de atuação de um não está em perfeita sintonia com a do outro. E evidentemente o erro não pode ser atribuído a quem tem o melhor conceito. "O presidente não é um homem que cultive a popularidade. Mas o partido, este sim, como meta de sobrevivência, tem de procurar sempre sua identificação com o povo."

● O arcebispo de Porto Alegre, cardeal Vicente Scherer, aconselhou em seu programa radiofônico semanal "Voz do Pastor", que os católicos leiam a autobiografia do arcebispo primaz da Hungria, cardeal Mindszenty, e o livro Arquiepélago Gulag, de Alexander Soljenitzin, para que tenham uma idéia "dos métodos de tortura na União Soviética e outros países comunistas, que violam habitualmente os direitos fundamentais do homem transformando-o em autômato e frangalho humano".

● O líder do MDB no Senado, Franco Montoro, defendendo a necessidade de "desfazer alguns equívocos que podem comprometer o processo de normalização da vida pública brasileira" disse que "o compromisso do governo não pode ser com a Arena e sim com a nação", do mesmo modo que "o compromisso do MDB não é simples-

mente com a oposição, mas com o Brasil e com o bem comum". "Todas as vezes que o governo adotar, como tem feito, posições condizentes com nosso programa, não podemos fugir ao dever de apoiá-lo. Acrescentou que "nossa missão é a de fortalecer todos os passos dados no sentido de uma democracia social, no reconhecimento dos direitos humanos e na execução de uma política de afirmação nacional".

● O líder do governo na Câmara, deputado José Bonifácio (Arena-MG), anunciou que vai exigir que o MDB "esclareça a entrevista de Luís Carlos Prestes, porque até hoje os líderes do partido da oposição não esclareceram nada". Assinalou o deputado José Bonifácio que não acredita que o MDB tenha negociado com o Partido Comunista para obter o apoio nas eleições parlamentares de 1974, mas "é evidente que alguns elementos do partido tiveram apoio dos comunistas e cabe à oposição dar explicações a respeito, não a mim, mas ao povo".

● O ministro da Justiça, Armando Falcão, admitiu que, após as eleições de novembro, o governo poderá eventualmente estudar temas como o da criação de novos partidos políticos. Fez, contudo, uma ressalva: "Estamos vivendo a experiência bipartidária, que ainda é nova e não está exaurida. Nossas atenções estão todas voltadas para a vitória da Arena. O problema agora é vencer as eleições municipais. Política se faz com todos os meios, e nós vamos usar todos os meios." Perguntado sobre que meios seriam esses, respondeu: "Vocês sabem quais são."

● O governador Paulo Egídio Martins disse que gostaria de ver as teses abordadas no discurso do general Rodrigo Otávio Jordão Ramos serem debatidas pelos políticos no Congresso Nacional e nas Assembléias estaduais. "Com todo o respeito pessoal que tenho pelo general Rodrigo Otávio e pela expressão do seu pensamento, prefiro que aquelas teses sejam debatidas pela classe política. Esta deveria ter a iniciativa do debate."

● O presidente Geisel, falando para representantes de 55 sindicatos de trabalhadores em Belo Horizonte, afirmou que "a luta de classes é uma balela que o comunismo quer introduzir no Brasil". Segundo Geisel, "assim como existem maus empregados existem maus patrões, mas a Justiça do Trabalho tem por função resolver as divergências". "Vamos respeitar os direitos dos trabalhadores. O Brasil tem uma justiça do trabalho das mais aprimoradas do mundo e é preciso ter confiança no governo." Nesta entrevista com líderes sindicais de Minas Gerais, Geisel perguntou quantos sindicatos ainda existiam sob intervenção. "Cinco ou seis" - respondeu o delegado regional do trabalho "Mas houve tempo em que eram muito mais, não é?"

● O MDB de Goiás resolveu interpelar formalmente o governador Irapuan Costa Júnior, talvez até judicialmente, para que explique o sentido de recentes declarações, segundo as quais o partido da oposição está infiltrado de subversivos, recebe ordens do exte-

rior e ele, governador, "está disposto a pegar em armas para deter a subversão". Os emedebistas consideram estas declarações como uma "provocação", lembrando que "a incitação ao uso de armas configura crime contra a segurança nacional, pela sua clara intenção de tumultuar o ambiente político, prejudicando a própria ordem pública".

● O governador do Rio Grande do Sul, Synval Guazelli, disse que não permitirá a utilização de seu governo como força de coação para obter resultados eleitorais favoráveis. "Isso não é política. É politicagem, que não permitirei em meu governo."

● "Esperemos que Kissinger não nos traga um recado, nem um manual de boas maneiras. O Brasil deve aproveitar a expansão soviética na África para extrair elementos com que barganhar, não uma posição secundária, mas preponderante na fixação de uma política de segurança para o Atlântico Sul, contando com seus mais de 7 mil quilômetros de costa marítima." Esta declaração foi formulada pelo deputado José Roberto Faria de Lima (Arena-SP), a respeito da notícia de que, em sua próxima viagem ao Brasil, o secretário de Estado Henry Kissinger coloca, como ponto prioritário, conversações em torno de um possível reativamento de bases militares em Fernando de Noronha e Natal, dentro de uma estratégia mais ampla de segurança coletiva no hemisfério sul.

● Ao dar posse a Ismael Menezes Armond como secretário extraordinário de comunicação, o governador Paulo Egídio, de São Paulo, disse que não gostaria que, em um instante sequer, se atribuisse à nova secretaria "uma função de propaganda como nos habituamos a ver na era getulista". "Não é nosso propósito que esta secretaria divulgue a imagem do governador ou a imagem falsa do governo. É nosso propósito que esta secretaria sirva como um meio permanente de comunicação através da imprensa, prestando contas dos seus acertos e prestando contas dos seus erros também."

● O líder do governo no Senado, sr. Petrônio Portela, observando que o mal do sistema democrático é o abuso verbal de homens responsáveis pelo esclarecimento da opinião pública e que a grande doença da democracia é a demagogia, rebateu com veemência as críticas do líder oposicionista Franco Montoro ao entrosamento da Arena com o governo. "É evidente a confusão que o líder do MDB está fazendo com os temas políticos. Quando o governo atende às reivindicações do partido visando o bem coletivo, ele estará agindo com vistas à nação, cujos reclamos devem ser interpretados pelos partidos políticos. No caso, o partido do governo é a Arena."

● "Quem tala mal do 25 de abril está contra a Igreja", afirmou o bispo do Porto, Antônio Ferreira Gomes, considerado um moderado politicamente, para quem "rejeitar o pluralismo é aceitar a inquisição". "Nos dois casos há sempre uma autoridade que estabelece o que é certo e o que é errado. Em nome da Igreja e como bispo, rejeito a inquisição."

Do Peru, Neiva Moreira, descreve as implicações da crise internacional na economia desse país e os planos do governo para a situação

NEM REDUÇÃO DO NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO NEM SACRIFÍCIO DOS

OPERÁRIOS

As soluções que o governo peruano deveria encontrar ao impacto que a crise internacional está produzindo na economia nacional não eram fáceis nem simples. Não se tratava de aplicar soluções clássicas, mas de deter a inflação e evitar a recessão, sem comprometer as transformações estruturais, reduzir o ritmo da transferência de rendas e abandonar os grandes projetos econômicos nos quais o país centraliza suas esperanças.

As novas medidas anticrise foram anunciadas pelo próprio ministro de Economia, Luís Barua Castañeda, através de um programa de televisão e rádio de mais de cinco horas e que terminou por uma conferência de imprensa. Barua, que é o único civil do gabinete, apresentou ao país uma radiografia objetiva da situação, revelando que, contrariando uma tendência que se acentuou desde o atual ciclo revolucionário, o Produto Nacional Bruto – oscilando nos anos anteriores entre 6 e 8% – havia caído a pouco mais de 4%, com uma taxa nacional de crescimento demográfico superior a 3 por cento.

Onde a crise se tornou muito séria foi no setor externo. O Peru é um país mineiro. Suas exportações nesse campo eram de cerca de 50% do total e a tendência nos últimos anos era favorável, sobretudo graças às grandes obras de infra-estrutura e desenvolvimento técnico que se vêm realizando nos principais centros mineiros do país. A baixa sistemática dos preços internacionais dos produtos mineiros – que escapa por completo ao controle das medidas do governo peruano e de outros países do terceiro mundo expostos as mesmas dificuldades – golpeou duramente a balança comercial.

Apesar dos seus ambiciosos projetos econômicos em pleno desenvolvimento o Peru vinha apresentando saldos positivos em sua balança comercial, mas essa tendência se inverteu a partir de 1974, quando a alta internacional dos preços dos produtos industrializados e do petróleo rompeu todos os esquemas correntes.

Em 1974 o déficit da balança comercial já superou os US\$ 400 milhões, mas o financiamento externo, que reflete a confiança internacional de que desfruta o governo, permitiu que o balanço de pagamentos apresentasse um saldo positivo, embora se acentuasse o endividamento do país.

Já no ano passado, a situação se agravou seriamente. As importações passaram de US\$ 1,908 milhões para 2,491 milhões, enquanto as exportações desceram de 1,505 milhão para US\$ 1,378 milhão. Apesar do uso do crédito externo, a balança de pagamentos fechou em dezembro com um saldo negativo de quase US\$ 550 milhões.

O Peru estava, assim, colhido pelas pontas de uma tenaz; de um lado, era obrigado a importar, não apenas para a atender às suas necessidades correntes, como para manter o ritmo de desenvolvimento de seus projetos econômicos. E enquanto, pelas mesmas quantidade importadas – e, em certos casos, até por menos – pagava muito mais dólares, recebia muito menos pela venda dos seus produtos minerais, sobretudo o cobre.

Mas não foi só o setor mineral o responsável por essa situação que o próprio ministro de Economia considera “alarmante”. Como se sabe, o Peru é um país de grandes recursos pesqueiros. Em anos recentes, chegou-se a pescar 12 milhões de toneladas e, com as novas obras de infra-estrutura realizadas em sua indústria estatal, se podia esperar uma contribuição muito importante à balança comercial, apesar de que uma nova política de de-

vesa dos recursos naturais, não permitiria a pesca depredatória que realizavam, antes da nacionalização dessa indústria, as empresas estrangeiras.

Pois bem, por um motivo puramente climático, as sardinhas desertaram quase por completo em 1975 da costa peruana. De um crescimento de 41% em 1974, na pesca se passou a uma taxa negativa de 17 por cento.

Ao lado desses fatores decisivos, também, a indústria teve um comportamento estacionário e a agricultura não superou o 1% de crescimento, o que, frente ao aumento da taxa demográfica, resultou negativo. O problema das importações, repercutiu no comportamento do setor industrial, ao passo que na agricultura, o encarecimento de adubos, reduziu a produtividade em muitos campos.

Nesse quadro, era inevitável que aumentasse o déficit financeiro e que a acumulação nacional alcançasse uma taxa negativa superior a US\$ 300 milhões.

As medidas anunciadas pelo governo não tomaram a população de surpresa, pois vinha acompanhando, desde o ano passado, o desenvolvimento das primeiras batalhas para conter os efeitos da crise.

Nessas medidas, há elementos muito interessantes, reveladores da filosofia revolucionária do governo. É corrente, em muitos países de terceiro mundo, mas, sobretudo na América Latina, que em situações semelhantes, se recorram a duas soluções clássicas: redução do nível de desenvolvimento e transferências dos ônus às classes trabalhadoras. O Peru optou por um caminho diferente. Os planos de desenvolvimento não se modificaram, senão que alguns projetos receberam maiores inversões para que sejam acelerados. Esses projetos constituem uma sólida esperança do país e uma segurança de que será muito fortalecida sua infra-estrutura econômica.

O oleoduto da selva é um deles, seguramente o mais importante. Atualmente, o Peru importa petróleo. Sua produção não alcança para o consumo. Quando, o ano próximo, o oleoduto de cerca de 2 000 quilômetros começar a transportar um mínimo de 100 mil barris diários de petróleo da selva amazônica até a costa norte, então o país passará de importador a exportador. O mesmo ocorrerá nas minas, umas em processo de ampliação e outras sendo tecnificadas. Desde que o mercado internacional se mantenha com um relativo equilíbrio, o Peru poderá em alguns anos, duplicar sua exportação de minérios e algumas delas, com um alto grau de processamento industrial.

No campo agrícola, o país concentra suas esperanças em duas realizações: a reforma agrária e os programas de irrigação. Alguns destes, como Chira-Piura, no norte do país, estão quase concluídos e assegurarão não só um considerável aumento da produção local, como a criação de milhares de novos empregos. Quanto à reforma agrária, a etapa de entrega de terra a quem a trabalha estará terminada em junho próximo. Cerca de 11 milhões de hectares de terras agrícolas, estarão nas mãos dos camponeses, ou melhor, de cerca de 1 600 novas empresas camponesas já formadas ou em formação. Libertado da tarefa de assegurar o ritmo de transferência dessas terras, o Ministério de Agricultura pode, agora, dedicar-se à melhoria dos padrões técnicos das empresas e do consequente aumento da produção.

O governo espera que a agricultura cresça este ano a uma taxa superior a 3% e, para isso, mante-

ve os subsídios dos adubos e está reorganizando os circuitos de comercialização. Se acentue que a Confederação Nacional Agrária, que congrega já cerca de 3 milhões de camponeses, está reclamando que as próprias empresas camponesas ou outras empresas, de propriedades social, se encarreguem da comercialização dos seus produtos.

Simultaneamente com uma austera análise da situação o governo peruano anunciou uma série de medidas para fazer face à crise. Racionalização das importações – só o poder público pode importar licores e outros produtores suntuários e qualquer tipo de importação necessita de uma licença prévia, favores fiscais às exportações, compressão de despesas burocráticas e considerável aumento do imposto de renda, incidindo nos que ganham mais e que pode alcançar a 65%, além da eliminação dos subsídios de alguns produtos alimentares e, sobretudo da gasolina.

Poucas pessoas entendem por que a gasolina é tão barata no Peru e apesar dos aumentos de agora continuará sendo, pois o novo preço é de menos da metade do que vigora no Brasil e cerca de 1/3 do que se paga na Argentina ou no Uruguai. Também os jornais deverão contribuir para aliviar a crise. Haverá um corte de 15% na importação de papel. Alguns diários liminhos usam papel tão liberalmente que a medida poderá afetar-lhes os excessos mas não suas reais necessidades.

O que é assinalável na nova política é que resguarda a tendência de transferir rendas e, sobretudo, de evitar que se agravem as dificuldades do povo. O ministro da Economia assegurou solenemente que o produto do aumento dos preços dos gêneros alimentícios não ficará com os intermediários e, sim, será canalizado aos produtores camponeses, que são quase a metade do país e integram uma das comunidades que, até 1968 – data da revolução – era das mais abandonadas.

Simultaneamente com os aumentos de preços foram tomadas algumas medidas de compensação: um aumento generalizado de salários congelados, aluguéis e prorrogação dos contratos por tempo indefinido. Também atuará o governo no campo da comercialização, como no caso do querosene. Embora com aumento de preço esse produto passou a ser distribuído pela empresa estatal Petroperu, de modo a eliminar o mercado negro que já se vinha desenvolvendo, com preços muito superiores aos agora fixados pelas novas tabelas.

Segundo a previsão do governo, a inflação, que foi de 24% em 1975 (cerca de 400% no Chile, 372% na Argentina, de quase 100% no Uruguai e mais de 30% no Brasil e Colômbia) cairá para uma taxa entre 15 e 20%, enquanto o déficit do balanço de pagamentos baixará em mais de US\$ 200 milhões. Se prevê que não haverá novas perdas de reservas que, em 1975 se situaram em cerca de US\$ 150 milhões. Por fim, os técnicos governamentais esperam que o Peru conseguirá em 1976 uma taxa de crescimento de 5,5%, com a recuperação do setor pesqueiro e uma sensível melhora nos preços e no ritmo de exportações dos minerais.

Há muita expectativa na América Latina pela aplicação dessas medidas, sobretudo pela possibilidade de freiar uma crise ameaçadora gerada no exterior, sem deter um processo revolucionário, baseado fundamentalmente na transferência de investimentos e na criação de uma sociedade de tipo não-capitalista. Se a isso chegar, como espera o seu governo, a revolução peruana terá superado um obstáculo decisivo. (*Andina*)

Washington procura na Ásia um eixo novo para novo equilíbrio

IRINEU GUIMARÃES

Gromyko voltou de Tóquio amedrontado com a possibilidade de uma tríplice aliança esdrúxula, formada pelos Estados Unidos, China e Japão. Os três países pretendiam estabelecer no Pacífico uma poderosa rede de proteção contra qualquer ameaça russa e neutralizar toda veleidade soviética de expansionismo

Há pouco mais de um mês, o Ministro das Relações Exteriores da União Soviética, Andrei Gromyko, regressava a Moscou sem ter obtido nenhum resultado apreciável de mais uma de suas visitas oficiais ao Japão. Na ocasião, os comentários da imprensa internacional não assinalaram o verdadeiro alcance da missão de Gromyko. O correspondente do jornal parisiense *Le Monde* em Tóquio, Robert Guillain, acaba de publicar, sobre esta "Batalha Diplomática do Pacífico", um estudo magistral, no qual mostra com uma clareza absolutamente exemplar toda a sutileza dos grandes lances desta esplêndida partida de xadrez.

Por trás do tabuleiro, dominando toda a estratégia do jogo, continua a sombra de Chu En-lai. O objetivo essencial do falecido Primeiro-Ministro de Mao Tse-tung era mudar a orientação da política externa da China, de maneira a abandonar o que ele qualificava de "luta em duas frentes", para concentrar todas as suas forças contra o inimigo principal, a União Soviética. Ao final da famosa *Revolução Cultural*, em 1969, Chu En-lai pôde iniciar a execução de seu plano, procurando seduzir primeiro o Secretário de Estado Henry Kissinger, em 1971, e depois o próprio Presidente Richard Nixon, em 1972. Vista com recuo, a manobra diplomática de Chu En-lai revela toda a sutileza de seu gênio. O estabelecimento de relações oficiais entre Pequim e Washington aparece agora como um dos fatos relevantes da política internacional neste último quarto de século. De uma hora para outra, ficavam substancialmente alteradas as relações entre Pequim e Tóquio. A China não via mais com maus olhos a cooperação militar entre os Estados Unidos e o Japão. Pelo contrário: os pactos bilaterais entre aqueles dois países poderiam até representar para ela uma proteção suplementar contra o terrível perigo do Norte, isto é, o colosso soviético. A segunda etapa da manobra de Chu En-lai era a conquista do Japão. O trabalho de sedução se encontra praticamente concluído e o tratado de amizade sino-japonesa, que os soviéticos procuram sustar a todo custo, está em fase bastante avançada de estudos. A China, os Estados Unidos e o Japão poderiam assim firmar uma espécie de Tríplice Aliança que instalaria no Pacífico uma poderosa rede de proteção contra qualquer ameaça russa, neutralizando eventuais veleidades de expansionismo da União Soviética naquela área. Mas o que mais inquieta os soviéticos são os novos princípios sobre os quais pretende basear-se esta nova doutrina do Pací-

co. Estes princípios são a cláusula da *anti-hegemonia* e a denúncia do *mito da equidistância*.

Falando em Honolulu no dia 4 de dezembro do ano passado, pouco depois de sua visita oficial a Pequim, o Presidente Gerald Ford definia publicamente a nova doutrina num documento que comporta os seis seguintes pontos essenciais:

- 1 - Continuação da posição de força dos Estados Unidos no Pacífico;
- 2 - Elevação do Japão à condição de aliado ativo e preservação do regime de relações privilegiadas com aquele país;
- 3 - Consolidação dos laços de amizade com a China, especialmente no que concerne a uma oposição comum contra qualquer forma de hegemonia na Ásia;
- 4 - Continuação da presença norte-americana no Sudeste Asiático;
- 5 - Defesa da Coreia do Sul;
- 6 - Cooperação acentuada com a China, sobretudo na área econômica.

A nova doutrina é muito diferente da *Doutrina Guam* exposta pelo ex-presidente Nixon. E entre as modificações originais figura sobretudo a presença da China, como elemento ativo na nova diplomacia do Pacífico. Mas, para Guillain, o que há de mais importante é o silêncio total que se nota no discurso de Honolulu sobre a União Soviética: *Quando se conhece, diz ele, a importância que a URSS atribui à sua condição de potência asiática, e mais que isso, de potência do Pacífico, tem-se o direito de supor que este silêncio foi considerado em Moscou como um verdadeiro insulto*. Mas é sobretudo o Ponto-3 da doutrina que visa particularmente a União Soviética: *"Nós estamos de acordo com a China para nos opormos a qualquer forma de hegemonia na Ásia ou em qualquer outra parte do mundo"*.

Esta declaração do Ponto-3 pode ser considerada como uma alusão às alegadas intenções expansionistas de Moscou, que Pequim não se cansa de denunciar. Reiterando diversas vezes esta declaração do discurso de Honolulu, perante os mais distintos auditórios, Ford e Kissinger deixaram muito claro aos olhos de Moscou que a nova diplomacia do Pacífico aceita plenamente as grandes teses chinesas. É preciso recordar, para melhor entender nas entrelinhas, que Pequim empregou pela primeira vez o termo *hegemonia* ao condenar a intervenção das tropas do Pacto de Varsóvia na Tchecoslováquia, em 1968.

Quanto ao segundo princípio da nova doutrina, a denúncia do *mito da equidistância*, a interpretação é um pouco mais sutil. Num discurso proferido a 19 de junho de 1975 perante a *Japan Society*

de Nova Iorque, Henry Kissinger declarou que era necessário *"salvaguardar um sentido de prioridade entre nossas relações"* e fazer uma distinção muito clara entre nossos aliados e nossos adversários". E Kissinger concluiu o discurso com a expressão célebre: *"A equidistância é um mito"*.

Segundo os intérpretes mais autorizados, a expressão, no contexto da época, poderia traduzir-se da seguinte maneira: poderia Moscou, Pequim e Tóquio, é claro que quem está mais perto dos Estados Unidos é Tóquio. Mas, num sentido mais amplo, se poderia compreender também que, entre Pequim e Moscou, os Estados Unidos não se sentem equidistantes, e quem está mais perto talvez seja a China. Isto equivaleria a uma insinuação sutil: se os Estados Unidos se declararam abertamente mais próximos de Pequim, o Japão tem todo o direito de fazer o mesmo, sem temer qualquer reação de Moscou. O mais estranho, em toda esta análise, é que a URSS se manteve calada o tempo todo, preocupada talvez em não comprometer a política de *détente*, cujas bases se firmavam exatamente nesse momento de namoro dos Estados Unidos com Pequim. Para todos os estudiosos do assunto, já ficou mais do que claro que *détente*, para os Estados Unidos como para Moscou, não significa fraqueza nem excesso de concessões. Kissinger considera aliás que a *détente* só é possível a partir de uma posição de força que imponha respeito à outra parte. A atitude dos russos não deve ser muito diferente. Haja visto a maneira franca com eles asseguraram ajuda militar a Angola. Apesar da nova diplomacia do Pacífico, e da intervenção soviética em Angola, a *détente* não foi substancialmente afetada, o que leva os observadores a pensar que o essencial das regras do jogo está sendo, por enquanto, observada.

É claro que, nestas condições, o Japão tem de ser o ponto de maior concentração de pressão. Pouco antes de regressar a Moscou, no dia 13 de janeiro passado, Andrei Gromyko declarava à imprensa, em Tóquio, que "se o Japão assinasse o acordo sino-nipônico, nos termos em que está redigido, a URSS se sentiria obrigada a rever suas relações com o país". Segundo Robert Guillain, os especialistas em política externa japonesa consideram as declarações de Gromyko como uma ameaça muito grave. Esta revisão de relações poderia ir até ao extremo de certas represálias. A primeira delas poderia exercer-se sobre as Ilhas Kurilas, que os japoneses consideram como parte integrante do país, e que os russos ocupam desde o fim da guerra. Até agora, Tóquio tem esperanças de recuperar aquelas ilhas, e a União Soviética dá a entender que não se trata de uma negociação impossível. Todos os especialistas sabem que, para o Japão, se trata de um ponto essencial. Até hoje os japoneses se recusam terminantemente a aceitar como fato consumado a perda das ilhas. Além disso, a frota soviética no Pacífico, que aumenta dia a dia, pode impor sua presença nos limites das águas territoriais japonesas em atitude de desafio ameaçador, como aliás já vem fazendo há algum tempo. Por outro lado, os pesqueiros soviéticos poderiam causar graves prejuízos aos japoneses.

No ano passado, a URSS tentou afastar o Japão da *sedução chinesa*, oferecendo-lhe uma participação fantástica nos projetos de desenvolvimento da Sibéria. Tóquio tiraria grandes vantagens da exploração dos campos petrolíferos de Tiument. As autoridades japonesas condicionaram cautelosamente sua participação à colaboração dos capitais norte-americanos e, durante um momento, parecia iminente a instalação de uma imensa multinacional capitalista na área socialista. Mas, após uma primeira euforia, os americanos se retiraram do projeto e o entusiasmo japonês começou a arrefecer. Foi exatamente neste momento crítico que Chu En-lai executou mais um lance genial no tabuleiro, oferecendo aos capitais japoneses uma participação muito mais vantajosa

nos campos petrolíferos da China. Não havia como hesitar. Para os soviéticos, era uma derrota tática sem compensação. Restava-lhes apenas o recurso às pressões e às intimidações. As ameaças de Gromyko têm, sem dúvida alguma, um certo efeito. Mas é preciso lembrar que, poucas horas depois de sua entrevista aos jornalistas, no dia 13 de janeiro passado, o Primeiro-Ministro japonês, Miki, falando no clube dos correspondentes estrangeiros de Tóquio, diria claramente que "a visita do chanceler soviético não teria a menor influência sobre a assinatura de um tratado sino-nipônico". Isto significava claramente que o Japão abandonava a "política de equidistância entre a China e a URSS". Os dirigentes japoneses se mostram, pois, bastante favoráveis à conclusão deste famoso pacto com a China. Mas, prudentes, eles ainda procuram interpretar da maneira mais realista possível as cláusulas essenciais.

A *anti-hegemonia* poderia ser aceita pelo Japão, mas de forma ambígua. Tóquio quer expressar aos soviéticos que essa cláusula não visa especialmente a URSS, como pretendem os chineses, mas "toda e qualquer tentativa de hegemonia por parte de qualquer nação em qualquer região do mundo". Consta, aliás, que o Primeiro-Ministro Miki procurou explicar longamente este ponto a Andrei Gromyko, o qual teria regressado a Moscou convencido de que o tratado sino-nipônico não é forçosamente um tratado anti-soviético. Os hábeis chineses redigiram as fórmulas de tal maneira que, quando lhes for conveniente, este conceito de *anti-hegemonia* pode muito bem voltar-se contra os americanos. Na realidade, como observa Guillain, o Japão tem razões muito fortes para não querer que sua aliança com a China o transforme na terceira pedra angular de um bloco anti-soviético. Para Pequim, pelo contrário, qualquer que seja a estrutura desta Tríplice Aliança, ela terá uma importância histórica considerável, e poderá significar um malogro sem precedentes para a diplomacia soviética.

Guillain considera totalmente arbitrários os comentários publicados na Europa e nos Estados Unidos segundo os quais "a intransigência de Gromyko teria lançado o Japão nos braços da China". Profundo conhecedor da realidade nipônica, o correspondente do *Le Monde*, que vive em Pequim há mais de vinte anos, acha que os debates atuais "relembrem bastante as discussões de 1939-40, quando Tóquio procurava na confusão uma via média entre os alinhamentos daquele tempo. Seria ilícito forçar a comparação, mas talvez seja necessário voltar até aquela época, para encontrar uma batalha diplomática tão séria e tão interessante como esta que agora se trava em Tóquio".

Anti-hegemonia, não-equidistância, détente e consolidação das posições adquiridas são os conceitos essenciais de uma nova doutrina que poderá modificar substancialmente o equilíbrio mundial, sobretudo nas denominadas "áreas críticas do planeta". Principalmente depois da *revolução doutrinária* que se processa no seio dos principais partidos comunistas da Europa Ocidental.

Anti-hegemonia, não-equidistância, consolidação de posições adquiridas e détente são conceitos essenciais a uma nova doutrina que poderá modificar o equilíbrio mundial

Das dificuldades de se fazer a nossa História

Maria Yedda Leite Linhares

"O conhecimento da História e sua interpretação passaram a ser uma espécie de abre-te sésamo, singelo e mágico, quase ingênuo, para aqueles que se lançavam na

campanha de conscientização do povo, prenúncio de uma libertação ampla e generosa que permearia a nova era. Foi essa a fase áurea dos grandes esquemas..."

A História, ou a idéia que dela se tem, quer quanto ao conteúdo, quer quanto à maneira de elaborá-la, é um tema que volta a interessar alguns setores de opinião no Brasil. Durante certo tempo, mormente nos últimos anos, ele foi amortecido pelas sucessivas reformas de ensino que terminaram por excluir a História dos currículos escolares e por relegar o seu ensino a um nível de quase diletantismo nas diferentes Unidades que restaram das falecidas – senão na letra, pelo menos no espírito – Faculdades de Filosofia. Diletantismo porque a formação de professores de História para as escolas de grau médio perdeu, na prática, a sua razão de ser e porque a pesquisa, desvinculada do magistério, ou seja, de onde aplicá-la, reduziu-se a um mero exercício de Mestrado nos escassos cursos de pós-graduação existentes no Brasil. Em síntese, o historiador, assim como o professor de História, não tem grandes perspectivas no mercado de trabalho. Evidentemente, tal evolução, ou involução, não foi mera obra do acaso nem da ação isolada de alguns tecnocratas, autores e executores de projetos de "reformas de estrutura", bem ou mal intencionadas, influenciadas ou não por ideologias das sociedades pós-industriais. Ela faz parte de um conjunto mais amplo em que se desenvolveu a vida política do país nos últimos tempos.

A partir dos anos 50, e para nos limitarmos à época contemporânea, a discussão em torno da História e sua importância para a compreensão do Brasil acompanhou *pari passu* as grandes fases, incorporando a linguagem peculiar a cada uma delas, que caracterizam o debate político nas diferentes frentes de opinião pública. Assim foi nas diversas etapas de ascensão das aspirações nacionalistas, desde a luta pela escola pública e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação até a defesa da Petrobrás e das então chamadas reformas de base. Nesse momento e antes que os "historiadores nacionalistas" lançassem a História Nova, de qualidades aliás discutíveis, o conhecimento da História e sua "interpretação" passaram a ser uma espécie de *abre-te sésamo*, singelo e mágico, quase ingênuo, para aqueles que se lançavam na campanha de "conscientização" do povo, prenúncio de uma libertação ampla e generosa que permearia a nova era. Foi essa a fase áurea dos grandes "esquemas", das rápidas linhas com pretensões ensaísticas, dirigidas a um público consumidor jovem e entusiasta. Foi, igualmente, o momento em que apareceram alguns trabalhos fundamentais que a alargaram e aprofundaram, modernizando-a, à visão dos mestres anteriores, Roberto Simonsen, Caio Prado Junior e, em certa medida, Sergio Buarque de Holanda, este último sempre atual para a alegria de todos nós. Entre eles, basta que se citem a "Formação Econômica" de Celso Furtado e as primeiras obras dos sociólogos-historiadores de São Paulo com suas teses básicas sobre a escravidão no Brasil e as relações raciais decorrentes de uma sociedade que foi fundada sobre o escravismo colonial. Se, por um lado, o "desenvolvimentismo" gerou certa onda de euforia e alguns trabalhos mais apressados, carentes do paciente labor de pesquisas inovadoras mas com efeitos até certo ponto retumbantes sobre a ação política, por outro, é indiscutível que houve uma preocupação séria de renovação metodológica, de reformulação de conceitos, de busca da "totalidade" de modo a se constituir o quadro de referências dentro do qual se tentava localizar o homem brasileiro na

sua perspectiva histórica. Poderíamos mesmo dizer que se o século XIX e as primeiras décadas do século XX produziram alguns monumentos de erudição e crítica documental, com Varnhagen, Capistrano e Rodolfo Garcia, por exemplo, coube às três décadas que se seguiram à Revolução de 1930 produzir pelo menos duas gerações de historiadores, sociólogos e economistas dispostos a encarar de forma objetiva a necessidade de compreender o "processo histórico", as estruturas que nele se constituíram, suas articulações e transformações, fazendo suscitar os problemas do passado brasileiro como temas de reflexão sobre o presente. Qualquer história política do Brasil que não leve em conta a fermentação intelectual daqueles anos que antecederam 1964 não passará de uma mera crônica de eventos breves verificados na superfície das agitações cotidianas. Infelizmente, ainda não se fez o balanço desses anos na parte relativa à contribuição do pensamento e da pesquisa para a formulação de teses e conceitos sobre o Brasil, a que não foram estranhos os trabalhos, em nível acadêmico, de colegas e mestres provenientes de centros universitários estrangeiros, mormente dos Estados Unidos e da França, cujos estudos marcaram época, abriram caminhos e ainda permanecem de pé como modelos de seriedade e competência.

O recesso cultural que marcou os anos posteriores a 1964 permitiu ainda assim que se reabrisse, embora em grau menor, o debate sobre a reforma da Universidade, envolvendo os problemas ligados ao ensino, à pesquisa, à adequação do sistema educacional às "necessidades de um país em desenvolvimento". Mais uma vez, ficou patenteado que era necessário criar condições para o trabalho do pesquisador, levando-se em consideração uma escala de prioridades para setores julgados mais fundamentais, segundo critérios que não cabe aqui analisar. Verificou-se, então, a tendência acentuada para relegar a pesquisa no campo das ciências sociais, onde incluímos a História a um plano secundário, mesmo porque a situação em que se encontrava a Universidade, entregue a seus elementos mais reacionários e resistentes a qualquer renovação qualitativa, a par de outros fatores de ordem política, não era de molde a permitir a eclosão de um movimento intelectual e científico profícuo. A partir de 1969, iniciou-se a fase da institucionalização da pesquisa ao nível da pós-graduação, mas já nos moldes da tecnoburocracia que se implantara. Enquanto isso, o passado do Brasil caiu no domínio dos hoje já tão propalados "Brazilianists", a ponto de ser o ensino ao nível da pós-graduação em História do Brasil entregue, em alguns centros universitários brasileiros, à contratação de professores estrangeiros, sobretudo norte-americanos.

Ora, tem-se afirmado que o brasileiro não possui memória histórica, o que sondagens recentes de opinião vêm demonstrando, ao contrário do francês, por exemplo, que prima pelo cultivo de seu passado e de suas prerrogativas culturais, em qualquer situação ou forma de atividade, inclusive no lazer. Tem-se afirmado também que o pesquisador estrangeiro, ao contrário do brasileiro, é mais eficiente, mais trabalhador, mais competente, como se revivêssemos a velha história da preguiça do homem dos trópicos e, *mutatis mutandis*, da predestinação do Brasil a ser "essencialmente agrícola". E ao se tentar argüir quanto à real contribuição de certos "Brazilianists", ouve-se a resposta: "pelo menos, eles revelam dados", como se

ainda vivêssemos no século dos viajantes e naturalistas que percorreram o Brasil registrando informações e observações fundamentais, como pioneiros que foram na visão de nosso "exotismo". Não cabe aqui, porém, fazermos uma avaliação dessa contribuição, por mais urgente e importante que seja tal tarefa. Desejamos, tão-somente, registrar o fato de que se algumas pessoas no Brasil começam a se preocupar com a onda avassaladora da pesquisa feita aqui por estrangeiros, tal preocupação não deve ser encarada como uma tomada de posição jacobina, fruto de um sentimento de frustração e suspeita nacionalista, mas apenas como uma indicação de que se começa a despertar e a amadurecer para uma consciência quanto às nossas potencialidades enquanto seres pensantes capazes de formar escolas, liberar inteligências para o trabalho supremo de pensarmos sobre nós mesmos e revelarmos a nossa singularidade. Se outros, mais do que um punhado de brasileiros espalhados em três ou quatro centros do País, assumiram o leme na *revelação* do passado brasileiro, é porque existia um vácuo a ser preenchido. No *por quê* desse vácuo residiria a explicação profunda do fenômeno. Não é por acaso que se encontra na França o foco de elaboração e irradiação de tendências historiográficas sob o comando do grupo mais coeso, quanto à qualidade, de historiadores jamais produzido por um só país. Se podemos falar da fragilidade da memória histórica do homem brasileiro, é porque a própria História assim o fez, embora caiba a esse mesmo homem vencer os óbices que a História lhe impôs. Talvez por isso não seja ela sempre vista com bons olhos, já que o historiador, ao contrário de um "engenheiro elétrico que pode ser formado em dois anos", tem que enfrentar uma formação muito lenta, muito longa, que começa nos bancos da escola primária, que se nutre de uma cultura do cotidiano que não se adquire da noite para o dia, em apostilas de bancas de jornal que passa por um longo período de acumulação de dados, assimilação, reflexão, que necessita de recursos para trabalhar, de tempo e liberdade para pensar e ambiente intelectual onde possa discutir, trocar informações e experiências, sem correr o risco de se transformar numa máquina de dar aulas ou de escrever relatórios codificados no jargão da moda, destinados ao julgamento de técnicos e burocratas intelectualizados pouco afeitos ao trabalho realmente criador, ou de treinar os jovens para perfurar cartões. Se, por um lado, ele pode correr o risco, no caso brasileiro, de enfrentar técnicas e problemáticas mal adaptadas e mal assimiladas, por outro lado, é no afincado da pesquisa cotidiana e no reconhecimento, assim como no destino que se venha a dar ao fruto do seu trabalho, que ele ganhará autonomia e formará escola.

Enquanto isso não ocorrer, fiquemos com alguns de nossos valorosos historiadores que subsistem, com alguns dos bons especialistas estrangeiros que trabalham com honestidade e competência, mas sem abdicarmos da nossa capacidade de pensar e criticar, ombro a ombro, e sem enveredarmos pelo perigoso caminho do "chauvinismo" fácil e vazio. Afinal de contas, a historiografia do Brasil também pode comportar estrangeiros mas seria bom que os pesquisadores brasileiros conseguissem, no próprio país, igualdade de condições de trabalho. Nesse dia, então, talvez possamos sair da "tendência ensaística" de que nos falou mestre Sérgio Buarque de Holanda, sinal de que também passamos a fazer História.

NOSSOS QUERIDOS CONFRADES

● Os Estados Unidos vêm lutando com o problema inflacionário, em taxa ascendente, elevando-se também, a cada dia, a massa de desempregados no país. Esses já atingem a pouco mais de 8 milhões, o que começa a alarmar as autoridades norte-americanas. Dentro deste contexto surgem interessantes alternativas, visando a auxiliar os que necessitam de emprego. Assim procedeu a *Trailways*, em anúncio de página inteira no *The New York Times*, criando um plano para desempregados. Diz o texto da promoção: "Quando alguém está sem emprego em uma cidade, não adianta saber que existem empregos em outra cidade. A menos que tenha como ir até lá. Mas como ir sem ter meios? Para isto *Trailways* apresenta a solução, através de seu plano *Opportunity Fare*, que permite a qualquer desempregado viajar, pagando somente meia passagem".

O plano, exclusivamente interestadual, teve início à meia-noite de 8 do corrente, estendendo-se até o dia 6 de março vindouro. O interessado, ao comprar a passagem, tem que fazer prova de desemprego. Conta o plano, também, com a colaboração do *Job Bank* (Banco de Emprego), que é uma agência do U.S. Department of Labor (Departamento do Trabalho dos Estados Unidos). O referido banco colhe e presta informações sobre empregos em todo o país, a cada semana. O que há de admirável neste anúncio é que os norte-americanos, ao contrário do que ocorre em países sob ditaduras neofascistas, não escondem os seus déficits orçamentários, a elevação das taxas de desemprego e de criminalidade na grande nação líder do capitalismo.

● O domingo é um dia de festa para o ministro Mário Henrique Simonsen, segundo informa um conhecido colunista social de O Globo. Ele esquece então, nas amenidades da serra de Teresópolis, as agruras do dia-a-dia do Ministério da Fazenda, que é um pseudônimo da cruel realidade das finanças nacionais. O ministro é homem de fina cultura, de ancestralidade ilustre, que mergulha suas raízes nas glebas geladas da Dinamarca. Mas se envolveu também com a cultura popular brasileira, ao menos no que diz respeito à alimentação. Aos domingos, ele promove generosas feijoadas em sua casa da serra, com rabinho de porco, orelha de porco, lombo, carne-seca, toucinho, costela, língua defumada, pé de porco e couve-à-mineira com tenros torresmos. O som, porém, é clássico - Haydn, Beethoven, Grieg, Vivaldi e Bach. São os resquícios da ancestralidade europeia. Na segunda-feira recomeça tudo de novo. É o duro reencontro com as taxas inflacionárias, a dívida externa e o desequilíbrio do balanço de pagamentos, em cujo quadro se registram todas as transações econômicas ocorridas em dado período entre um país e o resto do mundo. Por que a semana não se compõe só de domingo?

● O *Dia* revolta-se contra a alta dos preços: o caqui está custando Cr\$ 6, a unidade, e a fruta-de-conde, Cr\$ 8. Enquanto isso, o camarão-gigante é vendido a Cr\$ 180, o quilo. Evidentemente, os leitores de *O Dia* (como quase toda a população) não comem camarão, nem caqui, nem fruta-de-conde. É banana (que também já se está tornando inacessível à bolsa popular), laranja e carne de segunda. Os preços estão subindo mais que as aeronaves norte-americanas. O fato é trágico, pois - como escrevia Keynes - "o consumo é a única finalidade e o único objetivo de toda a atividade econômica". As autoridades brasileiras estarão querendo destruir o regime capitalista em benefício de ideologias exóticas?

● O professor Eugênio Gudín, apesar de seus 90 anos, continua doutrinando em sua cátedra de O Globo. O professor é um homem inegavelmente brilhante, lúcido e até de estilo jovial. Ninguém diz que se trata de um nonagenário. É visto diariamente na avenida Atlântica fazendo seu footing, com chapéu de palha na cabeça. Vai pensando então, enquanto as ondas do Atlântico quebram na praia, na matéria que deverá escrever para a sua prestigiosa coluna. Gudín, como articulista econômico, talvez seja mais útil à sua classe do que foi como professor. Vale a pena recordar o que disse sobre a cátedra Joan Robinson, em *Teaching Economics*: "Durante numerosos anos trabalhei como professor de economia teórica. Gostaria de poder acreditar que ganhei minha vida honestamente, mas muitas vezes tenho dúvidas". O eminente professor Eugênio Gudín tem as mesmas dúvidas?

● O populismo é uma ideologia pequeno-burguesa, que fez o seu aparecimento na Rússia czarista durante o século XIX (anos 60/70). A ideologia populista extraía as suas origens das condições da vida material da sociedade, da preponderância numérica da classe dos pequenos produtores na Rússia capitalista posterior à reforma. Os populistas afirmavam que a história é feita pelos chefes, as grandes personalidades, os heróis. Em suas fileiras reuniram-se os elementos mais heterogêneos - os positivistas, os anarquistas e os neokantistas. E nomes como Danielson, Vorontsov, Krivenko, Yujakov e Mikailowski. E sobretudo Plekhanov, que acabou por liquidar o movimento nos começos do século XX. O populismo era, portanto, uma doutrina, embora reacionária e fora de foco. No Brasil, deu-se o rótulo de populismo a um grupo corrupto, primário, demagógico e de baixo nível, chefiado pelo aventureiro Ademar de Barros, o homem do rouba-mas-faz. O bando era integrado por algumas das piores figuras políticas da história deste país: Arnaldo Cerdeira, Caio Dias Batista (o gerente da caixinha que amealhava o suborno dos bicheiros), Erlindo Salzano, Esmerino Arruda e Chagas Freitas, que terminou por superar o mestre. O movimento de 31 de março de 1964 foi feito para extinguir a subversão, a

demagogia e a corrupção. Chagas Freitas, entretanto, conseguiu salvar-se e eleger-se governador da Guanabara. Como é que isso pôde acontecer?

● Não somos muito versados em demonologia, isto é, nas artes do demônio, também chamado canhoto, de satã, de satanás, de diabo, ou de mefistóteles, como está escrito no Dr. Fausto, de Goethe. Sabemos, porém, que ele, o capeta, é o espírito maligno, o anjo mau, ou decaído, segundo as crenças cristãs. Ouvimos muita gente falar assim: "O Joelmir Betting está possuído do diabo", ou que a sra. Raquel Welch "é uma tentação do diabo". Ou ainda se aplica o nome irrequieto rei dos infernos a outras situações: "Estou com uma fome dos diabos". Há igualmente o advogado do diabo - elemento da chancelaria romana encarregado de contestar os méritos daqueles santos cuja canonização era proposta. O diabo está em todas: nas óperas cômicas, como *Le Diable à Quatre* e *Le Diable au Moulin*, ou em pantomimas, como *Le Diable Amoureux*. É nome de peixe, de insetos e de filmes. E igualmente de ponte - na grande rodovia que liga Lucerna, Suíça, a Milão, Itália. Para os assírios, ele era Fiamat e para as Sagradas Escrituras Lúcifer, Azazel e Belzebut. Os ingleses falam dos blue devils (diabos azuis), uma espécie de spleen, enquanto na música a trilha criada por Tartini ficou sendo conhecida como cadência do diabo, devido à posição do dedo anular sobre as teclas do piano. Madame de Simiane exclamava: "Il y a des ennemis si diables!", de tradução supérflua. Por fim, para os persas, ele era o dew. Para nós, ele se chama Gustavo Corção, o rancoroso articulista de O Globo, que está empenhado em desmoralizar o clero e a própria Igreja de Cristo. No dia 14/2/1976, depois de falar longamente sobre o diabo, ele investiu com fúria contra a Igreja, dizendo que ela foi vítima de uma "inacreditável penetração do espírito da desordem", "numa ostensiva vitória de satã. Corção nos ameaça com "demônios encarnados", com um "mar avermelhado com ondas de sangue" e "chamas de incêndio" que serão vistas em todo o planeta. Que horror! Corção, respeite a alegria do povo, que está esquentando os tamborins para o carnaval! Vade retro!

● O Globo é um jornal de uma finura florentina. Ele abre suas colunas para o porta-voz do diabo na imprensa brasileira, isto é, o dr. Gustavo Corção, mas não endossa os seus ataques e calúnias contra a Igreja de Cristo. Assim, na mesma edição em que o dr. Corção volta a denegrir a Santa Madre Igreja, o jornal do comandador Roberto Marinho coloca logo abaixo da catilinária do dr. Corção o texto de uma palestra de Dom Eugênio Salles, arcebispo do Rio de Janeiro, onde se diz: "A Igreja sobrevive às vicissitudes humanas pela existência de uma autoridade, assinando que Cristo instituiu uma hierarquia e a ela entregou sua obra". É essa hierarquia que o dr. Corção, em seus propósitos satânicos, quer destruir, minando a fé dos

católicos nos ministros de Deus.

● Confúcio, que era uma parada de reacionário, defensor dos privilégios dos mandarins, como o demonstrou, ao desmascará-lo, Mo Ti, dizia que é preciso "respeitar um grande princípio para aumentar a riqueza de uma nação: aqueles que a produzem devem ser numerosos; aqueles que a consomem devem ser pouco numerosos; aqueles que a criam devem ser rápidos; aqueles que a utilizam devem ser lentos. Só então a riqueza será sempre suficiente". A frase do velho filósofo que viveu 550 anos antes de Cristo continua atual para certos sociólogos e economistas brasileiros. É o que se deduz da transcrição em O Estado de S. Paulo no dia 13/2 das teses reiteradas do professor Delfim Netto. O antigo ministro da Fazenda volta a insistir no seu ponto de vista: "Só depois que muitos criarem a riqueza (de poucos) é que a renda poderá ser bem distribuída. Muitos deverão assim continuar trabalhando para poucos consumirem - e tudo com bastante lentidão."

● A Bahia tem sete grandes municípios: Salvador, a capital, Feira de Santana, Jequié, Alagoinhas, Vitória da Conquista, Ilhéus e Itabuna. A Arena só vence num desses municípios: Ilhéus. Perde em todos os outros. Não obstante, o governador do estado, Roberto Santos, afirma que a Arena vencerá as eleições municipais de novembro na Bahia. O sr. Santos não é homem extremamente brilhante. Sua oratória, da qual o JB dá um ligeiro resumo, só conseguirá mesmo convencer os eleitores de Cabobó dos Pintos e municípios de igual importância política. Já o governador Dirceu Arcoverde, do Piauí, diz a O Globo que no pleito municipal que se aproxima os piauienses só deverão debater temas locais. Por outras palavras: os piauienses só deverão debater a catastrófica administração do sr. Arcoverde.

● Um colunista social informa emocionado que a hostess da semana passada foi sem dúvida a sra. Maria Cora Bório. Na quinta-feira ela recebeu para almoço e para jantar. O almoço foi em Petrópolis, e only for women. O jantar, já presentes os varões que estavam trabalhando durante o dia, foi na varanda da casa dos Bórios em Ipojeira. No sábado, a sra. Bório ofereceu uma feijoada. Vai ter fome assim no inferno!

● O ex-superintendente da Sudene e ex-presidente do Banco do Nordeste, Rubens Costa, disse ao *Folha de S. Paulo* que "1 milhão de pessoas ficarão desempregadas nas áreas rurais nordestinas se a próxima seca que atingir a região apresentar a mesma intensidade da ocorrida em 1958". Rubens Costa assinalou que a vulnerabilidade do nordeste às secas vêm aumentando, enquanto as medidas adotadas para contê-las têm apresentado resultados pouco positivos. O problema do nordeste é realmente grave, e só se poderia talvez resolver com a criação de um mecanismo misto envolvendo a Sudene, o

Banco do Nordeste e a Secretaria Especial de Planejamento da Presidência da República para avaliar permanentemente os resultados da política federal no nordeste. Também deveriam ser aumentados os investimentos diretos do governo federal na região, além de se devolverem aos nordestinos os incentivos fiscais que lhe foram retirados. Fora daí não há salvação. Muito menos com discursos.

● O senador Dinarte Mariz continua assombrando a nação com os seus salatórios. Partindo de declarações atribuídas ao sr. Luís Carlos Prestes (desmentidas por uma agência insuspeita como a UPI), o qualse nominável líder do Rio Grande do Norte afirma que o MDB só poderá chegar ao poder através de uma contra-revolução. O sr. Mariz revela que não é da esquerda, nem do centro. Então é da direita. Ou é do alto como o saudoso Alziro Zarur? A Folha de S. Paulo achou o melhor caminho para combater o sr. Mariz: é só abrir as colunas do jornal para ele falar. O sr. Mariz, ao falar, se perde por completo.

● Os jornais informam que o governo federal está prestes a enviar ao Congresso Nacional o projeto de lei que altera a legislação sobre o uso do rádio e da televisão nas campanhas eleitorais. O projeto, naturalmente, deve restringir o acesso da oposição ao vídeo e aos microfones. O que interessaria verdadeiramente no campo das comunicações pela TV e pelo rádio seria um freio ao baixo nível das programações ora editadas em todo o país. Os programas, excetuando-se os enlatados, são da pior qualidade. Os produtores brasileiros raramente têm condições de redigir bons programas - principalmente porque os diretores de emissoras de rádio e de televisão não lhes dão meios para isso. Preferem jogar no ar programas importados de outros centros culturais. Afora isso, é a revoltante massa de anúncios entre um quadro e outro de um programa ou entre um programa e outro. São em média oito anúncios por cada segmento. A televisão transformou-se, assim, num objeto de enriquecimento de uns poucos privilegiados, em detrimento dos interesses dos usuários. Quando o governo federal enfrentar esse problema com a seriedade que se espera e se reclama, todos estarão aqui, na planície, para aplaudir-lo. O povo brasileiro não suporta mais esse tipo de espetáculos.

● O Jornal do Brasil divulgou no Informe JB que o atual hit do cordel no Nordeste é o seguinte: "Vi um velho em desespero/ Dizendo sou aposentado/ É baixo meu ordenado/ Outros com tanto dinheiro/ Casa boa e carro chique/ Quem não me acompanhar fique/ Este nó cego eu desato/ Eu juro por São Nonato/ Não votar mais em cacique". É isso aí.

NOGUEIRA DA CRUZ

O mito da pureza como alienação da justiça

KOSINSKI DE CAVALCANTI

A Igreja tenta desesperadamente a volta ao passado. A Cúria romana é a mesma de quando os príncipes do Vaticano se deram conta da importância da castidade como instrumento da alienação. Mas, quando o Papa proibiu a pílula anticoncepcional, o protesto explodiu em todo o mundo. Agora o Vaticano volta a opor a repressão à permissividade

As últimas e freqüentes lamentações do papa Paulo VI de *nostalgia da pureza* dos costumes, tornaram a Igreja vulnerável a um tipo de crítica que a põe em ridículo e lhe corrói a importância de agente da História. Os que já se habituavam a vê-la até na vanguarda, às vezes, das reivindicações de justiça, se decepcionam, ao sentir Paulo VI voltado obsessivamente para o sexo, opondo a repressão à permissividade. Se o papa ainda fosse, como outrora o *chefe religioso de milhões de católicos*, seria o caso de pensar: a Igreja tenta desesperadamente a volta ao passado e, se não houver cuidado, acaba reinstalando a Santa Inquisição. A sorte é que ele hoje chefia apenas uma pequena facção conservadora. O catolicismo, como fenômeno sociológico, se atomizou. Mas nem por isso a palavra do papa perdeu totalmente força, sobretudo quando serve a uma causa que tem simpatizantes interessados dentro dos regimes políticos conservadores, moralistas, por necessidades táticas. Regimes que aplaudiram de pé a *Declaração sobre Algumas Questões de Ética Sexual* (janeiro de 1976), que ratificou velhos dogmatismos eclesiásticos, retornando à era dos anátemas, e redigida, significativamente, em latim.

Não há, porém, verdadeiramente, motivo de espanto. A *entourage* vaticana do papa não mudou muito, apenas modernizou técnicas, nos últimos séculos. Continua fixada na preocupação da pureza dos costumes, em detrimento da caridade. E tem suas boas razões. A Cúria romana é a mesma de quando os *príncipes* da Igreja se deram conta da importância da castidade como elemento de alienação; o cenário, o mesmo nos vetustos corredores do Vaticano, estruturalmente os mesmos os prelados: boa cama, boa mesa, cruz peitoral de ouro e pedras preciosas, lá se vão, talvez magros ascéticos, certamente não porque lhes falte alimentação sadia e farta. Salvo acidente, sempre raro, chegarão aos 70 anos, 80 talvez noventa. Nada mau quando a esperança de vida nos países onde ela é maior (Estados Unidos, Suécia, Suíça, Dinamarca, Finlândia, Noruega, Holanda, Austrália, Nova Zelândia) está abaixo dos 70; melhor ainda quando é de 45 (Brasil, Bolívia, Venezuela, Colômbia, Equador), e privilégio quando é de 35 (Índia, Paquistão, Birmanía, Filipinas). "*Sancta Trinitas, unus Deus, miserere nobis. Sancta Dei genitrix, ora pro nobis...*", murmuram, ladainha mil vezes repetida, de cor, como os textos da Escritura que a erudição religiosa impõe. "Reuniram-se os fariseus e um deles, doutor da lei, fez-lhe esta pergunta: - Mestre, qual é o maior dos mandamentos? Respondeu Jesus: - Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todo o teu espírito. Este é o maior e primeiro mandamento. E o segundo, semelhante

a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo." Sabem-no mesmo em latim. "Pilatos fez com que lhe trouxessem água, e lavou as mãos diante do povo, e disse: - Sou inocente do sangue deste homem. Isso é lá convosco." Era como se estivessem presentes à cena: Jesus açoitado, sangra o Galileu. Voltam os pensamentos à litania interrompida: "*Mater Christi, ora pro nobis. Mater divinae gratiae, ora pro nobis...*" (O julgamento, a

Deformação da doutrina cristã

multidão lá fora grita: "Crucifica-o! crucifica-o!"). A ladainha: "*Mater castissima, ora pro nobis...* que beleza a virtude da pureza." (A morte: "Jesus de novo lançou um grande brado, e entregou o espírito."). Galileu! Galileu! Deus mal com ordem constituída. "Que bela a virtude da pureza", meditam os prelados. Jesus também a pregou. É verdade, não falou muito dela. Mas falou. Não importa o quanto, o Antigo Testamento é rico de citações: "Não há peso para pesar o valor de uma alma casta". (Ecc, 26, 20). Voltam à ladainha: "*Mater boni consilii, ora pro nobis...*" E São Paulo? o grande apóstolo dos gentios! As "obras da carne" - diz São Paulo - são a fornicação, a impureza, a desonestidade, a idolatria, a magia, a inimizade, contendas, ciúmes, iras, rixas, discórdias, partidos, invejas, embriaguez. Os que as praticarem "não herdarão o reino de Deus". Diz mais: o fruto do *espírito* é a caridade, enquanto a *carne* é a origem de todos os males. A *pureza*, sim, conduz à *verdadeira caridade*, é a mãe de todas as virtudes. Pois preguemos a pureza!

Quem não conhece João Bosco, o italiano fundador da congregação dos padres salesianos, dedicada à educação da juventude? "Toda virtude", dizia ele, "é nos jovens precioso ornamento que os torna queridos de Deus e dos homens, mas a virtude *rainha*, a virtude angélica, a santa *pureza* é um tesouro de tal valor que o jovem que a possui torna-se igual aos anjos de Deus no céu..." embora afirme paradoxalmente que "a primeira virtude de um jovem é a obediência aos seus pais e superiores", e que "o menino obediente tornar-se-á santo; pelo contrário, o desobediente segue um caminho que levará à perdição".

Gerações de jovens católicos assim se formaram, com uma doutrina que trazia o selo de garantia do magistério. E João Bosco, "menino obediente", foi canonizado santo. O magistério, bem entendido, conhecia a importância primacial da caridade no Evangelho, do qual se proclamava o único e real intérprete.

Conhecia-a de sobra, mesmo nos tempos em que sua divulgação era desrecomendada aos leigos, eternos "meninos obedientes".

Subvertiam-se os valores da doutrina cristã, subvertia-se a palavra desse Jesus a quem a Igreja proclamava seu fundador. Jamais o magistério criticou quem quer que fosse por ensinar que a pureza era a maior de todas as virtudes, ou por ter minimizado a importância da caridade desvirtuando-lhe o sentido. Exemplo significativo foram as congregações marianas, a associação para homens e rapazes mais prestigiada pela Santa Sé, *Pureza* era a sua palavra de ordem. Fundada em 1563 pelo jesuíta João Leunis, chegou ao século XX aprovada e abençoada pelo menos por nove papas: Gregório XIII, Sixto V, Clemente VIII, Gregório XIV, Bento XIV, Clemente XIII, Leão XII, Leão XIII e Pio XII. Passaram as congregações marianas esses séculos todos exortando à prática da *caridade*, sim, mas que espécie de caridade? "Estas obras (de caridade) são principalmente o ensino da doutrina cristã, visitas aos enfermos nos hospitais e aos presos nos cárceres." E ao mesmo tempo recomendam aos congregados que "evitem diligentemente qualquer amizade ou conversação desnecessária com pessoas, *mas* ou *suspeitas*." Uma tal conceituação da caridade fica definida no capítulo das "indulgências especiais" concedidas através de bulas papais. Até a década de 50 pelo menos, os "privilegiados" eram "os reis, príncipes, duques e condes investidos na suprema autoridade, e aos seus parentes do primeiro e segundo grau, que pedirem para ser inscritos (na congregação mariana), embora ausentes".



Por que o magistério da Igreja não só permitiu como fomentou essa deformação?

A Igreja católica romana não nasceu ontem. Certo que conhecia a recomendação do apóstolo Paulo aos romanos: "Não vos deixeis levar pelo gosto das grandezas, mas acomodai-vos às coisas modestas. Não sejais sábios aos vossos próprios olhos". E também a advertência do evangelista João: "Aquele que não ama seu irmão, a quem vê, é incapaz de amar a Deus, a quem não vê", ou ainda, "aquele que afirma permanecer n'Ele (Jesus) deve também viver como Ele viveu". Mas, sabia também de sobra o destino do Galileu, sangrado na cruz.

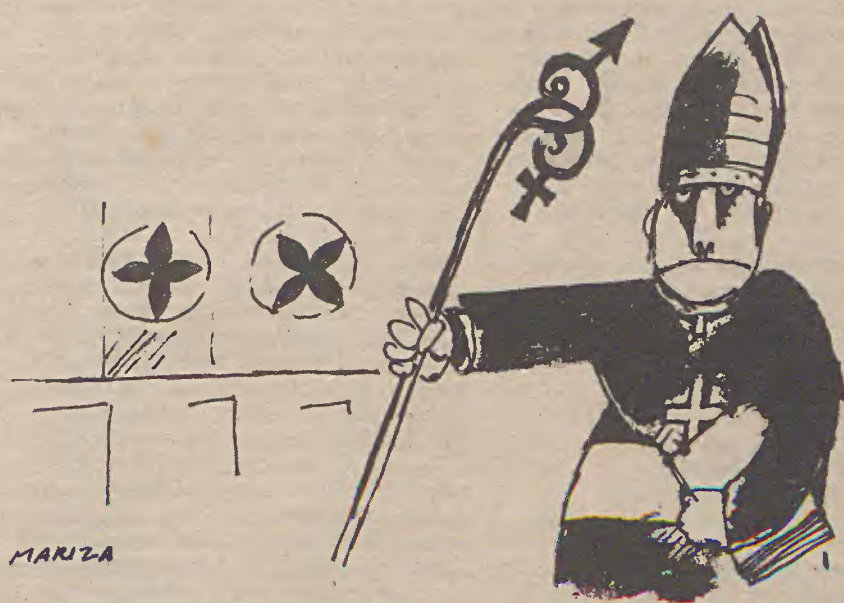
Não é difícil suportar o peso de belíssimos paramentos e adorar um Cristo cortado em rodela de massa de trigo dentro de riquíssimo ostensório. Não é difícil celebrar a pompa da liturgia sob um teto de Bernini. Ali não se morre de fome, nem de frio, nem à falta de boa assistência médica. Tampouco é difícil venerar o *poverello* de Assis entre as paredes douradas dos franciscanos de Quito, sob o teto de alfarje, obra de mouros convertidos pela espada de Pizarro.

Não que a caridade tenha sido de todo eliminada do mercado eclesial. Em situações especiais sempre teve emprego específico: tranquiliza ânimos inconformados, acalma os nervos dos oprimidos pelo colonialismo econômico, as ditaduras. "Amai os vossos inimigos, fazei o bem aos que vos perseguem etc." Houve até católicos que lhe deram acentuada ênfase. A estes o magistério, generosamente, concedeu a glória dos altares, o nome inscrito na agiologia canônica, ampla publicidade em devocionários. Mas, com a imagem desenhada de acordo com seus interesses maiores, a contribuição da lenda, e ação da censura - que a Igreja foi certamente a primeira grande instituição a utilizar regularmente.

Não é difícil entender por que minimizou durante séculos a importância da caridade. Não a da esmola, das obras de beneficência, visita aos enfermos, perdão aos inimigos - que essas não custam quase nada quando se tem o bolso cheio.

Durante séculos cúmplice da exploração do homem pelo homem - enquanto pregava a pureza e a obediência à autoridade como as grandes virtudes cristãs - somente no século XIX, premida por circunstância histórica, pela primeira vez fala oficialmente da caridade-justiça social. A argúcia política dos eclesiásticos percebe o perigo do socialismo prático e Leão XIII, preocupado com "a perda de grandes massas operárias", lança, em 1891, a encíclica *Rerum Novarum*: "...Façam tudo quanto estiver ao seu alcance para a salvação dos povos, e sobretudo alimentem em si e a acendam nos outros, nos grandes e pequenos, a caridade, *senhora e rainha* de todas as virtudes". Mas há resistências internas e

Após séculos de obscurantismo a Igreja entra em processo de aggiornamento. Todos os seus valores, mesmo os imutáveis, são questionados. Dividem-se as áreas. De um lado os progressistas, do outro, os conservadores



no mesmo documento ele afirma que "os homens são desiguais por natureza"; que "o homem deve aceitar pacientemente a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É sem dúvida isso que desejam os socialistas. Mas, contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas, diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias de onde nascem espontaneamente as desigualdades das condições".

Leão XIII reconhece que "não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital", mas logo avoca à Igreja, "guarda e intérprete de toda a economia das verdades religiosas, a faculdade de reconciliar os ricos e os pobres", lembrando às duas classes os seus deveres mútuos, que "derivam da justiça". Segundo Leão XIII, cabe "ao pobre e ao operário: fornecer integral e fielmente todo o trabalho a que se comprometeu por contrato livre e conforme a equidade; não lesar o seu patrão nem nos seus bens, nem na sua pessoa; as suas reivindicações devem ser isentas de violências, e nunca revestir a forma de sedições; fugir dos homens perversos que, nos seus discursos artificiosos, lhes sugerem esperanças exageradas e lhes fazem promessas as quais só conduzem a estêreis pesares e à ruína das fortunas".

Quanto aos ricos e aos patrões, compete-lhes "não tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade de homem realçada ainda pela de cristão". E adiante: "Aos patrões compete desvelarem-se para que o operário tenha ocasião de cumprir os deveres religiosos, que não seja entregue a sedução e às solicitações corruptoras, que nada venha a enfraquecer nele o espírito de família nem os hábitos de economia. (...) Mas, entre os deveres principais do patrão, avulta o de dar a cada um o salário que convém. Certamente, para fixar a justa medida do salário, há numerosos pontos de vista a considerar. (...) Enfim, os ricos devem abster-se religiosamente de todo ato violento, toda fraude e toda manobra usurária que seja de natureza a atentar contra a economia do pobre".

São lançadas assim, em fins do século XIX, as bases da chamada doutrina social cristã. A consciência católica despertada subitamente pela ameaça bolchevista, que empunha a bandeira de uma justiça social mais imediata, em troca da caridade ambígua e temporizadora da Igreja. Mas, falta a esta, um modelo prático, uma ideologia, e sobretudo o próprio exemplo interno de desapego à riqueza, ao fausto, ao privilégio. Por toda parte ela é conivente, através de seus bispos, da sua diplomacia, com os ricos e poderosos, sem os quais a instituição não sobrevive. O sistema capita-

lista é então, como hoje, essencial à Igreja. Onde iria ela buscar os recursos financeiros necessários à manutenção de sua estrutura, de suas obras, não fossem os mecanismos de investimentos? Não, certamente, no sistema socialista.

"Só quem faz o bem é que é cristão"

Morre Leão XIII em 1903. Sucede-lhe Pio X, Bento XV, Pio XI (que tenta reavivar a questão social com a encíclica *Quadragesimo Anno*) e Pio XII. Todos eleitos cumprindo a rotina de soleníssimos conchabos, pelos príncipes da Igreja que acorrem de todo o mundo.

Em 1958, morre Pio XII. Procura-se um sucessor à altura desse Eugênio Pacelli, magro, intelectual, aristocrata, soberbo. Ao fim de vários escrutínios, o substituto é, ao menos pelo físico, origem e temperamento, a antítese de Pacelli. Gordo, filho de camponeses, bonachão, é Angelo Roncalli, coroado com o nome de João XXIII. Tem 77 anos de idade e por isso muitos acreditam que será um papa de transição. Completo equívoco. Com duas encíclicas - *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris* - e a convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II, o papa João deflagra a maior crise estrutural já enfrentada pela Igreja romana. Na *Mater et Magistra* corrige Leão XIII. Ao referir-se à relação capital-trabalho, afirma que a remuneração do segundo "não pode ser deixada à mercê do jogo automático das leis do mercado; pelo contrário, deve ser estabelecida segundo as normas da justiça e da equidade, que em caso contrário ficariam profundamente lesadas, ainda mesmo que o contrato de trabalho fosse livremente ajustado por ambas as partes". E, contrariamente a Leão XIII, que viu nos pobres uma classe nivelada à dos empregados, João XXIII proclama na *Pacem in Terris* que "o ser humano tem direito à existência, à integridade física, aos recursos correspondentes a um digno padrão de vida: tais são especialmente o alimento, o vestuário, a moradia, o repouso, a assistência sanitária, os serviços sociais indispensáveis". E acrescenta que "não bastará reconhecer o direito da pessoa aos bens indispensáveis à sua subsistência, se não envidarmos todos os esforços para que cada um disponha desses meios em quantidade suficiente".

Surge nas manchetes dos jornais de todo o mundo a palavra italiana *aggiornamento*. Após muitos séculos de obscurantismo, a Igreja está em *aggiornamento*, torna-se notícia, ocupa espaços nunca vistos antes nos meios de comunica-

ção. E todos os seus valores, mesmo os imutáveis, são questionados, por fora e por dentro. Dividem-se as áreas: progressistas e conservadores. Momentaneamente, a Igreja lidera no mundo a causa dos povos oprimidos, assume a crítica ao colonialismo e ao sistema capitalista. No campo da teologia, as bases do dogma são sacudidas, a partir do momento em que especialistas como Schillebeckx entre outros, perito do concílio, distingue "o conteúdo da fé e sua expressão verbal", frisa que o dogma não reproduz também "a visão antropológica e cósmica de uma época", mostra como na sua evolução "encontra-se a figura de uma progressiva explicitação, por adição, mas também a figura de uma progressiva subtração, libertando-se o conteúdo essencial de certos elementos condicionados por idéias já ultrapassadas, e cita como exemplos os dogmas do inferno, do purgatório e da ascensão". O que, trocado em miúdos, significa que, somando e subtraindo, muitos dogmas da Igreja romana, tais como hoje ela os enuncia, não são nada disso.

João XXIII, "homem sincero, obstinado, objetivo, atualizado com o seu tempo, prático e rigorosamente honesto", tem atitudes surpreendentes: antes de ser papa, ainda arcebispo de Veneza, visita a Câmara Municipal, onde estão sentados parlamentares socialistas e comunistas. "Só quem faz o bem é que é cristão: quero dizer", afirma em rápido discurso, "a única maneira de ser cristão consiste em fazer o bem. Por isso, digo que me acho aqui à vontade, pois se acaso algum houver que não se considere cristão, o é, embora não o creia, se faz o bem".

A humanidade unida na dor do Papa

Seu pontificado dura pouco porém. Morre cinco anos mais tarde. Quando agoniza, em junho de 1963, registra o jornal londrino *Sunday Express*: "Está ocorrendo nas últimas horas um fato único na História: praticamente a humanidade inteira, incluindo milhões de protestantes militantes e outros milhões de homens sem nenhuma fé, está unida na dor do papa". No dia 3 morre aquele que o povo italiano chamou carinhosamente de *il papa buono*.

O substituto assume a 21 de junho de 1963. Diante das expectativas políticas da época o nome já é algo revelador: Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini, um aristocrata que escolhe o título de Paulo VI. Já era conhecido, enquanto arcebispo de Milão, como um *hamletiano*, tantas e tamanhas as suas hesitações. Tenta ficar à altura de João XXIII na sua primeira encíclica, *Eccle-*

siam Suam. "Julgamos que é necessário dar finalmente à caridade o lugar que lhe compete: o primeiro, o mais alto na escala de valores religiosos e morais, não só na estimativa mas na prática de vida cristã". É isso mesmo: no ano de 1964 um papa da Igreja julga necessário... dar finalmente à caridade o lugar que lhe compete. Entretanto, com o desenvolvimento que alcançou a Igreja institucional, existe agora um fosso intransponível entre o enunciado e a prática: a estrutura eclesiástica constitui ela própria o obstáculo maior à concretização da proposta, e por isso mesmo avoluma-se no seu interior a defecção dos autênticos. Charles Davis, reconhecido como maior teólogo católico da Inglaterra é um dos que abandona a Igreja, afirmando, em 1966, não acreditar que a forma institucional tenha realmente base bíblica e histórica. Explica ao tornar pública sua decisão: "Continuo cristão, mas cheguei à convicção de que a Igreja, do modo que está vivendo e agindo atualmente, é um obstáculo para os cristãos comprometidos que eu conheço e admiro; ela não é a fonte dos valores que os anima e que eles difundem; pelo contrário, eles vivem e agem numa tensão e oposição constante com ela".

A crise deflagrada por João XXIII ganha forma de revolução interna ao nível do clero e ao nível dos fiéis. Passaram-se os tempos da submissão cega, do *Roma locuta, causa finita*. A pusilanidade, o reacionarismo estrutural teológico de Paulo VI são nitidamente percebidos, e agora contestados dentro da Igreja. Quando proíbe o uso da pílula anticoncepcional, na encíclica *Humanae Vitae* (25/7/68), a reação explode violenta em todo o mundo. As paredes de uma igreja parisiense amanhecem pixadas com o grito de desafio: "N'avalez pas la pílule du pape!" As posições do pontífice, em termos de moral e costumes, vão radicalmente contra o pensamento dominante entre os mais famosos teólogos católicos e, no tema da contracepção, contra o voto largamente majoritário da comissão que ele próprio constituiu para analisar o assunto. Por sua vez, cardeais e bispos, em suas respectivas dioceses, fazem uso da liberdade que lhes foi reconhecida pelo Vaticano II. Alguns autorizam oficialmente não apenas os métodos anticoncepcionais proibidos pelo papa como vão ainda mais longe: recusam-se a desautorizar os teólogos que não vêem pecado nas relações sexuais pré-matrimoniais ou na masturbação. Na França, o jesuíta Roustang reconhece que "são numerosos os cristãos que acabam por distinguir explicitamente a fé em Deus e em Jesus Cristo da fé na Igreja, tal qual aparece através do culto e das tomadas de posição da hierarquia". A "crítica de si mesma que a Igreja instaurou no concílio, seu reconhecimento das faltas passadas, o questionamento de

certos hábitos e certas leis, atingem o próprio espírito da relação Cristo-Igreja e criam uma distância entre esses dois termos. Parece perigoso e falso tomar como absoluto o que a Igreja afirma hoje, quando as suas afirmações de ontem se revelam insuficientes e são mesmo, às vezes, contraditadas, pelo próprio fato de que aos cristãos foi devolvida sua consciência" (...) O Vaticano II produziu com efeito "a quebra do formalismo e deu ao filho de Deus a possibilidade de

Ivan Illich contra a hierarquia

pensar por si, de dizer o que pensa, de ser ele próprio, e não mais o reflexo daquilo que se espera encontrar nele. (...) É como se bruscamente os católicos tivessem despertado para a audácia de existir, de ter uma existência pessoal".

Em nível teológico, a Holanda se transforma em ponto focal das dores do papa Paulo VI. No segundo semestre de 1966, 5 milhões e 200 mil católicos holandeses são convocados a um concílio nacional, caso único na História, sob a responsabilidade do episcopado, delegada a uma comissão central sob a liderança do cardeal Alfrink, arcebispo de Utrecht. O fato provoca inquietação na Santa Sé, mas os responsáveis holandeses não tomam conhecimento disso. Por todo o país, organizam-se 10 mil grupos de discussão. A Holanda, com uma elite de teólogos altamente capacitados, diverge em questões consideradas fechadas. Schillebeckx afirma no entanto: "O que nós discutimos abertamente é discutido a portas fechadas em outros lugares." Os temas: a virgindade perpétua de Maria, mãe de Cristo; a ressurreição de Jesus; o pecado original; a contracepção; as relações sexuais pré-maritais. "É ridículo pretender que o intercuro deva obrigar ao casamento", afirma então a líder católica leiga Tine Govaert, mãe de três filhos, jornalista e observadora na primeira sessão do Vaticano II. Suas declarações, dadas a público, não sofreram qualquer censura da hierarquia holandesa. Discutem-se ainda nos 10 mil grupos holandeses, com grande participação de leigos, o celibato eclesiástico, os casamentos mistos e a presença real ou não de Cristo na eucaristia. Teme-se então um novo cisma, que os holandeses negam. "Não podemos ser isolados de Roma, mas podemos dizer a Roma o que pensamos".

No plano social os membros da Igreja movimentam-se também de forma imprevista e contrária à atitude apaziguadora de Paulo VI tomada após sua vigorosa *Populorum Progressio*. Dezesete bispos do Terceiro Mundo assinam em 1967 manifesto encorajando os povos pobres a se defenderem da "guerra subversiva do dinheiro". Afirmando que "1. A Igreja não condena todas as revoluções indiferentemente; 2. a Igreja não pode senão aceitar, até desejar, as revoluções que servem à justiça; 3. a Igreja sabe que, muitas vezes, são os ricos e não os pobres que provocaram a luta de classes". O documento se apóia na constituição conciliar *Gaudium et Spes* e nas encíclicas *Pacem in Terris* e *Populorum Progressio*, ao encorajar "os povos oprimidos" a que tomem nas próprias mãos a sua libertação. Esta não é contudo a linha da política oficial da Santa Sé nem da diplomacia vaticana, tampouco a dos sucessivos pronunciamentos de Paulo VI, que cada vez mais buscam a conciliação com os governos e a salvaguarda dos interesses da Igreja institucional. No concílio, ela prometeu que renunciaria "ao exercício de alguns direitos legitimamente adquiridos, quando verificasse que o seu uso põe em causa a sinceridade do seu testemunho ou que novas condições de vida exigem outras disposições. E que sempre lhe devia ser permitido "proteger

com verdadeira liberdade a fé; ensinar a sua doutrina acerca da sociedade; exercer sem entraves a própria missão entre os homens; e o pronunciar o seu juízo moral mesmo acerca das realidades políticas, sempre que os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas o exigisse". Concretamente não é o que se vê, salvo as exceções de alguns bispos aqui e acolá. Davis, ao separar-se da Igreja, perguntou-se se ainda acreditava nela como instituição. "A minha resposta foi: não. Para mim, o compromisso cristão é inseparável da inquietação da verdade dos homens. Mas não encontrei nada disso sendo realizado na Igreja oficial." O lamurioso Paulo VI está mais preocupado com a crise mundial de fé e a degradação dos costumes. Desesperada mente, tenta reaver a obediência universal dos fiéis. Faz modificações profundas na liturgia, como quem reencena, ao gosto do público moderno, velhos dramas, enquanto procura adaptar aos novos tempos a sua administração. Já em 1965, detendo 2 bilhões de libras esterlinas em títulos, o Vaticano tinha o maior patrimônio de ações em diversas empresas do mundo e possuía a segunda maior reserva de ouro do mundo, depositada no Federal Reserve Bank em Washington. Seus métodos são os de qualquer empresa capitalista forte. Em 1962 o governo italiano aumentou de 15% para 30% a taxa sobre os valores mobiliários. O Vaticano se negou a atender, alegando um dispositivo do Tratado de Latrão, negociado em 1929 entre Mussolini e o cardeal Gasparri, e a despesa de 4.500 bilhões de liras com o concílio. No auge da batalha fiscal que se travou, no verão de 1964, como forma de pressão para obter do Estado italiano a isenção do aumento, o Vaticano lança na bolsa algumas dezenas de bilhões em títulos e provoca uma grande baixa de 40 por cento. O deputado socialista Nenni protesta: "Não tem cabimento congelar os salários dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, fazer presente de dezenas de bilhões ao Vaticano". Paralelamente, agrava-se por todos os países do mundo a crise clero, tendo como consequência crescente evasão. No Brasil a Conferência Nacional dos Bispos (CNBB) reconhece em 1967 "uma crise de insegurança em largas camadas do clero", "crise de fé e fundamentação teológica", e prevê que "nos próximos anos, provavelmente, ela se acentuará". Registra ainda a "reação dos cristãos ao contratamento de comunidades religiosas comprometidas com famílias ricas ou com políticos, oferecendo privilégios no ensino à classe alta e média, insensíveis às exigências da caridade para com as pessoas de serviço".

Em junho de 1967, 40 monges que vinham se submetendo a psicanálise no mosteiro de Cuernavaca, México, sob a liderança de Dom Grégoire Lemerrier, rompem com a Igreja romana e abrem as portas do convento a todos os que desejaram participar de sua vida comunitária, "sem distinção de ideologia, de religião ou de raça".

Ainda em Cuernavaca, o então monsenhor Ivan Illich, fundador e orientador do Centro Intercultural de Documentação (Cidoc) divulga um veemente documento de contestação às estruturas eclesiásticas. Procura caminhos "pelos quais a Igreja poderia buscar uma reorganização radical em algumas de suas estruturas, e propõe algumas reformas cuja aprovação exigirá dela "a vivência da pobreza evangélica de Cristo". Afirma que a Igreja não necessita "do número de servidores de tempo integral que trabalham em sua estrutura funcional. Sugere um tipo de sacerdote-leigo, o não-clérigo ordenado, que "nem a imaginação nem a terminologia eclesiástica atuais estão em condições de poder definir; seria "o ministro do sacramento da palavra, e não factótum religioso, que desempenha de maneira superficial os papéis sociais e psicológicos que se acumulam nas sacristias". A base da nova Igreja prefigurada por Illich é a casa, não o templo. O encontro regular de

amigos substitui a assembléia dominical de estranhos. O matrimônio e a educação dos filhos do sacerdote-leigo, e não o celibato como condição legal para a ordenação, lhes darão a capacidade para a liderança responsável. Nessa "Igreja sem padres" o bispo, liberado das tarefas executivas e administrativas, tem tempo de concelebrar de vez em quando e é capaz de preparar e fazer circular uma seleção semanal de leituras, com alguns pontos para discussão. Por causa

A luta contra a barreira do terror

deste e de outros escritos independentes, monsenhor Illich sofre pressões cada vez maiores da Cúria romana e acaba se desligando da Igreja, que perde assim um criativo e talentoso analista.

A Igreja institucional continua a mesma, sem perceber que é cada vez maior o número de fiéis que se queixam: "Enganaram-nos, encerraram-nos dentro de um rigor moral". Não a comovem os gestos patéticos como o do frade franciscano de se opor a cometer suicídio durante uma concelebração de missa no Santuário Nacional de Nossa Sra. Aparecida, deixando como cartatamento: "Sinto-me agora intimamente comovido. O que tenho a dizer" (Jo 12, 27): "Vivendo, vivemos para o

Senhor; morrendo, morremos para o Senhor" (Rom 15, 8). Segundo a lei, quase todas as coisas se purificam com o sangue (Hebr 9, 22). Num gesto profético de auto-imolação consciente, sacrífico a Deus minha vida, implorando ao Espírito Santo para que fortifique com os dons de discernimento e fortaleza o Sumo Pontífice e os bispos da Igreja Católica, Apostólica, Romana, movendo-os a sancionar para o clero o celibato optativo, facultando aos eclesiásticos que se casam o exercício pleno e público de suas funções sacerdotais. Certo de sua compreensão e solidariedade, peço como o Apóstolo Paulo: Reze por mim. Tenho esperança de ter agido bem" (Hebr 13, 18) (a) Frei JIS.

O gesto não consumado ficou no vazio. Com a ingenuidade fruto característico da formação eclesiástica que se divulga o seu projeto, tomam-se providências para detê-lo. O suicídio durante a missa que não ocorreu fica também como fato único na História que não aconteceu. Permanece apenas a constatação de seu desespero, seu grito de socorro, paralelamente à verificação da imaturidade que o acorrenta a uma instituição sob a qual ele é violentado, mas de que não alcança libertar-se. E, subjacente, o problema de uma sexualidade sufocada. Outros clérigos, sem derramamento desnecessário de sangue, venceram a barreira de terror com que a Igreja romana cerca a natureza sensual do homem, castrando-o, enquanto mantém o mito da pureza como instrumento maior de alienação da caridade-justiça social - até as últimas consequências.

Se você não lê, você está cego e mal pago.

Cada vez que você lê um bom livro, alguma coisa muda dentro de você.

Você fica um pouco mais informado.

Um pouco mais inteligente.

Um pouco mais dono de seu próprio nariz.

Os bons livros têm o dom de abrir a consciência.

E quanto mais consciência, mais chance você tem de melhorar a sua vida e a dos outros.

Leia pelo menos meia hora por dia.

Descubra o Brasil pelos melhores autores. É aqui que você vive.

É essa terra que você

precisa conhecer, é esse mundo que você pode e deve conquistar.

Este país tem mais cegos que vêem do que cegos que não vêem.

Ajude a combater essa miopia.

Leia os bons livros.

Os livros que abrem os olhos, não os que adormecem.

Leia e faça propaganda entre seus amigos.

A cada novo leitor de bons livros, um novo país vai surgindo.

O país que todos nós queremos. Com menos ignorância e mais

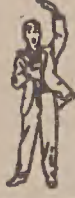
lucidez.

Leia mais. Enriqueça sua cabeça.

Campanha de utilidade pública do Clube de Criação do Rio de Janeiro com a colaboração deste jornal.

As relações entre a produção artística e a ideologia discutidas pelo pintor espanhol T. Pérez Rubio. (Jornal de Debates, 1947)

“Arte degenerada” ou “popular”?



Se bem que a marcha das idéias pareça ter um caráter biológico inevitável, e as manifestações reacionárias não tenham uma importância fundamental na sua evolução, um movimento espontâneo faz com que todos os que tenham o hábito de pensar, manifestem suas crenças, num intento de procurar luz nos momentos de confusão.

Ante o aspecto que vão tomando certas teorias sobre a produção artística, somos tentados a fazer refletir os espíritos atentos a estes problemas, a fim de evitar que se concretize um estado de reação artística, ainda que apenas transitório.

É curioso notar a contradição, pois é justamente entre os elementos mais avançados politicamente que se está produzindo (não por que misteriosa razão) essa reação contra a mais importante produção artística dos últimos tempos. É também surpreendente ouvir destes, conceitos e expressões que poderiam fazer *pendant* com os que usam aqueles que ignoram ou querem ignorar que é impossível a volta ao passado. As palavras *abstracionismo*, *cubismo* ou *modernismo* são usadas por aqueles, englobando toda a arte que esteja fora da representação, mais ou menos anacrônica, dando as criações mais ousadas e expressi-

vas da época, como algo que não se ajuste aos interesses atuais, ou do futuro.

Ocorre-nos pensar que estes elementos, consciente ou inconsciente, sentem que a arte em sua liberdade (liberdade que só hoje lhes é dado gozar plenamente) está livre de ser utilizada de modo servil. Sentem que não se pode fazer dela uma teoria, um sistema em prol de tal ou qual idéia alheia à arte. Não queremos dizer com isso que, em nenhuma circunstância, a arte deva ser utilizada; pode sê-lo, sem dúvida, mas por vontade expressa e autenticamente livre do que cria, e não por nenhum dever de sua natureza intrínseca.

Que dúvida haverá de que a arte pode, e deve até, colaborar para resolver problemas vitais, servindo de veículo às idéias justas?

A que resistimos e o que queremos evitar, é que se acredite, por um momento sequer, que deve ser ela, necessariamente, um veículo político, religioso ou moral.

Os elementos que começam a manifestar-se deste modo (reacionário, poderíamos dizer) — referimo-nos aos elementos capazes de discernir, não aos que, por ignorância, confundem os problemas — pertencem aos partidos políticos mais avançados. E, não obstante, suas manifestações têm o mesmo aspecto que

as do burguês mais burguês, quando se refere à política, focalizando a respeito da vida atual. Diz este: “isto é socialismo ou comunismo”, com um desdém impressionante pelo fundo humano do problema. Aqueles começam a dizer: “isto é arte abstrata ou cubismo, ou modernismo: não interessa às massas”. É de se temer naturalmente, que por este caminho se chegue a dizer como na Alemanha de Hitler: “isto é arte degenerada”.

Sem dúvida, neste caso, o ataque dessa curiosa modalidade de reação recai mais diretamente sobre Picasso, como o sustentáculo e o cume da expressão artística livre de nosso tempo. É a Picasso que procuram arrastar na onda de mediocridade, a ele é que se atribui toda a espécie de equívocos, e, é forçoso proclamar, Picasso é um exemplo claro de retidão e de liberdade artísticas. Por isso, quando se quis teorizar politicamente em torno de sua obra, com um sentido partidário e mesquinamente utilitário, a teoria resultou em balela. E, ao contrário, suas idéias, suas reflexões artísticas são altamente ilustrativas e esclarecedoras (veja-se o livro *Picasso de Cristian Zervos*, edições Cahiers d'Art de Paris). Cumpre notar que Picasso, sendo politicamente comunista não incorre nesta tremenda contradição das tendências comunistas, de retorno às expressões artísticas acessíveis à massa.

Aqui nos assalta a dúvida sobre se este amor que um verdadeiro artista tem pela sua verdade artística e íntima, pela liberdade de espírito, enfim, estará ou não, fora das normas que convêm à luta política atual. A dúvida, só nos entristece, nos faz retroceder a tempos remotos, e sentir a possibilidade de que alguém tenha que repetir, num trá-

gico momento, o *e pure semuove!* Oxalá, seja apenas por parte de alguns elementos isolados um excesso de rigor por tudo que tenha aparência de prejudicial ou ineficácia para com idéias preconcebidas. Parece-nos que não. Em todo caso, mesmo com a melhor intenção, se nos afigura uma visão curta, ou um puritanismo mal compreendido de município novo. Novo já de um século!

As manifestações artísticas têm sido, em todos os tempos, o mais claro espelho da alma social. Essas formas de expressão do espírito, são as que, sem processo filosófico visível, mostram o estado real do fundo coletivo. A Europa, o melhor da Europa, ao que parece, produziu essas formas de expressão. Se é um erro, Hitler tinha razão.

É difícil saber a forma com que, num passado remoto, se exercia essa coisa horrível, a que hoje se chama propaganda. Essa terrível arma cria a hipocrisia mais refinada, a confusão, e finalmente, o homem hoje se torna covarde para enfrentar a realidade dos estados d' alma. Parece que somente o jogo do espírito comercial interessa, e toda idéia, todo o movimento visando a alcançar os benefícios deste Deus moderno, que se chama *conforto*. A esse Deus sacrificam as verdades mais caras e os prazeres mais elevados.

Um estudo do estado atual da arte, em relação à situação política e social do mundo talvez nos revelasse certos aspectos desta vida, que parece ameaçada de sossobrar na vertigem de eficiência para a guerra contínua.

O que percebe-se das culturas passadas, faz-nos pensar numa consonância mais perfeita que o sentimento do povo, a sociedade dirigente e os expoentes do estado d' alma coletivo, que são os

artistas. Quando uma forma de vida se extinguiu, parecia extrair-se com ela a essência de suas formas espirituais; mas uma fé oculta resistia e esperava incorporar-se mais tarde à nova vida. Esperamos que isto seja o mais que aconteça. Quando as artes plásticas eram uma das formas de permanência, se não a mais duradoura, a mais evidente, nem passava pela imaginação do homem a idéia do seu lado utilitário, no sentido de se lhes atribuir tais ou quais feitos, em benefício de uma idéia, ou de uma causa: eram unicamente beleza. E hoje, quando a sociedade conta com mil outros meios de propaganda, tentam-se reduzir as mais altas expressões a uma situação de instrumento de utilidade, tornando o que é tão livre e alheio ao cotidiano, em algo de aplicação imediata, de objeto útil a tal ou qual ordem de coisas. É isso no momento mais evidente de nossa independência.

Repetimos que não queremos negar à arte, como a qualquer outro movimento nobre do ser humano, a eventualidade de contribuir para o triunfo da justiça. Ao contrário, estamos dispostos a aceitar, em consciência, sua participação para conseguilo. Mas não pensamos, nem por um instante, que esta seja sua missão. Que saibamos bem, em todo o momento, que se trata de uma necessidade transitória, algo que tem uma finalidade, e como tal deve finalizar.

A arte é um anelo coletivo de outra espécie, e quando a casa estiver em ordem, quando esta guerra que dura um século houver terminado, este alimento único, não contaminado pela luta, será o que possibilitará ao homem, em alguns momentos, transpor o umbral de um mundo ao qual só se chega por este veículo.

O JD e a criação da Petrobrás

Trecho do livro *A Batalha do Petróleo Brasileiro*, de Mário Victor, lançado pela *Civilização Brasileira*:

Em 18 de julho de 1947, Matós Pimenta, Plínio Cantanhede e Mário de Brito subscreviam um artigo intitulado “*Nosso Petróleo e o Futuro do Brasil*” e que representava uma tomada de posição do *Jornal de Debates* diante do problema.

“Os Estados Unidos” — diziam os diretores do semanário — “têm-se enriquecido, em grande parte, com o petróleo da Venezuela; a Holanda com o petróleo da Indonésia e a Inglaterra com o petróleo do Iraque. E os povos da Venezuela, da Indonésia e do Iraque, dotados de fabulosas riquezas petrolíferas, são dos mais pobres do mundo, são de nível de vida baixíssimo. Por quê? Porque o fruto de suas riquezas petrolíferas é levado para o exterior pelos trustes estrangeiros que as exploram.

O Plano Marshall, que oferece à Europa os recursos necessários a sua restauração e desenvolvimento econômico, pode ser entendido ao Brasil, pelo menos para rápida e intensa pesquisa e exploração do nosso petróleo,

tão essencial à defesa econômica do continente.

Um convênio de governo e governo, para obtenção dos créditos e do aparelhamento necessário, resolveria rapidamente o assunto. A ajuda econômica que os Estados Unidos acabam de oferecer aos países europeus pode ser propiciada também ao Brasil, que é uma nação continental e das mais amigas dos Estados Unidos.”

Nesse trabalho, espécie de “*Carta de Princípios*” do *Jornal de Debates* em relação ao petróleo brasileiro, estava consubstanciado o pensamento da corrente liderada pelo general Horta Barbosa, ou seja, o monopólio do Estado, admitindo-se apenas o capital estrangeiro na forma de empréstimos de governo a governo.

Com este artigo, estava reservado ao *Jornal de Debates* a mais alta contribuição de um órgão da imprensa brasileira pela independência econômica do país. Estava deflagrada a luta em defesa do monopólio estatal de petróleo.

Um teatro baseado na sensibilidade de operários e camponeses e financiado pelo governo: era a proposta de Solano Trindade (JD, 1947)

“Popularismos” e “sofistiquismos”



Falta ao teatro brasileiro voltar ao seu antigo lugar, aproximando-se das massas, como aconteceu na Espanha livre e acontece na França, nos Estados Unidos e na Rússia Soviética.

O nosso teatro nasceu do povo, com seus presepes, pastoris, fandangos, bumba-meu-boi, maracatus, jangos etc.

Mas esse teatro, tão nosso, tão do povo, tão bom, foi desaparecendo, e em seu lugar temos o teatro de “chanchada”, tão do gosto da burguesia, tão pernicioso e imoral, o único aliás aceito pelos nossos governantes, por servir bem aos seus interesses, porque desvirtua as massas do bom caminho social.

O teatro brasileiro só melhorará quando soubermos estruturá-lo dentro de bases simples, porém concretas. Há até a necessidade de fazê-lo de baixo para cima, porque as chamadas “elites” estão cheias de vícios de arte. É preciso mesmo compreendermos que muitas vezes a sensibilidade estética do povo

supera a sensibilidade do artista.

Os nossos artistas, com raras exceções, são subprodutos. E como tais, não alcançam a compreensão das massas e logo julgam-se incompreendidos e acham que o povo é que é ignorante, que o artista não deve atender às exigências estéticas das massas incultas, sem levar em conta que entre a sensibilidade e a cultura, no sentido de “muito lido”, não há relação de espécie alguma.

Como homem do povo, experimentado nos meios intelectuais e artísticos, tenho observado que o que mais tem entravado o desenvolvimento da nossa cultura é a auto-suficiência dos nossos homens cultos, em face da compreensão e inteligência do povo.

Em todos os ramos, as artes no Brasil têm caído, ou no chamado “popular”, ou na “sofisticação” ou no “hermetismo”, para deleite das “elites” culturais, dos “grupinhos” ou “panelinhas” divisionistas.

Se estes “popularismos”, sofistiquismos e “hermetismos” são na pintura e na poesia, peri-

gos ao desenvolvimento cultural das massas, ainda se tornam piores, no teatro, por ser este o ramo de arte mais viva, pois em si estão contidas a poesia e as artes plásticas.

É errado pensar que o artista não deve preocupar-se com o público. É verdade que o artista, não sendo mercenário, não deve preocupar com o “público que paga”, porque na realidade, a maioria do “público que paga” tem sua sensibilidade estética desvirtuada por convenções contrárias ao desenvolvimento da cultura do povo.

Precisamos, pois, que o teatro brasileiro seja sentido pelos trabalhadores das fábricas, dos campos, do comércio, das zonas urbanas, suburbanas e rurais.

Para isto, é preciso que façamos um teatro baseado nas aspirações e sentimentos desses homens, descentralizando os espetáculos, com elencos ambulantes, funcionando em circos, “mafuás”, praças públicas, clubes e ainda chamando para este teatro os elementos do povo, como faz o “Teatro Experimental do Negro”.

Com que dinheiro? Cabe ao povo exigir do governo que financie os grupos teatrais de amadores, organizados e em organização, para que eles possam realizar esta grande obra social, de educação do povo brasileiro.

Estou bem certo de que não faltarão técnicos para colaborar num teatro que não tem por finalidade enriquecer empresários.

O diabo jovial era um bruxo velho

JOÃO ANTÔNIO

Ele foi um homem excepcional, que aos 80 anos era capaz de ficar irritado com o bem comportado e o sacrossanto. Um dos primeiros a colocar em dúvida uma instituição como a Academia Brasileira de Letras. Um dos primeiros críticos brasileiros a apostar tudo, num momento em que a

maioria tirava o corpo fora, em dois autores como Lima Barreto e Graciliano Ramos. Agripino flagrava as coisas com seu modo despojado, aparentemente brilhoso pelo irresistível apetite e senso do humorístico, mas corajoso na sua irreverência e na denúncia do medíocre

Agripino, o bruxo incômodo, se foi. Na entrada dos 80, a 25 de agosto de 1973, fechava os olhos Agripino Grieco, que só deixou o isolamento de sua casa do Méier para a internação na Casa de Saúde São José, em Humaitá. O bruxo velho morreu sem ganhar o que nunca pedira, um lugar em nossa crítica literária ao lado de Silvio Romero ou José Veríssimo.

Jamais pediu, que sabia disfarçar incrivelmente o seu lugar em nossas letras e não terá sido mais essa, uma de suas maneiras de fazer ironias em disponibilidade? Oitenta, respondia a um repórter carioca que não passava de "um brasileiro informado em detalhes de estética e que não ousa dizer-se propriamente culto".

Isso, pelo lado dele. Agora, pelo nosso lado, não terá sido no fundo, um traço do nosso evidente provincianismo e da soma de uma porção de vaidades e resguardos pela glória (a tal gloriuzinha tupiniquim, tão sacrossanta entre nós) o fato de não colocarmos ao lado da gravidade de Silvio Romero e da sisudez de José Veríssimo, o autodidata, o impressionista, o sarcástico de bom alcance, o mau comportado Agripino?

E se estamos diante da literatura de um país, que afinal, é feita de exceções, por que não considerar como boa crítica aquela feita de ironia, blague, muito pouca ciência e bastante criatividade? Que tipo de pó de vaidade nos tem impedido de levar a sério uma contribuição erguida com honestidade, força de vontade e autodidatismo - a refletir, contudo, profundamente toda uma época da vida literária brasileira, principalmente a dos anos trinta?

Os doutos senhores que negam a Agripino um lugar ao lado dos cultos que me perdoem. Mas só conheço duas pessoas neste país que têm curso de literatura comparada. E, aliás, foram estudar em Londres. De resto, penso que todos entram pelo caminho de procurar e achar por conta própria, queimando pestanas, fora das universidades.

Um traço claro de certo comportamento farisaico diante da obra crítica de Agripino sempre foi o de encerrar o assunto Grieco com palavras finais, do tipo: "Foi um *blagueur*, não resistia ao jogo de palavras". Essa evasiva parece-me esconder outra, mais grave ainda do que o fascínio que o solitário do Méier sentia pelo chiste, pela frase de efeito, pelo epigrama curto e certo - vivemos num país cuja literatura é tremendamente pobre em críticos e até contrária ao exercício sério da crítica. Nossos senho-

res críticos são, de ordinário, ciosos de suas responsabilidades (e, talvez por isso mesmo jamais tentem traçar quaisquer prognósticos sobre um autor jovem, por exemplo). E sentem uma gana bastante carregada para não arriscar nada, não investir em nada e jamais abrir um crédito de confiança ou desconfiança nos autores que começam e que, em geral, estão precisando de uma operação ou de outra.

Quase já é uma tradição a posição apriorística assumida pelo homem que escreve sobre livros ou autores no Brasil, a de não falar mal de nada e de ninguém e, às vezes, até por motivos extraliterários, cuja mesquinha é qualquer coisa comparável ao estar de bem com todos, política adotada por qualquer um "seu Zé do botequim", como dizia em vida Sérgio Milliet, referindo-se aos botequinhos paulistas, maneirosos e cooperantes, que acabaram donos de bancos ou atacadistas das ruas do mercado velho às margens do Tamanduateí.

Fundamentalmente brilhante, o senhor Agripino Grieco tinha a seu favor, além da obra em livros, pelo menos uma boa dezena de passagens antológicas, em que descarnou, sem a menor reverência, as inúteis, empoadas e estereis chamadas instituições da cultura brasileira. A maior justiça pelo seu talento crítico foi a própria Academia Brasileira de Letras, já que Agripino, entre outros lances justos, preferiu pertencer à Academia de Letras de Caxias, no estado do Rio.

Em Portugal, quando lhe apresentam a Avenida da Liberdade, imediatamente o bruxo pergunta: "E quando será inaugurada?" E aqui os medíocres o aporinhavam freqüentemente com presentes e baboseiras, a ponto de um autor lhe enviar um exemplar de seu livro encadernado com madeira. Agripino lê e bate na madeira: "É pau por fora e pau por dentro".

Um homem assim faz desafetos, é incômodo e inconveniente, e o pior: terrível, porque sagaz, porque saca rápido mentalmente e tem uma faculdade de expressão concisa, batendo na raiz das coisas. Desarticula o interlocutor, dá-lhe um nó. Chamado de *diabo jovial* talvez, em verdade, fosse um bruxo velho, vivido e curtido. Então, os desafetos ficavam catando os pecadilhos de Agripino e propalando suas qualidades negativas pessoais - sovínice, principalmente. Esses detratores são os mesmos que atacavam Graciliano Ramos como criatura excessivamente econômica e medida na vida pessoal. Mas esquecem que foi exatamente esse senso de economia e de cabi-

mento que levou o velho Graça a escrever o seu famoso "Relatório ao governador do estado de Alagoas", que se transformou em porta de entrada para a obra que, em parte, ele já tinha na gaveta, lá em Palmeiras dos Índios, quando um editor do Rio, Augusto Frederico Schmidt, por ele se interessou. Aliás, esse relatório é, até hoje, uma excelente lição de caráter e de honestidade, que vale como exemplo dos homens que administram a coisa pública neste país.

Aos seus 80 anos, ainda falando a um repórter, Agripino flagrava as coisas com seu modo despojado, aparentemente brilhoso pelo irresistível apetite e senso do humorístico, mas corajoso na sua irreverência, na ausência de peias e fazia uma denúncia na literatura de uma nação em que a grande maioria não denuncia nada (exceto as chamadas qualidades positivas):

"Hoje, constato que os julgadores de livros acabaram-se quase todos estragando-se, sem consertar ninguém. Ai deles! Se não falavam de um determinado autor, era ódio certo; se falavam às pressas, ódio não menor; se falavam mal, era abrir uma chaga de sangrento rancor que não cicatrizaria nunca. E sabe-se que um volume que receba numerosos louvores, especialmente se premiado em concurso, pouco se vende. Existe uma verdadeira maçonaria de leitores que prescindem da opinião dos aristarcos... Daí ser explicável, e talvez mais do que suficiente, o varejo literário, apenas informativo, dos jornais de agora, até como efemérides, de coluna social, sem omitir notícias de aniversário, viagens etc."

Um homem que mantém aos 80 anos esse poder de se irritar com o bem comportado e o sacrossanto; um dos primeiros homens a colocar em dúvida uma instituição como a Academia Brasileira de Letras (a ponto de ficar conhecido popularmente como o inimigo número um da Academia e, essa fama, escurecer completamente o reconhecimento pelo seu amor aos livros e a sua dedicação à coisa literária); um dos primeiros críticos brasileiros a apostar tudo, num momento em que a maioria tirava o corpo fora, em dois autores como Lima Barreto e Graciliano Ramos, nunca pôde encaixar-se bem nos feitiços tradicionais do nosso julgamento de valores.

Agripino, como não podia deixar de ter sido, acabou colocado num lugar de exceção. E, de ordinário, sempre se tem procurado tocar na figura inquieta como se fosse algo bizarra, temperamental e

até incoerente do ponto de vista da profundidade.

Por todos esses motivos, até certo ponto surpreendeu que na ocasião de sua morte, três escritores como Antônio Callado, Hélio Silva e Otávio Malta solicitados a falar sobre Agripino tivessem o despojamento de fazer declarações sobre "a cultura muito grande de Agripino", sobre a originalidade de Agripino: "Ele sempre foi um escritor pessoal. E, se encontrava em contradições em seus escritos, ora atacando, ora defendendo a mesma pessoa, isso é porque sempre foi muito sincero"; sobre a conscientização literária de Agripino: "Ele viera da Paraíba do Sul, tinha escrito *Afora e Estátuas Mutiladas*, queria logo enveredar pela crítica ferina, mordaz, tornar-se temido mais do que admirado. O tempo passou, sua fama cresceu, sua vontade também. Não houve em seu tempo e não haverá fora dele quem tão alto tenha elevado a dignidade de escritor, a rebeldia contra os fetiches".

O depoimento de Antônio Callado parece ter sido um dos mais corajosos e até completos sobre a personalidade de Grieco: Ele era um artista. Um homem que representou uma fase bem distinta da história da nossa crítica literária, uma fase muito pouco científica, mas muito cheia de sinceridade. Com seus livros, Agripino deve ter machucado muita gente, mas não escrevia só para machucar. Antes de ser satírico, ele era lúcido. E só uma lucidez tão grande podia ter dado espaço para o nascimento de uma satiridade como a dele. A crítica literária científica, surgida muito depois de Agripino, não pode ser usada como comparação para seu trabalho. A crítica moderna se refugia nas universidades e nas revistas e livros especializados. Naquele tempo, não. Naquele tempo era aberta, vivia nas páginas dos jornais, criava polémicas abertas. E, é preciso compreender muito bem o tempo em que ele viveu para compreendê-lo. Sua obra sempre esteve longe de qualquer tipo de rotina. Era um trabalho de muita categoria, de muita erudição. Não podemos chamá-lo simplesmente de humorista, porque isso não é verdade. A maior parte dos críticos escreve pela crítica e só por ela, mas Agripino Grieco fazia questão de ter outro compromisso: com a criatividade.

Um ponto é líquido e certo: quem, depois de Agripino conseguiu fazer crítica impressionista ao nível dele? Não é muito de surpreender. Afinal, Agripino acontece na nossa literatura como um crítico sem mestres. E sem nenhum continuador.

"Hoje, constato que os julgadores de livros acabaram-se quase todos, estragando-se, sem consertar ninguém. Daí ser explicável o varejo literário de agora."